

Avante!

Milhares de agricultores protestam em Évora

A terra revoltada

Mais de 15 mil agricultores, dez mil portugueses e cinco mil espanhóis, representando praticamente todas as regiões de ambos os países, manifestaram-se em Évora na passada segunda-feira,



reclamando outra política agrícola e mais apoios para poder continuar a trabalhar a terra. Foi a maior manifestação de sempre de agricultores em Portugal.

Págs. 5 e 6



Timor-Leste

Pela independência e justiça social

Entrevista com
Albano Nunes
• Anabela Fino **Centrais**



Associativismo popular

Mais atenção do PCP

Questões actuais da vida das colectividades estiveram em foco no encontro nacional de quadros do PCP no Barreiro. A intervenção organizada dos comunistas foi também tema em debate.

Pág. 11

Carvalhas na Madeira

CDU prepara eleições

O secretário-geral do PCP participou nos trabalhos do Fórum Madeira 2000. Esta iniciativa da CDU culmina o debate para recolha e elaboração de propostas que servirão de guia para a acção no processo eleitoral.

Pág. 8

PCP apresentou contas

Receitas próprias

O PCP apresentou as contas de 1999 no Tribunal Constitucional. E sublinhou que «o financiamento da actividade do PCP assenta no fundamental no esforço de obtenção de receitas próprias».

Pág. 13

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)
PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00
EUROPA
50 números: 21 850\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00
GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carlos Carvalho no Fórum Indústria e Desenvolvimento

Resumo

24 Quarta-feira

Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal e militante do PS, atribui o défice português, actualmente um dos maiores da União, à «forte expansão» das despesas em salários da Função Pública e apoio às famílias ● Realizam-se em todo o país as provas de aferição de Língua Portuguesa para os alunos do 4.º ano de escolaridade ● O Supremo Tribunal de Justiça confirma a ordem de extradição de Rezala, cidadão francês acusado de matar três mulheres ● Termina a retirada israelita no Sul do Líbano, tendo Beirute declarado este dia feriado nacional em comemoração pelo evento ● A Rússia regressa às reuniões da Nato, 14 meses depois de ter cortado relações devido ao ataque aos Balcãs ● O Supremo Tribunal de Santiago, no Chile, decide retirar a imunidade a Augusto Pinochet.

25 Quinta-feira

No âmbito do Programa Promoção do Acesso contra as listas de espera para as cirurgias, ao qual já aderiram 190 serviços de saúde, o Ministério da tutela anuncia que serão efectuadas mais de vinte mil destas operações até ao final do ano ● O Futebol Clube do Porto ganha a Taça de Portugal frente ao Sporting por duas bolas a zero ● A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas aceita uma queixa contra o Estado Português de desrespeito pelos direitos do Homem, apresentada pelo advogado do líder da seita 14 Quilates de Macau ● Milhares de pessoas manifestam-se no Peru exigindo «eleições sem fraude», acusando o actual presidente Fujimori de corrupção.

26 Sexta-feira

Rocha Vieira anuncia, em artigo publicado no jornal Expresso, a sua decisão de abandonar a presidência da Fundação Jorge Álvares ● No Peru prosseguem as grandes manifestações contra as eleições marcadas por Alberto Fujimori para próximo domingo, enquanto a UE e os EUA apelam ao seu adiamento ● Tem lugar em Lisboa a Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e do Sul do Mediterrâneo ● Os ministros dos Assuntos Internos e da Justiça dos Quinze decidem debater o polémico serviço de espionagem electrónica norte-americano e inglês «Echelon» durante um almoço.

27 Sábado

Carlos Carvalho participa no Fórum 2000, promovido pela CDU/Madeira ● O PSD volta a ter conflitos internos, tendo Mar-

ques Mendes afirmado que «esta liderança esgotou-se» ● A Irlanda do Norte volta a ter instituições autónomas ● O Presidente da República das ilhas Fiji demite o actual governo sequestrado, nomeando uma equipa interina responsável pela situação actual neste país.

28 Domingo

Realizam-se eleições presidenciais no Peru, onde Alberto Fujimori como único candidato sai eleito ● O presidente israelita Weizman anuncia a sua demissão por envolvimento num escândalo financeiro, ao mesmo tempo que o vice-primeiro-ministro é afastado do cargo acusado de agressão sexual ● O governo mexicano apela à ONU para acabar com a «caça ao homem» praticada por norte-americanos, que se organizam em milícias e assassinam emigrantes ilegais vindos do México.

29 Segunda-feira

Carlos Carvalho participa no Fórum Indústria e Desenvolvimento, promovido pelo PCP em Lisboa ● Realiza-se em Moscovo uma Cimeira União Europeia/Rússia com o objectivo de aprofundar as relações bilaterais ● Alejandro Toledo, um dia após a eleição duvidosa e fácil de Alberto Fujimori, pede ao exército peruano para não apoiar o presidente «ilegal», e apela a uma luta «cívica pacífica» contra a corrupção do presidente eleito para o terceiro mandato ● Ehud Barak, primeiro-ministro israelita, apela oficialmente a eleição de Shimon Peres para a presidência do país, após o antigo presidente ser intimado a demitir-se por fraude financeira ● As Forças Armadas das ilhas Fiji tomam o poder no país declarando a lei marcial.

30 Terça-feira

Bill Clinton, presidente norte-americano, chega a Lisboa para participar na 14.ª Cimeira bilateral EUA/UE e manter um encontro com Jorge Sampaio e António Guterres ● Jacques Chirac, presidente francês, apresenta algumas prioridades para a presidência francesa da União Europeia, entre as quais a constituição de um «corpo de acção rápida e estratégica», composto por 63 mil soldados, para os países dos Balcãs ● O director do jornal angolano Folha Oito, William Tonet, é proibido de abandonar Angola, devido a ser acusado de 60 processos judiciais por calúnia e difamação de instituições públicas ● Os tripulantes dos salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos, em vésperas de abertura da época balnear 2000, anunciam uma greve de um dia, reivindicando ao Governo uma actualização salarial.

Aconteceu

Revisão curricular dá «luto» nas escolas

As escolas do ensino secundário em todo o país entraram numa «semana de luto», forma de luta que expressa a exigência da suspensão da revisão curricular deste grau de ensino, onde avulta a pretensão governamental de aumentar os tempos de aula para hora e meia (contra os actuais 50 minutos para cada aula) e o aumento dos intervalos de 10 para 15 minutos. Nas escolas de todo o país os alunos começaram a sua «semana de luto» apresentando-se de negro nos diversos estabelecimentos de ensino onde estudam, a que se vão acrescentando

outras iniciativas originais, como a celebração de «enterramentos» simbólicos da revisão curricular. Esta luta dos estudantes do secundário teve a sua primeira expressão pública nas recentes manifestações de muitos milhares de alunos nas principais cidades do país, exigindo o fim da revisão curricular, dos *numerus clausus*, a alteração do regime de acesso ao ensino superior e a implementação da educação sexual nas escolas.

Entretanto, os estudantes de arquitectura receberam o primeiro sinal de que a sua luta está a dar frutos, nomeadamente



quando receberam esta semana, da Ordem dos Arquitectos, a garantia de que esta irá debater o adiamento da aplicação do Regulamento

Interno de Admissão à Ordem. Estes estudantes exigem que a sua Ordem «entenda os alunos como parceiros» no processo de admissão e acesso à pro-

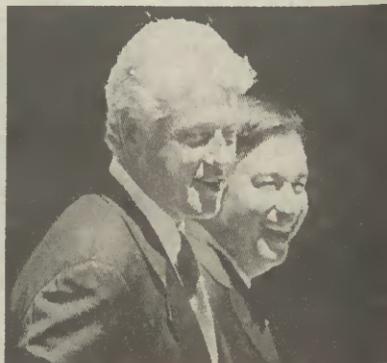
fissão, acusando as regras de admissão actualmente propostas pela Ordem como «discriminatórias» e «exploradoras de mão-de-obra».

Bill Clinton em Portugal

O Presidente dos EUA, Bill Clinton, deslocou-se esta semana ao nosso país numa visita oficial de 48 horas, que começou na passada terça-feira e termina hoje. Clinton iniciou com esta visita ao nosso país um périplo pela Europa que o levará, de seguida, à Alema-

nha (para uma cimeira da chamada «terceira via»), à Rússia, para um encontro oficial

cimeira da União Europeia (UE) que se realiza esta semana em Lisboa, devido a Portugal



Prisão domiciliária para ditador Suharto

O ex-ditador indonésio Elias Suharto foi colocado sob prisão domiciliária por ordem do Procurador-Geral da República indonésio, devendo ser acusado formalmente, até Julho próximo, do desvio de muitos milhões de dólares de fundos públicos para proveito pessoal, da sua família e «círculo» de apaniguados. Yusyar Yahya, porta-voz do Ministério Público que irá formular a acusação a Suharto, declarou que a prisão domiciliária «visa garantir que o



inquérito vai continuar», não sendo estranha à decisão agora tomada de prender o ex-ditador a pressão pública que tem exigido essa medida cautelar. Suharto, que se viu forçado a abandonar o poder em 1998 na sequência de violentas manifestações estudantis em Jacarta, está indi-

ciado como responsável pelo desvio de muitos milhões de dólares para «fundações de caridade» controladas pelos seus familiares ao longo de 32 anos de poder brutal. Entretanto, o actual Presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, já prometeu o perdão presidencial a Suharto se este vier a ser condenado.

com o novo Presidente russo Vladimir Putin e, finalmente, à Ucrânia. Trata-se da última visita à Europa de Bill Clinton como Presidente dos EUA, dado que terminará o seu segundo mandato no final deste ano. O começo deste seu périplo europeu com uma visita ao nosso país teve duas motivações concretas: uma, para assistir à

ocupar actualmente a presidência da UE; a outra, para corresponder ao convite feito pelo próprio Presidente da República português, Jorge Sampaio, feito no Outono passado nas Nações Unidas como forma de expressar o agradecimento de Portugal no empenho final da administração Clinton na resolução do drama de Timor.

Seis milhões de contos para Jardim Zoológico

O Governo e a Câmara Municipal de Lisboa vão atribuir ao Jardim Zoológico de Lisboa um subsídio a fundo perdido no valor de seis milhões de contos, para que possam ser concretizadas as obras no maior Zoo nacional exigidas pelas directivas da União Europeia. A entrega do subsídio será faseada e de acordo com os comprovativos que a administração do Jardim Zoológico irá apresentando junto do Governo e da autarquia lisboeta. Entre as obras a realizar, impreterivelmente, até 9 de Abril de 2002, avultam novos



habitats para os felinos, os grandes primatas, girafas, elefantes, ursos, pinguins e rinocerontes, que deverão permitir aos animais um mínimo de liberdade de movimentos, de ar livre e um ambiente o mais próximo do natural.

Genocídio «humanitário»

«Erro! A origem da referência não foi encontrada.» Assim apareceu escrito no *Avante!* da semana passada, num artigo duplamente grialhado, por culpa nossa e não só. Com efeito, na *Crónica Internacional* da pág. 2, o artigo *Genocídio «humanitário»*, atribuído a *Manuela Bernardino*, era da autoria de *Jorge Cadima*. E a entrevista ao jornal australiano *The Guardian*, referida no texto, pode ser consultada na *Internet*. Foi aqui que o computador introduziu o erro que hoje pretendemos emendar, fornecendo o endereço correcto www.epa.org.au/guardian/guardian.html - e pedindo desculpa a ambos os camaradas e aos nossos leitores.



Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

O papão

Com o desaparecimento da URSS e dos países socialistas do Leste europeu, há uma década, emergiu com patente evidência a hegemonia mundial dos EUA, como superpotência imperialista declaradamente ambicionando reforçar e perpetuar o seu *leadership* indisputado na configuração da «Nova Ordem», ao serviço dos seus interesses. Claro que só o diz com tal brutalidade em relatórios para uso interno ou para chamar à ordem adversários ou parceiros recalcitrantes. Porque em regra, como aliás não é novo, os *interesses* são embrulhados no papel colorido enganador dos *valores*. A *ideia dominante* da hegemonia total e incontestável da única superpotência, que como é óbvio tem uma base real de suporte, apresenta-se absolutizada para melhor servir a prossecução das suas pretensões: *Os EUA seriam tão, tão, tão superiores em tudo e a todos, que o papão desarmaria quaisquer veleidades de o questionar sequer...* Essa ideia dominante penetrou mesmo certos sectores de esquerda que, combatendo embora o chamado «pensamento único» do neoliberalismo, acabam todavia por ficar prisioneiros dela, numa *visão estática e míope* que, por várias vias, acaba por ser castradora ou desviante de uma *perspectiva efectiva de resistência e luta* anti-imperialista eficaz.

O imperialismo dos EUA está longe de «cansado da excessiva brutalidade»

Estática: o retrato do presente até poderia eventualmente ser aquele. Mas a vida é História, contradições e devir, e é nessa *dinâmica* que o real deve ser apreciado. Alguns exemplos apenas. Nos começos dos anos 50 o PIB dos EUA era cerca de 50% do produto mundial; em 1997 foi apenas de 20,7% (Comissão Europeia, 1988); e um estudo prospectivo da OCSE (*The World in 2020*, Paris, 1997) já só lhe projecta 11% para daqui a 2 décadas. As obrigações emitidas em *euros* foram de 77,9 mil milhões de dólares em 1998, mas já de 330, 2 mil milhões em 1999 (até começos de Setembro); enquanto as obrigações emitidas em *dólares*, nos mesmos períodos, foram de 227,3 e 193,9 mil milhões de dólares (*CapitalData*, em *Sole 24 Ore*, de 27/9/99). As fotografias podem enganar. É necessário ver o filme todo, pois o *desenvolvimento desigual do capitalismo* (em todas as áreas, e não só na estritamente económica) *é uma realidade que permanece actuante*.

Míope: há quem apresente dos EUA apenas o porte atlético e a face angelical da grande potência «benigna» — obliterando assim consabidos pés de barro e feitos malignos. Uma visão realista, apontando embora as suas forças inegáveis, não pode ocultar as imensas dificuldades, parasitismos, fracturas e contradições que as debilitam. E também há que olhar com olhos de ver para o grande **Mundo** circundante, que não se reduz a anões insignificantes e gente apavorada e submissa, de Norte a Sul e Leste a Oeste. Não estamos perante uma «arraia miúda» apática, nem há falta de comparência de concorrentes. E já que tanto se vem falando de Seattle, falemos também: foram as insanadas contradições de interesses interimperialistas e uma frente activa dos países menos desenvolvidos que fizeram gorar (para já) a pretendida Ronda do Milénio da OMC, com as dezenas de milhares de manifestantes nas ruas. Mas antes, durante e depois, estiveram e estão a *resistência e a luta de centenas de milhões de homens e mulheres em todo o mundo*. E demos só outros dois exemplos: toda a enorme força bruta e sofisticada que agrediu a Jugoslávia não a conseguiu reduzir a protectorado da NATO; e mais de 40 anos de bloqueio, subversão e agressão não vergaram a Ilha da Liberdade.

O «delicioso despotismo» que Ignacio Ramonet descreve no último número do *Le Monde Diplomatique*, decididamente não aplaca uma crescente hostilidade activa e organizada. O imperialismo dos EUA está longe de «cansado da excessiva brutalidade», do uso da «força», do dar «ordens» e fazer «ameaças de punição». Mesmo em condições adversas, há que trabalhar paciente e tenazmente para organizar, mobilizar, fazer convergir forças, resistências e lutas — decisivo factor subjectivo do fazer da História.

Editorial

UM HERÓI DO NOSSO TEMPO

De William Clinton, Presidente dos EUA, e da sua visita de dois dias a Portugal ficaram os portugueses a saber o que a generalidade da comunicação social dominante achou por bem dar-lhes a conhecer: aspectos da sua vida pessoal e familiar (com leves e simpáticas referências a algumas ocorrências mais escandalosas); o número de visitas oficiais que realizou até agora; a comitiva de centenas de pessoas que o acompanhou, incluindo os muitos agentes secretos; as medidas de segurança extremas — que desceram à precaução de ter trazido dos EUA o palanque utilizado na conferência de imprensa de Queluz; a prévia definição do trajecto dos seus passeios pelos jardins do Palácio; a ocupação total por agentes secretos, duas semanas antes da visita, do hotel onde viria a pernoitar; que é «o amigo americano» e foi «um bom presidente para a Europa». E que «Portugal lhe deve Timor» — afirmação esta carenciada de rigor e verdade mas que há-de ter merecido a total concordância dos governantes portugueses. Soube-se, ainda, que Clinton se interessou pela malária, pela sida, pela tuberculose e

(à revelia da ONU), executada pela NATO (violando a sua própria Carta) e servilmente apoiada e aplaudida pelos governantes portugueses; estão os habituais «bombardeamentos cirúrgicos sobre alvos militares», traduzidos na destruição de zonas residenciais, de pontes, de centrais eléctricas, de comboios de passageiros, de hospitais, de escolas, de embaixadas — e na morte de milhares de pessoas.

Na outra face do «herói» está o povo mártir do Iraque, permanentemente presente na memória de todos os que a não querem perder e referência inevitável no momento em que um dos principais carrascos desse povo visita Portugal. Aqui ficam, por isso, alguns registos dessa memória: o último gesto de Bush, enquanto presidente dos EUA, foi o de ordenar o disparo de dezenas de mísseis sobre um complexo industrial dos arredores de Bagdad; o primeiro gesto de Clinton, enquanto presidente dos EUA, foi o de ordenar o disparo de dezenas de mísseis sobre uma «sede dos serviços de segurança no centro de Bagdad». Vários desses mísseis «erraram» os alvos e caíram sobre bairros habitacionais... No caso de Bush, o último disparo foi como que uma espécie de divertimento democrático em jeito de despedida; no caso de Clinton, o pretexto invocado é bem revelador do seu carácter: o governo dos EUA fizera constar, sabendo que se tratava de uma falsidade, que o Iraque organizara um atentado contra o então já ex-presidente Bush, no decorrer de uma viagem deste ao Kweit, em Abril de 1993; dois meses depois, Clinton mandou bombardear Bagdad. O ataque, disse, «foi essencial para proteger a nossa soberania e para afirmar as expectativas de conduta civilizada entre as nações»... Os mísseis provocaram vários mortos e feridos e Clinton foi «aclamado como um herói». No dia seguinte, à entrada da igreja onde, religiosamente, faz as suas orações, declarou, sorridente, aos jornalistas: «As notícias que recebi (sobre o resultado dos bombardeamentos) deixaram-me muito satisfeito, pelo que penso que o povo norte-americano deve sentir-se, também, satisfeito.»

“Às ordens de Clinton, mais de um milhão de pessoas, crianças na sua maioria, morreram no Iraque”

pela União Europeia. E tudo isto foi narrado com os pormenores e requintes característicos do modelo informativo reinante. Sobre a outra face do «herói» nada foi dito. Por isso, necessário é lembrá-la aqui, ainda que parcial e resumidamente.

As boas intenções e os sorrisos que adornaram as intervenções públicas de Clinton nestes dois dias são, sem dúvida, louváveis. Mas a verdade é que de boas intenções e de sorrisos estão todos os governos e presidentes dos EUA cheios e nada de essencial distingue um Clinton de um Bush ou de um Reagan; e a voz e o sorriso que distribuíram promessas no Palácio da Ajuda são os mesmos que ordenam o criminoso embargo a Cuba, os bombardeamentos sobre a Jugoslávia, os bombardeamentos e o bloqueio contra o Iraque... são a voz e o sorriso de um responsável directo pela morte e pelo sofrimento de milhões de pessoas e que, mesmo quando faz promessas, fá-las ostentando uma arrogância imperial e a sua condição de dono e polícia do Mundo. O povo cubano conhece o significado dessa postura e a quantos sofrimentos ela corresponde e sabe melhor do que ninguém que a resposta a dar-lhe passa, inevitavelmente, pela coragem, pela honra, pela dignidade.

Na outra face do «herói» está a agressão criminosa contra a Jugoslávia — decretada por Clinton

O bloqueio ao Iraque tem em Clinton um exímio executor. Por efeito essencialmente desse bloqueio e, também, dos bombardeamentos que, com frequência quase diária, o presidente dos EUA ordena, mais de um milhão de pessoas, crianças na sua maioria, morreram no Iraque nos últimos anos.

Na verdade, Clinton é responsável directo por aquilo que Noam Chomski considera ser «uma matança que deve figurar nos primeiros lugares da lista de horrores contemporâneos».

Eis, então, alguns aspectos da outra face de Clinton, que acaba de ser celebrado como herói em Portugal e cujo exemplo de «respeito pelos direitos humanos, a liberdade, a igualdade e a democracia» foi glorificado pelo Presidente Jorge Sampaio.

E tudo isto dá actualidade flagrante às palavras que Chaplin coloca na boca do personagem de um dos seus filmes, «Monsieur Verdoux»: «Se matamos uma pessoa, somos assassinos; se matamos um milhão de pessoas, celebram-nos como heróis.»

Actual Contagem decrescente

• Edgar Correia

Tem passado relativamente despercebida da opinião pública e das próprias instituições do ensino superior e seus protagonistas a pressa do Governo ver aprovada pela Assembleia da República a sua proposta de lei sobre «organização e ordenamento do ensino superior», proposta que tanto pelo que estabelece, como pelas portas que deixa abertas, configura nos seus pontos fundamentais uma política de clara inspiração neoliberal.

Observe-se por exemplo na proposta governamental o propósito de criar um dispositivo de violação e de incumprimento da Lei da Autonomia das Universidades e da Lei do Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, através do absurdo estabelecimento de uma «arquitectura normativa» e de uma «hierarquia (legislativa) descendente», que imporia que «a leitura e a interpretação (dessas leis) teria de ser feita de acordo com a presente lei».

Observe-se a consagração da possibilidade do ensino privado ser substitutivo do ensino público e da possibilidade do Estado financiar as escolas privadas.

Observe-se a insistência na linha da compartimentação rígida do ensino superior em dois subsistemas – o universitário e o politécnico – promotora de uma imagem desnivelada entre os dois e da desvalorização artificial de uns cursos do ensino superior em relação a outros.

Observe-se ainda o desenvolvimento de um conceito de «rede pública» que, em vez de assentar na indispensável articulação, coordenação e cooperação entre os estabelecimentos do ensino superior públicos existentes numa determinada região, não passa na realidade de uma modalidade burocrática, centralista e governamentalizada de definição dos estabelecimentos, áreas e níveis de formação a quem é «reconhecido» o direito à existência.

Observe-se igualmente a efectiva transferência para um pretensu «organismo de regulação independente» da responsabilidade do Estado em relação à evolução do sistema de ensino superior e a remissão para ulteriores actos legislativos da exclusiva iniciativa do Governo, de aspectos muito importantes em relação aos quais a presente proposta legislativa é propositadamente omissa.

Não será certamente muito arriscado prever que, dentro de alguns meses, decorridos os exames e o período das férias do Verão, quando a vida escolar retomar o seu curso e voltarem à superfície os profundos problemas e contradições em que o ensino superior está mergulhado e as tensões que os acompanham, o Ministério da Educação volte à pressa ao discurso do «diálogo» e do empenho pela «escola pública».

Mas falhada uma oportunidade para dar resposta aos problemas do ensino superior público e feita a opção por uma política de inspiração neoliberal, haverá (ainda) alguém que lhe conceda crédito?



Vale Tudo

• Jorge Cordeiro

O Vale do Ave e os problemas sociais que as relações de produção aí geraram, eram, já se conhecia, uma prova viva capaz de arrasar a teoria dos que apresentavam o perfil de baixos salários como condição de combate ao desemprego. E também a elucidativa demonstração de que sob os pés da mais cruel exploração de quem produz se ergue a mais chocante opulência.

Em suma, a prova de que o capitalismo na sua essência é: violento, sem escrúpulos, desumano. Esforçando-se por dar aquela imagem civilizada, empreendedora e portadora de interesses comuns mas incapaz de resistir ao primeiro deslize de um qualquer insigne representante do capital mais dado a exprimir, boçalmente, o que lhe vai na alma do que a perder-se em rendilhados de linguagem.

Vem isto a propósito do que um tal de João Costa, sujeito maior dos industriais de têxteis e vestuários do Vale do Ave, vociferou na presença do Presidente da República à laia de diagnóstico sobre a modernização económica da região. Disse o fulano, a pretexto da falta de qualificação, que «os operários que ganham 70 contos não valem 20» e «os que andam com bandeiras pretas a dizer que passam fome não fazem falta». Na ausência de se conhecer se terá recebido a resposta que merecia ou ouvido apenas uma daquelas considerações genéricas e redondas do tipo «vamos todos dar as mãos», aqui ficam as seguintes observações.

O desabafo do tal João Costa tem o mérito de pôr em evidência a essência dos mecanismos de exploração e o antagonismo insanável entre classes. E de mostrar, com a crueza que a confissão tem por implícita, que no processo de produção cada operário e a sua força de trabalho não passa de uma mercadoria cujo valor de uso possui a qualidade de ser fonte de criação de valor e riqueza. Pelo que assim se ficará a perceber melhor que por detrás do discurso sobre a qualificação da mão-de-obra se esconde, não um qualquer ímpeto de valorização profissional ou salarial dos trabalhadores, mas a indisfarçável expectativa de acréscimo da mais-valia e da acumulação do capital daí resultante.



Não sendo possível ajuizar, embora não seja difícil desconfiar, das qualificações de que o dito Costa se julga possuído e do que julga valer aqui se relembram as palavras de Marx quando afirma que «o capital é trabalho morto que apenas se anima, à maneira de vampiro, pela sucção do trabalho vivo». E, por último, sugerir-lhe que, em eventuais passeios num dos Ferraris que por ali abundam, quando e se o vento lhe conseguir refrescar a mente, tenha presente que um dia aqueles que julga nada valerem podem concluir o que Marx já demonstrou: que «a natureza não produz, por um lado, possuidores de dinheiro e mercadorias, e por outro, possuidores de força de trabalho próprio». Então, aí, que se cuide.

Piratarías

• Leandro Martins

Segundo algumas opiniões, andam por aí a fazer-nos piratarías. Uma opinião, vestida de editorial do *Expresso*, chega a indagar se Portugal será um «País de Salteadores» (ler, se houver pachorra, na pág. 24 do último número do referido semanário). Isso a propósito, ainda, das acusações feitas a Mário Soares, que o dava por beneficiário de diamantes e de marfim; e agora das acusações de que Rocha Vieira seria alvo - as de ter utilizado 50 milhões de patacas para constituir uma Fundação em Macau.

Não vamos aqui abordar as vivíssimas indignações que suscitaram as acusações a Mário Soares, nem os aplausos que, ao contrário, os seus insultos ao regime e às instituições angolanas provocaram entre as fileiras de um soarismo que ultrapassou as fronteiras partidárias e mistura no mesmo pote os partidários do Governo e as gentes da oposição colocada à sua

direita. Nem sequer levantar, de novo, dúvidas sobre a bondade de algumas indignações que então nos pareceram mais pretender causar engulhos a Guterres e embaraços a Gama, mesmo ao preço de atingir os interesses do Estado e as boas relações com outro Estado. Também aqui não iremos comentar as boas causas a que a Fundação Jorge Álvares, engordada a patacas logo à nascença, se dedicará, nem a maneira como Rocha Vieira obteve os fundos para o seu lançamento.

Gostaríamos apenas de chamar a atenção para o modo como a opinião editorial do *Expresso* vê estas acusações. Considerando «inadmissível» que «Soares seja tratado como um «traficante» ou que «Rocha Vieira seja visto como um «oportunistas», e isto porque, segundo o editorialista, «parece existir a intenção de ferir o antigo colonizador, de o magoar, de o levar a ter má consciência da acção que desenvolveu», acaba



por não apresentar, em relação a qualquer dos visados, nenhuma defesa digna de crédito.

«No que respeita a Soares», diz o editorialista, «a acusação é ridícula, pelo que não merece comentários.»

Ora achamos nós que tal acusação, sendo grave, não tem graça nenhuma, e carece de investigação.

«No que toca a Rocha Vieira», escreve, «sendo verdadeira, soa estranhamente a falso.»

E qual o motivo dessa estranheza? Apenas este, segundo o *Expresso*: «Num território em que o jogo gera quase 20 bilhões de patacas por ano, que sentido faz uma polémica pública em torno de 50 milhões, que correspondem às receitas de um único dia de jogo?»

A partir de quanto, perguntamos nós, é que o *Expresso* acha que o «oportunistas» começa?

Frases

“Reina hoje no país um descontentamento generalizado e uma enorme incerteza quanto ao futuro.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 26.05.00)

“O dr. Cavaco Silva não ganhou nada com esta intervenção. Criou confusão no partido, não ganhou no seu estilo e gastou-se desnecessariamente. Ora ele é um valor nacional que não pode andar aí a desgastar-se pelas esquinas.”

(Marcelo Rebelo de Sousa - «TVI», 28.05.00)

“O ponto de vista enunciado por Cavaco Silva é que são decisivos «os poderes feudais» dos jornalistas e dos empresários. Talvez porque, em seu entender, António Guterres governa, essencialmente, para agradar a ambos.”

(Mário Mesquita - «Público», 28.05.00)

“Nunca Cavaco levava tão longe o seu ressentimento, a uma distância que o converte em patético personagem de anedota.”

(Vicente Jorge Silva - «Diário de Notícias», 26.05.00)

“(as bases) já viram que o poder pode mudar. Somos agora o fruto mais apetecido.”

(Durão Barroso, citado em «Público», 29.05.00)

“(Durão Barroso) parece mais perto da beatificação do que da chefia do Governo.”

(João Careira Bom - «Diário de Notícias», 29.05.00)

“Só é possível governar ao centro, no centro como espaço de moderação e como espaço de resposta concreta às necessidades que justificam o governo.”

(Vitor Sá Machado, Presidente da FCG - «Público», 29.05.00)

“É cada vez mais urgente uma reinvenção da actividade crítica e uma reconsideração dos valores culturais presentes nas linhas editoriais dos jornais que cada um de nós escolheu como «seus».”

(Augusto M. Seabra - «Público», 28.05.00)

“Quem se desse ao trabalho de consultar os jornais e os noticiários da RTP que cobriram a visita de Paulo VI a Fátima e os confrontasse com os de agora, não notaria nenhuma diferença substancial: então, como agora, «as pessoas de bem», os «verdadeiros portugueses» estão com Fátima.”

(Miguel Sousa Tavares - «Público», 26.05.00)

“Gosto de me rir das minhas «gafes».”

(Jorge Coelho - «Público», 27.05.00)



Agricultores portugueses e espanhóis reclamam outra política agrícola

● Carlos Nabais – texto
● Vítor Castro – fotos

«**E**stão mais de 15 mil pessoas, cerca de 10 mil portugueses e cinco mil espanhóis, praticamente de todas as regiões dos dois países.»

Salvar o trabalho na terra

Joaquim Casimiro, da direcção da CNA, não parava de prestar declarações à imprensa. O telemóvel tocava constantemente e ele, incansavelmente, sublinhava a dimensão do protesto e as principais reivindicações dos agricultores: «É a maior manifestação de sempre de agricultores em Portugal», garantia, «queremos uma outra política da PAC e mais apoios para poder continuar a trabalhar a terra. Queremos que os ministros da União Europeia nos ouçam e retirem a agricultura das Organizações Mundiais do Comércio».

Ao «Avante!», o dirigente da CNA confirmou os números da manifestação e explicou que «a situação dos pequenos agricultores e da agricultura familiar nunca foi tão má como hoje. Os acordos

da Agenda 2000 só vieram piorar as coisas. Por isso foi possível mobilizar tantas pessoas».

Desde 1992, com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que os agricultores são penalizados com a baixa dos preços à produção. Bruxelas argumentou que o objectivo era manter a competitividade dos produtos europeus e prometeu que as subvenções iriam compensar os prejuízos.

Porém, tal nunca aconteceu. Apesar de cerca de 40 por cento do orçamento comunitário partir em subsídios à agricultura, a verdade é que apenas os grandes proprietários recebem ajudas relevantes.

Basta dizer que em Portugal, 270 mil agricultores têm hoje rendimentos iguais ou

inferiores a 40 mil escudos mensais e que do bolo das verbas comunitárias apenas têm direito a 100 contos anuais.

As cores da revolta

Antes do desfile começar, pelas 14 horas de segunda-feira, o «Avante!» já tinha constatado que a cidade de Évora estava literalmente invadida por agricultores das mais variadas regiões do País, misturando-se sotaques conhecidos com a sonoridade de *nuestros hermanos* que não hesitaram atravessar a fronteira para participar nesta jornada de luta.

A enchente era tal que foi preciso percorrer um dúzia

de restaurantes para se encontrar um lugar livre. Mal entrávamos, logo o empregado gesticulando gritava *cerrado, cerrado*, tomando-nos por quem não éramos mas deixando claro que o estabelecimento estava a abarrotar de clientes.

E nem todos procuraram a boa gastronomia eborense, já que todas as sombras a jeito eram lugar para merendas de ranchos de agricultores.

A multidão concentrou-se nas Portas de Aviz e dali partiu em direcção à Praça do Giraldo. Bombos, trajes tradicionais, cartazes artesanais, com letras feitas à mão, faziam um imenso colorido e davam conta das muitas reivindicações presentes: desde

a defesa dos baldios às quotas do leite, não ficaram de fora sequer os problemas ambientais, com alguns manifestantes a lembrar a poluição de rios, a má localização de aterros sanitários, (como é do caso de Bigorne que põe em perigo nascentes de água e pastagens) e a oposição à co-incineração.

Facilmente identificáveis pelos seus bonés amarelos e coletes, os agricultores espanhóis da COAG (Coordenadora das Organizações de Agricultores e Criadores de Gado) destacavam-se no desfile.

José Manuel Delaceras, secretário federal da COAG, afirmou ao «Avante!» que os problemas da agricultura e pecuária são iguais nos dois países e por isso as reivindicações são comuns: quere-

mos uma outra PAC que mantenha as pessoas no sector e inverta a situação dos últimos três anos que se traduziu em quebras constantes dos rendimentos.

A manutenção das ajudas à produção de frutos secos é outra das principais exigências da lavoura espanhola, que em Portugal por enquanto não se coloca por estarem previstos apoios até 2005.

Uma praça apinhada

Uma hora depois do desfile ter começado, já os oradores se faziam ouvir na Praça do Giraldo, ainda os últimos manifestantes estavam a deixar o local de concentração. E desta vez, o enorme recinto

A situação da agricultura familiar nunca foi tão má

Apoio activo do PCP

O PCP foi único partido político que se fez representar com uma delegação integrada, entre outros, por dirigentes das regionais alentejanas, o deputado, na Assembleia da República, Lino de Carvalho, e o eurodeputado Joaquim Miranda.

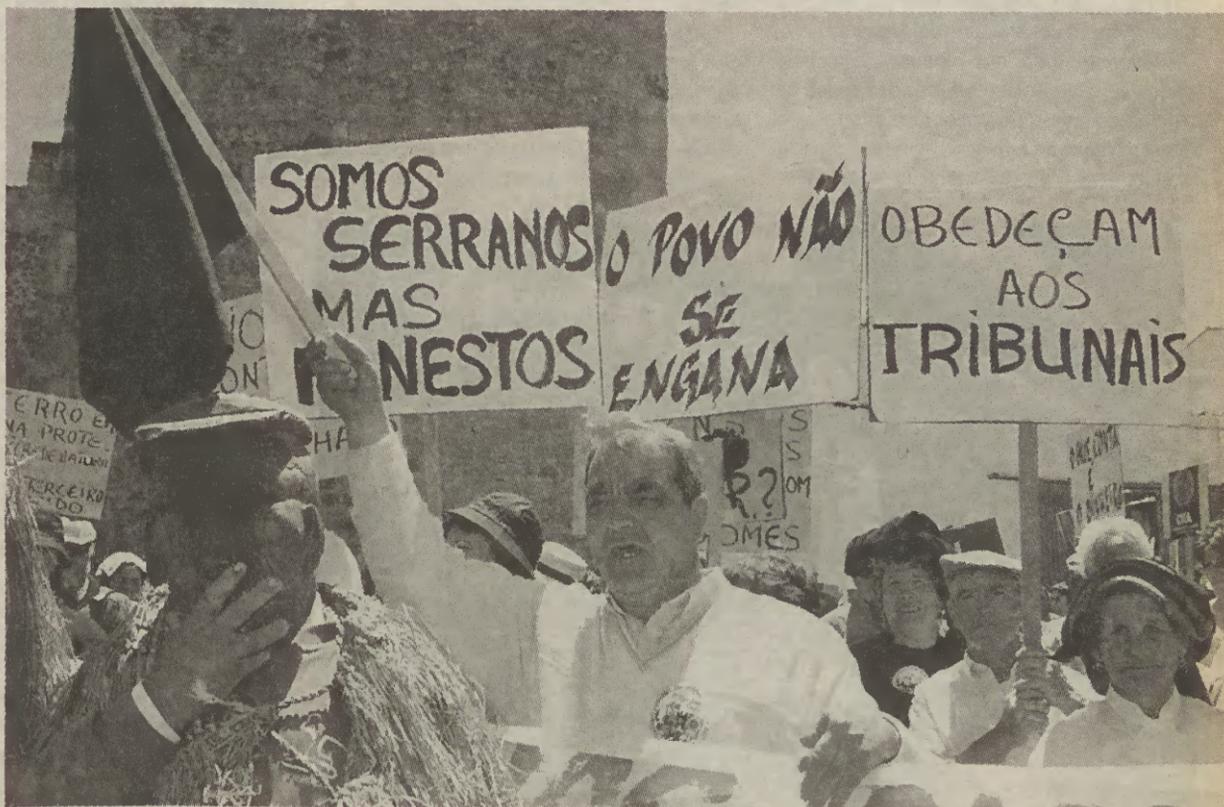
O apoio dos comunistas às reivindicações dos agricultores não é de agora e como sublinha a Direcção Regional do Alentejo (DRA), «o PCP foi o único partido português que se opôs à reforma da PAC».

Solidária com os agricultores em luta, a DRA exige uma outra política comunitária que «permita desenvolver a nossa agricultura para os níveis de produtividade dos restantes países europeus, que garanta segurança ali-

mentar, níveis de rendimento satisfatórios aos agricultores e que trave a desertificação do mundo rural.

A DRA reclama ainda o estabelecimento de «uma modelação das ajudas ao investimento e ao rendimento, em função do diferente desenvolvimento das agriculturas comunitárias, das características agrárias, apoiando as explorações de pequena e média dimensão e fixando um limite máximo a receber por exploração».

Também o Secretariado da Direcção Regional de Viseu divulgou uma nota em que saúda a grande concentração da lavoura, na qual participaram centenas de agricultores e compartes dos baldios do distrito.



Os problemas da PAC colocam-se de igual modo aos pequenos agricultores de Portugal e Espanha que todos os anos vêm os rendimentos baixar

Agricultores portugueses e espanhóis reclamam outra política agrícola

Resposta de ministro

central de Évora foi de facto pequeno para tanta gente que, apinhada nas estreitas ruas, não conseguiu entrar na praça.

No palanque sem cobertura, dirigentes da CNA, da COAG, da Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português (ARP), da Coordenadora Agrícola Europeia (CPE) e da recém-criada MARP (Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas), foram sucessivamente usando da palavra perante uma massa humana que ia reagindo ora com aplausos, ora com gritos de reprobção.

Muito aplaudido foi o presidente da CM de Évora, Abílio Fernandes, que subiu ao palco para saudar os manifestantes e assegurar-lhes que as suas reivindicações não passariam despercebidas aos ministros da UE. Porém, a sua satisfação dependerá da intensificação desta justa luta, disse.

Apesar do intenso calor (o termómetro marcava 33 graus), ninguém arredou pé durante mais de duas horas de intervenções, em que foram expostas as grandes dificuldades da pequena agricultura e as principais exigências do sector.

Há muito que Évora não tinha um dia assim.

No final da tarde de segunda-feira, uma delegação de seis dirigentes de organizações de agricultores foi recebida por Capoulas Santos, ministro português da Agricultura e presidente em exercício do Conselho Europeu.

O governante afirmou que subscrevia as reivindicações dos agricultores, lembrando que, em Março do ano passado, quando foram concluídos os acordos da nova PAC, ele foi o único ministro a estar contra a proposta.

Capoulas Santos adiantou mesmo que iria propor na reunião de ministros da UE realizada anteontem «uma reflexão sobre a Política Agrícola Comum» e isso, adiantou, «justi-

fica-se devido a várias alterações que se registaram desde Março de 1999, nomeadamente o possível futuro alargamento da União, a OMC e ainda a qualidade e segurança alimentar».

Por seu lado, os dirigentes da CNA aproveitaram o encontro para falar também das elevadas prestações para a segurança social, das calamidades, da sanidade animal e da agricultura familiar, deixando claro que a Confederação Nacional da Agricultura é parceiro social e que, nessa qualidade, exige ser ouvida pelo Governo, o que nem sempre acontece.



Agricultores e compartes dos baldios foram a Évora reclamar melhores preços e apoios para as suas produções e o fim dos atentados ambientais às suas regiões

O nervosismo do PS

Contrastando com a posição do ministro da Agricultura que no final da manifestação se encontrou com uma delegação da CNA, a quem afirmou apoiar as reivindicações dos seus associados (ver peça), a distrital do PS de Évora tomou público um comunicado que «lança a dúvida» sobre os manifestantes e «desce à campanha do papão anticomunista».

Para a Direcção Regional de Évora do PCP, que expressou a sua solidariedade aos agricultores em luta, a posição da distrital socialista apenas revela «nervosismo».

De facto, a nota do PS confunde intencionalmente os promotores da manifestação, afirmando que a esta foi convocada pelo PCP «através de uma organização que influencia», só para estragar a cimeira dos ministros da Agricultura, com que «o ministro Capoulas Santos decidiu honrar Évora».

Mas se isto para o PS «é o costume e até tem lógica», já não lhe parece «tão lógico» que «para essa manifestação tenha recorrido aos agricultores espanhóis». «A não ser que estejamos perante o reconhecimento público da sua fraca capacidade de mobilização face ao que tem sido o desempenho do Ministro Capoulas Santos», deduz sagazmente.

A este estranho raciocínio, a distrital socialista acrescenta um outro não menos estonteante: «tendo em conta que, em Espanha, só nas últimas três semanas, a gasolina já aumentou seis vezes, totalizando o aumento de 20 pesetas, sugerimos ao PCP que organize em Portugal um buzinao com automobilistas espanhóis».

Comentários para quê?...

Com o PS a Amadora já perdeu dois anos

• Carlos Chaparro

Em Dezembro de 97, a tendência nacional de crescimento do PS, a par do desgaste da nossa imagem e de um clima de autoconfiança potenciado pelas sondagens, levou a um substancial aumento da abstenção do nosso eleitorado, que acabou por derrotar a CDU e dar a vitória ao PS.

A perda da Câmara pela CDU representou uma regressão para o Concelho, interrompendo o projecto de desenvolvimento sustentado construído pela nossa gestão ao longo de 18 anos, o que é hoje percebido por cada vez maior número de cidadãos da Amadora.

Com efeito, o PS, que prometeu mundos e fundos na campanha eleitoral, defraudou as expectativas de quem nele acreditou e não cumpriu, nem no Governo nem na Câmara, as promessas feitas à população da cidade.

O segredo é a alma do negócio

A gestão pública deve ser transparente e aberta à participação dos munícipes. Na Amadora passa-se exactamente o contrário, e quando eleitos do PS declaram que o segredo é a alma do negócio, quando se foge ao concurso público e se privilegia os ajustes directos e os protocolos, é preciso denunciar que estamos perante uma gestão que não é transparente, como a seguir exemplificamos:

- Na política de pessoal o PS decapitou as chefias, põe em causa a actividade sindical, admitiu mais de 150 estagiários cuja característica comum na sua maioria é terem o cartão da JS, encheu a Câmara de rapazes que ultrapassam a estrutura hierárquica

legal e ganham centenas de contos de horas extraordinárias que não fazem;

- Na política cultural tentaram encerrar a Galeria Municipal, mantêm os Recreios da Amadora na completa ilegalidade, pretendem destruir a Amascultura e preparam-se para que os equipamentos construídos pela CDU ao longo de 18 anos sejam desviados para aquilo a que chamam de turismo empresarial;

- Na habitação, quem não se lembra das declarações do Raposo e do Jorge Coelho sobre o PER, dizendo que a CDU queria realojar as pessoas e confrontar essas afirmações com as que são produzidas hoje por Joaquim Raposo dizendo que o PER não é exequível na Amadora, isto depois da CDU deixar tudo preparado para o realojamento de cerca de 6000 famílias inscritas no PER;

- Na rede viária e urbanismo, pararam as obras da estrada dos Salgados, paragem que se traduziu na duplicação dos custos da obra; no Borel alteraram o projecto, não para beneficiar as populações do Borel e da Reboleira, mas para beneficiar a urbanização da Cerâmica Vala, que vê viabilizado um projecto para construir 28 000 m² onde antes tinham sido rejeitados 12 000 m², apenas porque o patrono do projecto é Jorge Silvério, mandatário de Joaquim Raposo nas autárquicas de 97;

- E que dizer do Neudel na Damaia, onde parte dos terrenos do parque urbano são sacrificados à construção de mais de 400 fogos, também patrocinados pelo mesmo indivíduo?

- E muito mais se poderia dizer dos negócios pouco claros entre a Câmara / Gustavo Eiffel / Escola das Profissões / Estagiários, que têm como centro o chefe de gabinete do Presidente da Câmara que acumula estas funções, onde auferem um salário mensal de quase 500 contos, com as de sócio e dirigente da Gustavo Eiffel.

Fiéis ao compromisso com a cidade

É por isso que afirmamos que a Amadora, com o PS, já perdeu dois anos e que o interesse público e os direitos da população só não foram mais prejudicados porque os nossos eleitos, e as organizações do Partido, têm desenvolvido um grande trabalho de denúncia e combate às políticas da coligação PS/PSD.

E é porque nos mantemos fiéis ao compromisso com a cidade, e com quem nela vive e trabalha, que nos batemos nos diferentes órgãos municipais e dinamizamos processos de luta dos quais salientamos: a luta pela defesa da Galeria Municipal; contra a privatização da recolha de resíduos sólidos e das águas; contra as taxas em geral e as tarifas de saneamento; a luta em torno das obras dos espaços envolventes e da inauguração das estações da Reboleira e da Damaia/Buraca; contra a degradação dos espaços verdes na Damaia e pela exigência da construção do Parque Urbano da Ribeira da Falagueira; pela solução dos problemas do realojamento na Brandoa e Venda Nova; contra a alteração do projecto do nó do Borel; pela construção de centros de saúde e contra a gestão privada do hospital.

A dinamização da luta, a par da denúncia pública e da informação, têm vindo a afirmar cada vez com mais força o projecto da CDU, como única alternativa ao Bloco Central que hoje governa o município, sendo com confiança que a organização do partido parte para a batalha de 2001, confiança reafirmada na 6.ª Assembleia de Organização Concelhia que aprovou os objectivos eleitorais.



CDU denuncia política da Câmara

Contra co-incineração Setúbal e Arrábida de luto

Prosseguem, em Coimbra e Setúbal, as manifestações e outras formas de contestação à anunciada intenção do governo de utilizar as cimenteiras de Souselas e Outão para a incineração de resíduos industriais perigosos.

Repetiram-se, a semana que passou, as manifestações em Coimbra, enquanto em Setúbal se iniciaram diversas formas de contestação e tomadas de posição contra a co-incineração. O debate foi também à Assembleia da República, onde o governo veio uma vez mais defender a sua opção. O Partido Ecologista «Os Verdes» divulgou um documento em que considera que

**Impõe-se
atacar
o problema
de raiz**

conferência de imprensa em que estiveram representadas as Associações dos Municípios do Distrito de Setúbal e do litoral Alentejano, as Associações de Comerciantes, Agricultores e Pescadores, Confederação das Cooperativas, Região de Turismo Costa Azul e sindicatos.

Domingo passado, em Setúbal, reuniu a Comissão Contra os Tóxicos, com o objectivo de analisar as alterna-

fundamento desta solução é ainda acrescida por se inserir num «quadro em que continua a persistir a falta de um plano estratégico de identificação, redução, reciclagem e reutilização de resíduos industriais».

**«Os Verdes»
denunciam**

A «situação de verdadeira calamidade» em que se encontram os resíduos industriais em Portugal, a «obsessão pela queima» por parte do governo português, são alguns dos factos denunciados pelo Partido Ecologista, em comunicado sobre a co-incineração.

Numa análise do parecer da Comissão Científica, «Os Verdes» consideram que a eficácia e necessidade do processo não



Volta, Guterres... Estás perdoado!

• Carlos Gonçalves

Um tal Berger do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos disse na conferência de Imprensa de antecipação da visita de Clinton (!) que o Primeiro-Ministro português e o seu Governo tiveram uma presidência da União Europeia «impressionante». O alto funcionário explicou, em substância: «Os portugueses administraram com capacidade o desenvolvimento da política emergente europeia de segurança e cooperação e neste aspecto deve dar-se grande crédito ao Primeiro-Ministro Guterres.»

Mas esta adjectivação superlativa nada vale. E nem tanto por ser um encómio de circunstância, mas antes porque - dizemos nós - é o infeliz reconhecimento de que Guterres, na presidência da União, concretizou passos da política externa, de segurança e defesa comuns que são «impressionantes» para o «Império» e, nessa medida, são presumivelmente negativos para os povos da Europa e a paz.

A vacuidade do panegírico resulta ainda mais clara perante a afirmação do Ministro Jorge Coelho (?): «Estamos a criar condições já nestas últimas semanas, para voltarmos àquilo que é importante, que é tratar dos assuntos dos portugueses.»

Impressionante (sem aspas) como se confessa, com total desfaçatez, que nestes seis meses Guterres não andou a tratar dos assuntos dos portugueses, nem cá nem na Europa; presume-se que não eram importantes.

O plano inclinado

O Governo e o PS vêm tombando há meses e nas últimas semanas aos baldões, pelo plano inclinado da crescente contestação social e política e da correspondente redução de bases de apoio.

É falsa a ideia de que o Governo está em perda por não governar.

O Governo nunca deixou de governar, vezes de mais como quis e sempre conforme decidiu, mesmo quando protelou decisões.

Nem a questão é de falta de coordenação do Governo, ou da presença menos assídua do seu Primeiro e dos Ministros. O Governo, dadas as responsabilidades europeias, foi estruturado com Ministros da Presidência e de coordenação de áreas diversas. O próprio Guterres garantiu a eficácia do modelo.

O Governo está em perda porque implementou um núcleo duro de políticas conformes à dogmática dos «mercados» e conflituou mais e mais com interesses e direitos de sectores sociais muito vastos. O Governo perdeu o pé porque agiu de má-fé e a luta dos trabalhadores e do

povo e a intervenção do Partido desmascaram-no e debilitaram-no. Mesmo as dissensões e guerrilhas internas de PS e Governo são inseparáveis desta luta e intervenção. Assim, porque para Guterres está fora de questão mudar de política, resta-lhe a opção recorrente a mais uma operação de branqueamento e mistificação, para tentar inverter o processo e preservar interesses e projectos de poder.

Volta, Guterres... Estás perdoado!

A mega-operação de marketing político «Volta Guterres - estás perdoado!» não começou bem.

Algumas das primeiras manobras - a entrevista à RTP e a ida ao Parlamento - foram precipitadas e de risco excessivo, o resultado foi mais desgaste para Guterres e o Governo.

Foram esquecidas normas elementares de contra-informação, instituídas pelo «gabinete de crise» do Conselho de Ministros desde o consulado de Cavaco, e que determinam que o «Chefe» seja vitimizado, desculpabilizado e mitificado, mas sempre defendido de riscos, para que, à custa do que e de quem quer que seja, continue no poder, tão absolutamente disponível para o serviço do capital financeiro, como despido de sentido ético de serviço público. Mas a operação vai acelerar, talvez como em 1997, quando não hesitou em anatemizar «o PS só tem feito asneiras», numa manobra perversa para reganhar espaço de manobra à custa do seu partido.

Hoje, como então, inventam-se bodes expiatórios dos desaires de que o próprio Guterres é responsável e já aí temos a telenovela de Verão «a remodelação da rentrée».

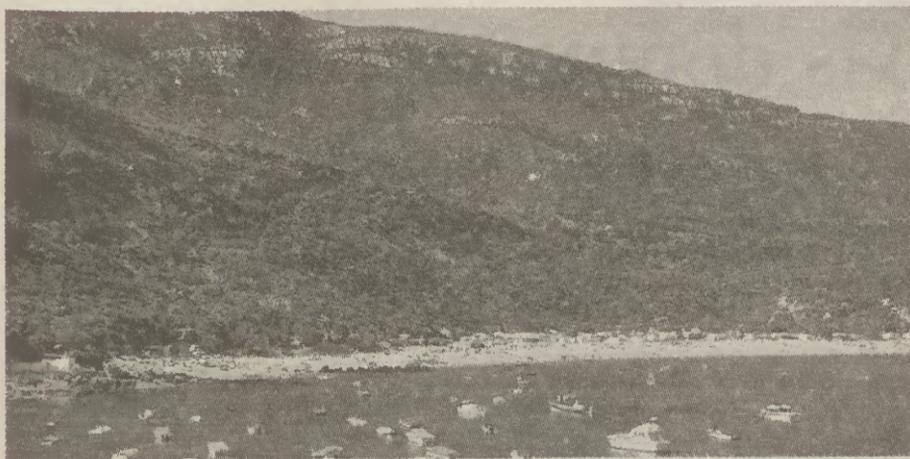
Hoje, como então, ameaça-se com eleições antecipadas, que depois se deixa cair aos pés das sondagens, com o «porta-voz» Coelho a explicar que «o Governo quer ser julgado ao fim de quatro anos». Hoje, como então, aí estão inaugurações à molhada, mesmo de obras feitas há meses e «primeiras pedras», encomendas político-mediáticas de êxito seguro e com a cobertura dos recados para «arrear caminho» do «número 2» Coelho, abusando sem escrúpulos do controlo dos meios do PS, da agenda, do aparelho e das obras do Estado, das empresas públicas e dos media.

«Agora vou voltar!», diz Guterres e os acólitos embevecidos cantam em coro: «Volta, estás perdoado!»

Cá para mim, isto vai piorar.

(1) D.N. de 27.05.00.

(2) Semanário de 26.05.00.



Sobe de tom o movimento de protesto contra co-incineração no Parque Natural da Arrábida

«co-incinerar ou não co-incinerar não é definitivamente a questão para o tratamento dos resíduos industriais».

Unidos contra incineração no Outão

Bandeiras negras numa concentração no Parque José Afonso, em sinal de luto pela Arrábida, foi uma das formas que assumiu o protesto contra a co-incineração no Outão. Uma primeira acção de rua do Grupo de Cidadãos pela Arrábida, que decorreu de par de muitas outras.

Nestes dias multiplicaram-se os protestos de diversas organizações locais e regionais.

A Comissão Executiva do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES) apelou «ao bom senso do governo, no sentido de excluir liminarmente qualquer possibilidade de proceder à co-incineração de resíduos tóxicos e perigosos na cimenteira do Outão». Um apelo feito numa

tivas à queima dos resíduos industriais perigosos. Uma iniciativa em que participaram especialistas de diversas organizações nacionais que têm estudado os problemas dos resíduos industriais e o processo de co-incineração.

Entretanto, a maioria socialista na Câmara de Setúbal rejeitou duas moções contra a co-incineração.

A moção apresentada pela CDU manifestava preocupação com a emissão de dioxinas e furanos lançados para o meio ambiente, referindo que se trata de elementos «comprovadamente cancerígenos», e com o facto de se pretender fazer a co-incineração numa zona de paisagem protegida.

Na Moita, a Câmara Municipal aprovou uma moção de repúdio, lembrando que está em causa um património natural de «incalculável riqueza e de enorme potencial turístico, que tem que ser preservado e valorizado». A autarquia considera também que a falta de

foi demonstrada, sublinham, como preocupante, a recomendação de «uma vigilância epidemiológica activa das populações expostas», lembram o compromisso perante a União Europeia de diminuição das emissões de dioxinas e metais pesados, constata uma vez mais o «desconhecimento total do tipo e quantidade de resíduos industriais que se produzem em Portugal» e reafirmam que a co-incineração não vem resolver o problema dos resíduos industriais no nosso país.

Em conclusão, «Os Verdes» defendem que se impõe atacar «o problema de raiz sem criar outros». O que exige medidas para uma produção diferente, mais limpa, a adopção da redução, reutilização e reciclagem de resíduos industriais e o aprofundamento do conhecimento das diversas tecnologias disponíveis de tratamento.

É para aí que o Partido Ecologista reclama «que o Governo vire as suas atenções e as suas políticas».

Concentração na embaixada dos EUA

Uma concentração frente à embaixada dos Estados Unidos, em Lisboa, teve lugar ontem, dia 31 de Maio, ao fim da tarde.

A iniciativa tinha como objectivo uma mobilização contra a ambição imperial dos EUA, contra a pena de morte, pela paz e o desarmamento e pelos direitos humanos. Entre os participantes nesta concen-

tração - e de par de grande número de organizações sindicais - contam-se o Conselho Português para a Paz e Cooperação, Associação de Amizade Portugal-Cuba, Colectivo de Solidariedade com Mumia Abu-Jamal, Movimento Democrático de Mulheres, Frente Anti-Racista, Juventude Operária Católica, Associação Por-

tuguesa de Deficientes, Voz do Operário, SOS Racismo, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Juventude Comunista Portuguesa, Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, Olho Vivo, APRODIH, Mundo Comum - Associação Juvenil, Movimento Concelhio do Seixal para a Paz e Solidariedade.

CDU/Madeira prepara eleições

Fórum 2000 culmina debates

O Fórum Madeira 2000, realizado passado sábado, culmina todo um processo de debate para recolha e elaboração de propostas que servirão de guia para a actuação da CDU/Madeira.

Promovido pela CDU/Madeira teve lugar, dia 27 de Maio, numa unidade hoteleira do Funchal, o Fórum Madeira 2000, uma iniciativa de debate e discussão realizada no âmbito do trabalho de preparação para as Eleições Legislativas Regionais, que terão lugar no último trimestre deste ano.

Esta iniciativa, que contou com a participação de Carlos Carvalhas, foi extremamente valiosa para a definição dos elementos estruturantes do projecto da coligação para o próximo acto eleitoral, e

É necessário mais CDU para mudar o actual estado de coisas

encerrou um período de debate e reflexão que contribuiu para a apresentação de propostas a serem incluídas no Manifesto Madeira 2000, um documento que será, no essencial, um guia orientador da actuação da CDU/Madeira.

Este documento contempla sete eixos de acção prioritária: autonomia, educação, exclusão social e pobreza, saúde, sectores económicos, ambiente, cultura.

No fórum, que contou com cerca de 80 participantes, houve diversas intervenções

em torno destes temas e que, no fundamental, confluíram numa conclusão comum: é necessário mais CDU para mudar o actual estado de coisas na Região, e isso só será possível com uma boa votação nas próximas eleições, o que pressupõe um trabalho incansável em todas as frentes, desde as visitas às localidades, até à actividade institucional, passando pela mobilização e pela consciencialização dos trabalhadores e das populações em geral.

Na sua intervenção – de que aqui publicamos largos extractos – Carlos Carvalhas apelou para uma maior mobilização para fazer face à ofensiva do governo central contra os direitos dos cidadãos, e para enfrentar o autoritarismo e a arrogância do Governo regional da Madeira, que actua com práticas de governação anti-sociais.



Problemas sociais são a principal preocupação da CDU

Carlos Carvalhas denuncia política de dois pesos e duas medidas

A política do PS «de dois pesos e duas medidas, de aperto do cinto, para os que menos têm e de alargamento para os grandes senhores do dinheiro», foi alvo de denúncia e tema fundamental da intervenção de Carlos Carvalhas no Fórum Madeira 2000.

A redução das bonificações à compra de casa própria, «depois do aumento dos combustíveis, do aumento das taxas de juro e do congelamento dos salários de milhares de trabalhadores», é «grande cinismo», afirmou Carvalhas, que sublinhou:

«- É uma postura de grande cinismo afirmar-se que tal medida foi decidida quando as taxas de juro não estavam a aumentar porque a ser assim, então o governo podia tê-la suspendido ou anulado.

«- É uma postura de grande cinismo afirmar-se perante a situação dramática de tantos casais, que tal medida foi tomada com grande consciência social.

«- É uma postura de grande cinismo quando é o próprio governo que prevê no Orçamento conceder 400 milhões de contos de benefícios fiscais, muitos dos quais às operações financeiras e especulativas e agora em vez de cortar nestes benefícios ou nos privilégios que mantém à banca, corta nas despesas sociais.»

Uma política anti-social a que se contrapõe a política que tem vindo a ser desenvolvida pelo PCP.

«Creio que está à vista de todos os que forem capazes de acompanhar a vida política nacional sem preconceitos e com espírito crítico que a CDU e o PCP estão dedicando o melhor das suas energias, atenções e esforços aos problemas de natureza social, aos problemas que mais afectam a vida quotidiana e as condições de vida de largos sectores da sociedade portuguesa, dos salários e direitos dos trabalhadores às pensões de reforma, da situação na saúde aos agudos problemas do ensino bem testemunhados pela grande vaga de protesto e luta dos

estudantes do secundário (que daqui saudamos calorosamente), através da JCP Madeira (juventude activa, pensante e participativa) para já não falar de muitos outros sectores», disse o secretário-geral do PCP.

Autarquias e AR

Carlos Carvalhas alertou ainda para a necessidade de que «mais portugueses tomem activa consciência do perigo que representa o facto de o Governo do PS se preparar para apresentar muito em breve na Assembleia da República uma proposta de alteração da lei eleitoral para as autarquias que visa:

«- liquidar o direito que os portugueses conquistaram há 24 anos (e que já exerceram 7 vezes) de eleger directamente as Câmaras Municipais e de poderem determinar que, de forma pluralista e pelo sistema proporcional os representa nas vereações municipais;

«- atribuir a Presidência da Câmara ao primeiro candidato da lista mais votada para a Assembleia Municipal, atribuindo a este o poder de escolher arbitrariamente todos os restantes membros da vereação, com o confessado propósito de permitir que todos os vereadores sejam da mesma cor política e partidária».

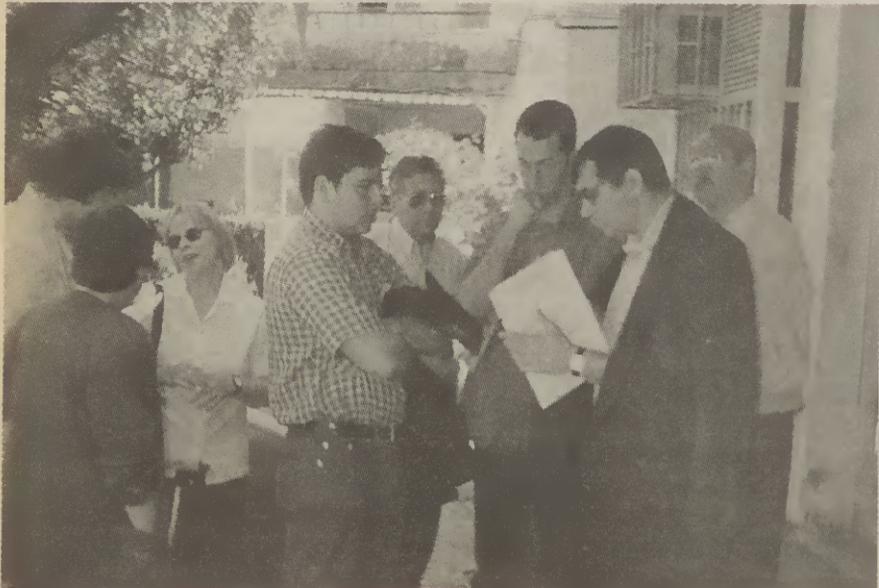
O secretário-geral do PCP considerou também «indispensável chamar a atenção de todos os democratas para que o Governo do PS está também com grande pressa em voltar à carga com uma proposta de lei para alterar o sistema eleitoral para a Assembleia da República que, debaixo da cantilena da «aproximação dos deputados aos eleitores» (de que o PS e o PSD, logo se esquecem quando nas campanhas eleitorais para a AR as transformam não em eleição para deputados mas em eleição do Primeiro-Ministro), se propõe montar um sistema

eleitoral, complicadíssimo e incompreensível para os cidadãos, que favoreça a «bipolarização» pressione e empurre os eleitores para uma ainda maior concentração de votos no PS e no PSD, com manifestos prejuízos para o PCP.

«É preciso dizer com toda a clareza que a proposta do Governo e do PS de dividir o país em cerca de 90 círculos uninominais (por agregação ou divisão de concelhos) em que só estaria em disputa um único lugar que seria ganho pelo candidato mais votado (e segundo todos os estudos todos esses círculos seriam sempre ganhos ou pelo PS ou pelo PSD), não representaria qualquer aproximação entre esse deputado e a maioria dos eleitores. Representaria sim era maior distância porque a maioria dos eleitores desses círculos até podia não ter votado no candidato ganhador, não se sentiria representado por ele e com ele não quererá nenhuma proximidade e, antes pelo contrário, o que sentiria é que os seus votos não teriam obtido representação.»

Integração europeia

«Nesta matéria de integração europeia – disse Carvalhas – do que Portugal precisa é de lutar activamente por um novo rumo para a construção europeia, como inegavelmente se impõe num momento em que, com o aplauso subserviente do ministro Jaime Gama, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha (país que fala sempre como o verdadeiro patrão da Europa) já proclama a necessidade de avançar ainda mais velozmente numa via federalista que, de passo em passo, se propõe reduzir a nada a soberania das nações, reduzir Portugal a um entreposto turístico da União Europeia e reduzir os órgãos de soberania e as instituições democráticas portuguesas a uma direcção regional de um superestado europeu.»



Deputados comunistas em visita à Pontinha

Odivelas quer mais estações de Metro

No quadro da acção política quotidiana da CDU, de regular contacto com as populações, os deputados do PCP Bernardino Soares e Natália Filipe deslocaram-se ao Bairro Madeira na Pontinha, para se inteirarem dos problemas locais.

Entretanto, no passado dia 26, a CDU de Odivelas criticou o traçado da extensão do metro para Odivelas que considera ir contra «as necessidades da população», aproveitando a visita que o primeiro-ministro, António Guterres fez às obras.

Em comunicado, a coligação afirma que as duas estações que o Metro quer construir - Senhor Roubado e Mercado Velho - não são suficientes, defendendo uma estação no cen-

tro da cidade que serviria «mais de 16 mil pessoas» e descongestionaria a cidade. A presença de António Guterres nas obras de extensão do metro consumam «uma atitude de desprezo» pelas aspirações da população e a vontade das juntas de freguesia do município, diz a CDU.

As «razões técnicas e económicas» invocadas pelo Metro para inviabilizar «uma estação no núcleo central da cidade», têm sido «desmentidas» pelo tempo, afirmam os comunistas.

Para a CDU, uma estação no centro só traria «benefícios sociais», pelo que «motivações economicistas de curto prazo» não devem influenciar a decisão.

Grande firmeza na Cimpor Fábrica em silêncio

Segunda e terça-feira não se ouviu trabalhar a fábrica de Souselas. Em Cabo Mondego a produção também parou.

Apesar de todas as formas de pressão da administração e das chefias sobre os trabalhadores, a Cimpor foi abalada pela greve de 48 horas iniciada dia 29 e concluída anteontem. Falando ao «Avante!» do interior da fábrica de Souselas (Coimbra), a dirigente sindical Fátima Messias salientou que há dez anos não se registava uma paralisação laboral na cimenteira.

Nos últimos três anos, a Cimpor não tem cumprido o direito de negociação colectiva e, mais uma vez, decidiu recentemente aplicar uma actualização salarial de 4 por cento, por acto de gestão. «Não temos contrato desde a privatização», resume Fátima Messias, que também integra a

Comissão de Trabalhadores da Cimpor.

Os
trabalhadores
não se
deixaram
intimidar

Com este historial, chegou-se a um ponto em que «a Cimpor dos milhões é a empresa que mais mal paga no sector cimenteiro», praticando salários de menos dois ou três contos que a CMP e a Secil, e pagando menos 6 a 7 contos nos subsídios de turno, entre outras desigualdades que as estruturas da CGTP têm denunciado. O agravamento da exploração dos trabalhadores, verificado nestes últimos anos, teve reflexos no reforço da sindicalização nos Cerâmicos/CGTP e, mais recentemente, em acções que acompanharam o processo de actualização salarial.

Após uma concentração, realizada dia 18 de Maio

junto à sede da empresa, a administração convocou uma reunião com os representantes dos trabalhadores, que seria para negociar. Mas, no dia 22, apresentou-se com uma proposta final, o que levou à suspensão das negociações pelo sindicato. Em plenários, foi decidido avançar para a greve.

Nas mãos

Fátima Messias acentuou o facto de, numa empresa cimenteira, a greve significar que os piquetes ficam com a responsabilidade de manter os fornos (a sua paragem é um processo que demora 72 horas) e a segurança das instalações fabris. Na noite de Souselas, junto aos portões que guardavam o silêncio da greve, a mulher que garantia ali a força do sindicato fazia assim o ponto da situação: «A fábrica está nas mãos dos trabalhadores, mas a resolução do conflito está nas mãos da administração.»

• José Machado

A prática provou a teoria

Concluiu-se recentemente, com acordo por parte da FSTIEP/CGTP-IN, a negociação do Acordo Colectivo de Trabalho para os trabalhadores do Grupo EDP, que decorreu desde Maio de 1996. O resultado é globalmente muito positivo e, em vários aspectos exemplar, já que o objectivo de garantir um instrumento de regulamentação único para todos os trabalhadores do grupo, mantendo o fundamental dos direitos consagrados nos anteriores Acordo de Empresa e Estatuto Unificado de Pessoal, foi alcançado e até ultrapassado em várias áreas. Os 4 anos de negociação foram muito difíceis, passando por fases de bloqueio, particularmente por parte da empresa, que procurava alcançar objectivos que passavam pela retirada de direitos fundamentais dos trabalhadores, contando com a colaboração das organizações sindicais da área da UGT, designadamente do Sindel e do Sinergia. Sempre a FSTIEP resistiu a essas manobras. Podemos hoje, já com um distanciamento mais racional, afirmar

sua adesão e firmeza, foi decisiva no desenvolvimento da fase final do processo negocial do ACT. Estas duas lutas foram decisivas para, em momentos-chave, dar a «explosão» que o processo negocial necessitava.

Orientação justa

Como dirigente sindical da FSTIEP há muitos anos, posso afirmar, com frontalidade, que é muito importante viver uma experiência destas, já que ela consolida as nossas convicções e prova a justeza da orientação traçada para a acção reivindicativa a todos os níveis, incluindo, naturalmente, a concertação social estratégica, já que considero que esta foi criada para responder aos interesses dos governos liberais e do grande capital que dela tiram, geralmente, vantagem. Considerar, em teoria, que a concertação social estratégica é um elemento que pode levar à satisfação das aspirações dos trabalhadores, ou é ingenuidade ou cumplicidade com interesses que não os dos trabalhadores.

Contradição e hipocrisia do Governo e do PS

O Governo e o Grupo Parlamentar do PS «jogam na contradição», uma vez que, contra os princípios que dizem defender, admitem no seu projecto de Lei de Bases da Segurança Social a privatização de parte das pensões de reforma (através do estabelecimento de um *planfond* de contribuições obrigatórias) e a selectividade no valor das prestações.

«Estas propostas revelam uma profunda hipocrisia, porque pretendem fazer crer à sociedade que é na Segurança Social que reside o instrumento fundamental da redistribuição da

riqueza, quando, na verdade, esse papel deve caber à política fiscal, mas assim não acontece porque estamos

perante um verdadeiro escândalo nacional» — acusa a CGTP-IN.

Na resolução aprovada pelos dirigentes e activistas sindicais, que participaram na passada quinta-feira, dia 25, no encontro nacional que teve lugar frente ao Palácio de S. Bento, são reafirmados os princípios que a central aprovou a 6 de Abril. «A CGTP tem propostas responsáveis, que o Governo e os grupos parlamentares não podem ignorar», conclui o documento.



A Segurança Social é um património para defender e melhorar



que os resultados obtidos na negociação do ACT só foram possíveis porque realmente conseguimos envolver, durante o processo negocial, grupos fundamentais de trabalhadores da EDP em acções e lutas reivindicativas que obrigaram a empresa a alterar os seus comportamentos.

A teoria diz que, para se obter resultados na mesa negocial, é essencial os trabalhadores manterem-se em acção e luta reivindicativa. Neste processo negocial, a prática provou a teoria.

A luta vitoriosa e muito unida dos trabalhadores das centrais termoeléctricas, com uma importância estratégica nos centros produtores, desenvolvida durante aproximadamente um ano, com vários dias de greve, reivindicando um conjunto de direitos importantes, relacionados com o seu regime especial de trabalho, obrigou a que a empresa acordasse um Protocolo com a consagração das suas principais reivindicações profissionais, cujo conteúdo foi posteriormente integrado no ACT. Igualmente, os trabalhadores da distribuição, da área de despachos, centros de manobras, piquetes, medidas e avarias, também eles decisivos na distribuição de energia eléctrica, reivindicando a valorização das suas qualificações profissionais, realizaram uma greve de 48 horas, em 28 e 29 de Fevereiro de 2000 que, pela

Só é possível uma concertação social, com algum conteúdo favorável aos trabalhadores, desde que estes estejam em movimento e luta reivindicativa pelos objectivos e conteúdos da mesa negocial.

Por isso e muito bem, a CGTP-IN considerou, nos documentos do seu último Congresso, que a Concertação Social não pode fazer parte da pirâmide do processo de negociação colectiva e, como tal, não tem de fixar referenciais para os salários, que devem ser definidos na livre negociação sectorial. Como é natural, a UGT não está de acordo com estas posições da CGTP-IN, já que o espaço da concertação social é ainda um dos seus últimos balões de oxigénio. Ao afirmar que a CGTP-IN se rege por princípios de classe, de massas, de independência face ao patronato e Governo, é necessário estar consciente que estes princípios só sobreviverão se na acção sindical diária conseguimos provar a sua justeza. Creio que este processo negocial confirmou a justeza desta dimensão de princípios. A vida tem provado, mesmo em condições de correlação de forças políticas muito difíceis, como se passa em Portugal, que a concepção leninista da luta política e social está correcta, já que, engajados nas suas organizações de classe e lutando pelos seus interesses económicos, sociais e políticos, os trabalhadores são realmente invencíveis.

Setúbal em carta a Pina

A União dos Sindicatos de Setúbal entregou segunda-feira uma carta-aberta ao ministro da Economia e Finanças, protestando contra a degradação dos salários e reclamando a concretização da reforma fiscal. A carta-aberta a Pina Moura foi entregue durante a inauguração da nova unidade fabril da Lear Corporation, em Palmela, empresa que, no final de 1999, apenas tinha cinco trabalhadores efectivos, nos mais de dois mil que empregava.

A USS/CGTP denuncia no documento a dualidade de critérios do executivo PS, notando que o Governo concedeu benefícios às empresas de transportes, mas nega que o aumento dos combustíveis tenha reflexos na quebra de poder de compra dos salários.

No documento — disponível na página da União na Internet, em <www.ussetubal.pt>

— é lembrado o compromisso governamental de aproximar os salários portugueses da média comunitária, promessa que está muito longe da realidade. A estrutura distrital da CGTP cita a recente comparação do Eurostat, mostrando os portugueses com os rendimentos mais baixos da UE, num valor equivalente a metade do que ganham em média os «vizinhos» mais próximos na cauda deste pelotão, os gregos e os italianos.

A reforma fiscal por cumprir, a taxa de desemprego que atinge onze por cento no distrito e a degradação da qualidade do emprego (a par da Lear, visitada pelo ministro e apoiada com fundos públicos, a USS cita também a Fertagus, onde 95 por cento dos trabalhadores estão com vínculo precário) são outros problemas para que a União exige resposta.

São ainda lembrados ao ministro os problemas dos 450 trabalhadores da Norporte (a maior empresa do vestuário no distrito, encerrada e por viabilizar, apesar das promessas de António Guterres, Jorge Coelho e Pina Moura), bem como os quase 900 mil contos por pagar aos trabalhadores da ex-Mundet (a falência foi declarada em 1993). A União denunciou ainda o facto de as empresas resultantes da privatização e desmantelamento da Quimigal continuarem a recusar-se a cumprir o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo sobre a aplicação do Acordo de Empresa.

Os trabalhadores do distrito de Setúbal «aspiram a uma vida melhor», «há condições para satisfazer esta justa aspiração» e «não vão deixar de continuar a lutar», assegura a USS/CGTP.

Congresso da Função Pública apontado a 19 de Junho e à continuação da luta nos sectores

«Dobrada» no Porto

O VII Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública apelou a uma forte participação na manifestação europeia pelo emprego.

Paulo Trindade desafiou os 100 delegados do congresso a mobilizarem o maior número possível de trabalhadores associados nos respectivos sindicatos para que conseguissem ter na manifestação de 19 de Junho, no Porto, o dobro dos participantes que estiveram dia 23 de Março, em Lisboa.

A FNSFP/CGTP vai participar de forma autónoma na manifestação europeia, com uma concentração prévia que convergirá depois para o desfile – tal como fizeram em Lisboa, onde vários milhares de trabalhadores se concentraram em Belém, integrando-se depois no desfile da CGTP, que vinha dos Jerónimos para a antiga FIL.

Na sua intervenção de

sexta-feira, no encerramento do congresso, aquele dirigente da FNSFP, citado pela Agência Lusa, salientou a importância de prosseguir a luta pelos objectivos sectoriais, a par das acções de âmbito geral, e desafiou o Governo a discutir as propostas da federação.

Os delegados ao congresso elegeram a nova direcção da FNSFP e aprovaram um texto temático sobre o emprego público e as funções do Estado, apelando a uma acção reivindicativa em defesa do emprego e do vínculo público e exigindo o fim das privatizações dos servi-

ços públicos e a efectiva intervenção do Governo como órgão superior da Administração. O fim da precarização das relações laborais na função pública, a

concretização de um efectivo programa de formação profissional, a responsabilização dos órgãos de gestão dos serviços, a responsabilização do Go-

verno pela não aplicação da legislação em vigor e a integração nos quadros de todos os trabalhadores que exercem funções que correspondam a necessidades permanentes dos serviços são outras das reivindicações da FNSFP.

Respostas

No final do congresso, Paulo Trindade garantiu aos

jornalistas que as lutas sectoriais na função pública vão intensificar-se, porque os cadernos reivindicativos continuam nos ministérios sem obter resposta, nomeadamente na Saúde, Educação, Justiça e Ambiente. A greve dos informáticos foi apontada como um exemplo.

Também Carvalho da Silva, ao intervir no congresso, exortou os funcionários públicos a continuarem a bater-se pelas suas reivindicações e lembrou a importância da unidade na luta. O secretário-geral da CGTP referiu ainda que o aumento do custo de vida e os baixos aumentos salariais têm levado à concretização de inúmeras acções de luta nos mais variados sectores: foram emitidos 261 pré-avisos de greve no primeiro trimestre do ano, e 91 por cento destas greves foram feitas em sectores privados.

Informáticos a cem por cento

O primeiro dos três dias de greve dos informáticos da administração pública registou uma adesão global que rondou os 60 por cento e chegou aos 100 por cento em muitos serviços da Segurança Social. A FNSFP informou que os sistemas informáticos do Centro Nacional de Pensões e dos Centros Regionais de Segurança Social de Lisboa e do Porto estiveram desligados, porque ali a adesão à paralisação foi total. O mesmo aconteceu nos Centros Regionais de Segurança Social de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Évora, Coimbra, Viseu e Guarda. Nas câmaras municipais de Figueira da Foz, Lousã, Alandroal, Mora, Loures, Vila Franca de Xira e Vila Real a greve também foi total.

Os dados da federação, citados pela Lusa, indicam ainda que, no Ministério do Ambiente a adesão rondou os 90 por cento, no Tribunal de Contas os 60 por cento, no Ministério da Justiça os 50 por cento e nos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras os 70 por cento.

Com a greve de segunda-feira até ontem, os trabalhadores da informática lutam pela revisão e reestruturação das respectivas carreiras. Reivindicam ainda a atribuição de um subsídio de risco, a bonificação da idade de reforma e a revisão do sistema de turnos.

A capital da precariedade

A União dos Sindicatos de Lisboa entregou sexta-feira no Ministério do Trabalho um documento denunciando a grave dimensão da precariedade do emprego, que afecta 256 mil trabalhadores na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Aquele número, inscrito no dossier da USL/CGTP, representa 44 por cento do total nacional, conforme frisou aos jornalistas Arménio Carlos. Citado pela Lusa, à saída da audiência com o chefe de gabinete do secretário de Estado do Trabalho e o assessor jurídico do ministro Ferro Rodrigues, o coordenador da União salientou que os contratos de trabalho com vínculo precário aumentaram 20,8 por cento, entre 1998 e 1999, muito mais do que o crescimento de 1,5 por cento do total do emprego. «Grande parte dos traba-

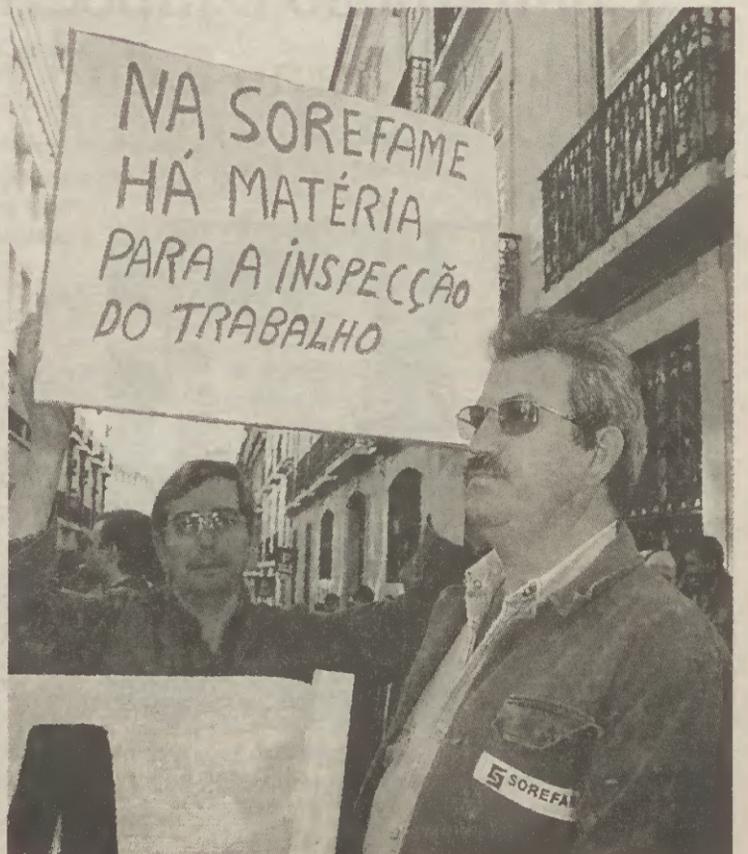
lhadores em situação precária está a ocupar um posto de trabalho efectivo», denunciou Arménio Carlos.

No documento da USL é criticada a ausência do problema no documento da Cimeira do Emprego, realizada em Março, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia. A União reclamou uma maior acção da Inspeção Geral do Trabalho, que deveria ser reforçada em meios e formação adequada dos inspectores, uma vez que, apenas no período de 1996 a 1999, houve 411 pedidos sindicais de intervenção que ficaram sem resposta.

Os sindicatos exigem ao Governo que faça cumprir as leis nos locais de trabalho, para que não continuem a acontecer, entre outras ilegalidades, os despedimentos de trabalhadoras grávidas, lem-

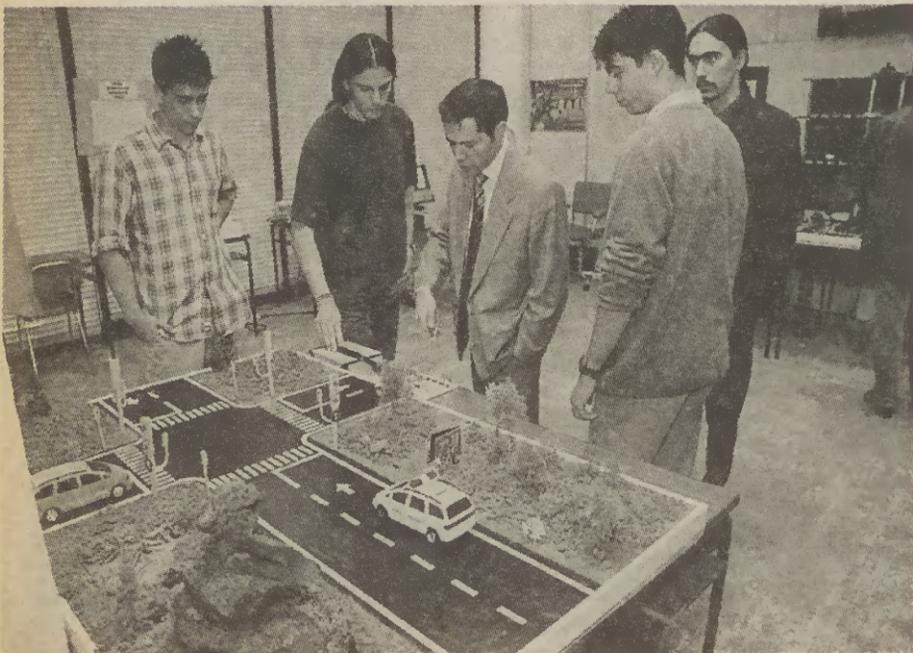
brando casos ocorridos nas empresas Triunfo Internacional e Feira Nova. No estudo da USL surgem empresas de diversos ramos em que o número de trabalhadores precários chega a atingir cerca de 90 por cento do total de funcionários. É o caso das grandes obras, feitas por trabalhadores que, em mais de 80 por cento dos casos, se encontram em situação precária.

A USL expressou aos representantes dos Governo especial preocupação com a falta de segurança e a elevada precariedade no sector da construção civil, que emprega muita mão-de-obra oriunda de África e do Leste europeu, e constituiu um campo aberto à exploração e intimidação dos trabalhadores em situação ilegal por parte dos empreiteiros e sub-empreiteiros.



Ficaram sem resposta mais de 400 pedidos de intervenção, em três anos (foto de arquivo)

Experiência da EPPET deve prosseguir



O sucesso de Telheiras devia ser ampliado e alargado a outras regiões, defende o PCP

O sucesso da Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações exige que o Estado continue a assumir aquele projecto de ensino e que o Ministério da Educação crie de imediato condições para que o ano lectivo arranque em devido tempo e com o curso completo – defende o organismo intermédio das Telecomunicações de Lisboa do PCP.

Em comunicado que divulgou sexta-feira, o organismo denuncia, citando os estudantes da EPPET e fontes do ME, a intenção dos responsáveis da 5 de Outubro de entregar a escola de Telheiras ao INETE (Instituto de Educação Técnica), um estabelecimento privado «que parece não ter experi-

ência de ensino relevante ou até bem sucedida nesta matéria». No negócio, que surgiria em lugar da proclamada paixão do PS e do Governo pela educação, «o Ministério continuaria a assumir os encargos decorrentes deste ensino técnico, pagando para o efeito ao sector privado, neste acaso ao INETE, a cujo projecto teriam estado ou ainda estão ligados, por posição accionista, a secretária de Estado do mesmo Ministério, Ana Benavente, e outros destacados quadros do PS». Os comunistas reclamam que, caso o ME assumisse oficialmente a opção política de encerrar a EPPET, deve «dar cabal esclarecimento público sobre a existência

ou não de ligações políticas ou outras de dirigentes ou altos quadros do Ministério ao projecto de ensino em que se insere o INETE». Para haver total transparência nas decisões políticas, o organismo das Telecomunicações defende que, se não forem esclarecidas aquelas ligações e se se mantiver a opção de encerrar a escola pública, «deve ser feita a necessária fiscalização do processo pela AR e uma profunda investigação do mesmo pela própria Polícia Judiciária».

Os comunistas manifestam «total solidariedade às acções dos estudantes da EPPET pela manutenção e desenvolvimento da sua escola pública».

Quadros debatem associativismo

Mais atenção do PCP

A discussão sobre as associações populares e a intervenção organizada dos comunistas precisa alargar-se e envolver a generalidade das organizações do Partido.

Questões actuais da vida das colectividades de cultura, recreio e desporto estiveram em foco no encontro nacional de quadros que o PCP levou a cabo, no passado sábado, na Biblioteca Municipal do Barreiro, com a participação de quase uma centena de dirigentes associativos, autarcas e responsáveis de organismos do Partido vindos de várias regiões, com destaque para Setúbal, Lisboa e Porto.

Em quase todas as duas dezenas de intervenções foi afirmada a necessidade de uma maior atenção das organizações do PCP às questões do movimento associativo popular, como salientou Jorge Cordeiro, da Comissão Política, ao encerrar os trabalhos. Apontando o associativismo

como «espaço natural de intervenção dos comunistas, a par de outras frentes de acção junto das populações», o dirigente comunista

O movimento associativo contribui para o aprofundamento da democracia

colectividades para objectivos que não os do movimento associativo.

Ao longo da manhã e da tarde foram relatados alguns exemplos dessas tentativas,

sobretudo por parte do Governo e do seu aparelho: mais frequente presença de governantes e responsáveis do Instituto Nacional



alertou para o facto de se verificarem movimentações mostrando que «há quem queira instrumentalizar» as

do Desporto ou do Inatel em iniciativas de colectividades, figuras muito identificadas com o PS a procurarem posi-



A acção positiva dos comunistas nas associações populares precisa alargar-se e intensificar-se

ções de destaque nalgumas associações. A sua acção foi caracterizada com frases como «só querem o poder, e trabalho - népias», ou «querem fazer a sua política e deixar para os outros o trabalho».

Mas as críticas mais fortes ao Governo e à maioria que o suporta prenderam-se com a legislação que tem a ver com

o movimento associativo de raiz popular. Carlos Rabaçal, do Comité Central e do Grupo de Estudos do Partido para o Associativismo, ao abrir a discussão, sintetizou a apreciação em dois pontos: por um lado, faltam instrumentos legislativos que seriam extremamente favoráveis, como o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário (projecto de lei que o PCP vai brevemente voltar a apresentar na AR); por outro lado, exceptuando o resultado de propostas dos

comunistas, «toda a legislação que saiu é má».

Os exemplos que apontou foram acrescentados durante o encontro: a lei sobre bares e restaurantes, as exigências para o funcionamento de instalações desportivas, para o transporte colectivo de grupos culturais e equipas desportivas, a tentativa de substituição das obrigações do Estado pelo mecenato privado, o tratamento fiscal das colectividades como se fossem agentes económicos lucrativos.

Mandato aberto em Santo Tirso

Os deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto, João Amaral e Honório Novo, acompanhados por membros da Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP, realizaram no dia 22 de Maio um Mandato Aberto em Santo Tirso, que lhes permitiu fazer um levantamento dos principais problemas do distrito. No final, em encontro com a imprensa, os deputados denunciaram o que viram, comprometendo-se a intervir no âmbito das suas competências na Assembleia da República.

Por exemplo, na visita ao Hospital Distrital de Santo Tirso, os deputados tomaram conhecimento das insuficiências existentes, que impõem a necessidade de um novo hospital, concluindo que o nível dos serviços prestados se deve, em grande medida, ao esforço e profissionalismo da

equipa que ali trabalha. Também o Centro de Saúde de São Martinho de Campo tem um bom trabalho mas há falta de médicos e de outros trabalhadores auxiliares, não tendo ainda a Câmara canalizado a água nem feito o saneamento.

Em reunião com a direcção da Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso, os deputados ouviram queixas em relação ao atraso nos apoios à modernização e reconversão das empresas do concelho, dali seguindo para o Sindicato Têxtil, onde foram recebidos pela Direcção que os informou sobre a situação social no concelho, caracterizada por salários muito baixos, e a atribuição de subsídios no valor de cerca de dez milhões de contos a 19 empresas, sem que os investimentos sejam visíveis. Também, num encontro com os trabalhadores da CAMAC, João Amaral e

Honório Novo ouviram as suas preocupações com o futuro dos seus postos de trabalho, se não forem tomadas medidas urgentes.

Câmara polui

Por sua vez, na visita à ETAR da Rabada - a está a chegar aos limites da sua capacidade -, os deputados concluíram que, tendo em conta que a ETAR de Serzedelo já está sobrecarregada e a da Agra está a 70%, as ETARs existentes começam a ser insuficientes.

Mais tarde, os deputados contactaram com a população de Cense, em Vila das Aves, que há muitos anos espera pela ligação rodoviária a Paradelas prometida pela Câmara socialista, e assim se vê isolada, com dificuldades de transportes, sem saneamento básico e água canalizada.

Em Freixieiro, Vila das Aves, a delegação teve oportunidade de presenciar um espectáculo inacreditável: uma viatura «limpa-fossas» da Câmara Municipal de Santo Tirso a descarregar os respectivos resíduos directamente para o rio Ave, comprovando o que a CDU tem vindo a denunciar: que a Câmara Municipal de Santo Tirso é uma das principais poluidoras do rio Ave.

Por fim, a delegação visitou a Escola Tomás Pelayo onde todas as estruturas se estão a degradar devido à sobreocupação, à antiguidade e à falta de investimento, e que tendo sido concebida para 700 alunos tem actualmente 1530. Vale a existência de um corpo docente dinâmico e dedicado que implementa projectos inovadores, como o ALEA, dado a conhecer aos deputados.

Odivelas PCP acciona queixa contra a Junta

O presidente da Junta de Freguesia de Odivelas e deputado do PS, Victor Peixoto, mandou retirar na segunda-feira diversos painéis que o PCP havia colocado na freguesia com propaganda política e informação deste partido e da CDU, relativas nomeadamente ao «Jardim na Quinta da Memória», à «exigência de justiça fiscal», e de «melhores salários» e «contra os aumentos dos preços».

«À falta de argumentos políticos», o presidente da Junta «usa e abusa do seu cargo político para fins político-partidários», acusa a Direcção Concelhia de Odivelas do PCP que sempre «manifestou e reafirmou a sua disponibilidade para analisar com a Junta de Freguesia as situações que colocassem em causa as boas condições de segurança ou outras situações de perigosidade».

Chamando a atenção para o facto de idêntica propaganda estar espalhada por diversas freguesias e concelhos do País, sem que tenha sido alvo de qualquer remoção, o PCP informa, ainda, que já accionou uma queixa-crime em tribunal contra este abuso e deu conhecimento da situação ao Presidente da Comissão Instaladora do Município de Odivelas.

Barrinha de Esmoriz em debate

Quando da deslocação do deputado comunista João Amaral ao concelho de Ovar, onde pôde constatar a situação de degradação em que se encontra a Barrinha de Esmoriz, para discutir o assunto, o PCP promoveu um colóquio-debate que teve lugar, à noite, nas antigas instalações dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz. Entre outras pessoas, participaram na iniciativa representantes das duas Juntas de Freguesias (Paramos e Esmoriz), das associações locais (APARDIL Comissão de Melhoramentos de Esmoriz), da Quercus e da Comunidade Piscatória. Nas cerca de 15 intervenções que tiveram

lugar, algumas de grande qualidade, foi possível perceber por um lado a complexidade do problema (localização entre duas autarquias distintas, duas Direcções Regionais do Ambiente, duas CCRs), e por outro o perfeito abandono a que tem sido votada a Barrinha ao longo das últimas décadas. Perante os factos e depois de ser lida uma moção na qual se tentou resumir o conteúdo das intervenções proferidas durante o debate, João Amaral chamou a atenção para a necessidade de reunir um amplo consenso entre as múltiplas instituições envolvidas na resolução deste problema, sem o qual dificilmente se poderão atin-

gir os objectivos que se pretendem para a Barrinha. Para isso, prometeu, na Assembleia da República, e em concertação com as Organizações Locais da CDU, trabalhar no sentido de ser apresentada uma proposta credível por forma a assegurar uma gestão integrada da Barrinha, que não deixe de fora nem as autarquias locais, nem as Associações locais nem tão-pouco a Comunidade piscatória que chegou durante muitos anos a viver do lagoa costeira. Por último, também a prof. Manuela Caetano, para além de referir as várias intervenções do PEV acerca da Barrinha, algumas

com mais de 10 anos, manifestou algumas reservas sobre a forma como o problema tem sido gerido, com o Ministério do Ambiente a deixar impunemente que as empresas e as próprias autarquias poluam os rios que drenam para a Barrinha, e com as câmaras de Espinho e Ovar de costas voltadas quando o desejável seria que se entendessem. No final, os presentes subscreveram uma moção que, condensando o conteúdo dos alertas e objectivos definidos para a Barrinha, será entregue às câmaras de Espinho Feira e Ovar, bem como ao Ministério do Ambiente e à Assembleia da República.

Festa do «Avante!» Setúbal prepara Festival

No âmbito da preparação da Festa do «Avante!», a Comissão Distrital de Setúbal do PCP está a organizar mais um Festival «Cantar a Liberdade», dirigido a bandas de música portuguesa e cantores a solo do distrito de Setúbal.

Para poderem participar no Festival, cujo objectivo é seleccionar uma banda ou cantor que faça parte do Palco «Novos Valores», os candidatos deverão enviar uma maquete com dois

temas para a DORS do PCP - Edifício Arrábida, Av. 5 de Outubro, n.º 35, 2900 Setúbal, ou solicitar informações em qualquer Centro de Trabalho do PCP do distrito até dia 9 de Junho.

Os candidatos seleccionados serão conhecidos no dia 20 de Junho, realizando-se o Festival com os seis candidatos apurados no dia 1 de Julho, às 21h00, no Jardim José Maria dos Santos, no Pinhal Novo.

4.ª Assembleia de Sintra denuncia Plano Director Municipal

Betão a mais, espaços verdes a menos

Culminando um trabalho preparatório que incluiu dezenas de plenários e reuniões, realizou-se, no sábado, com a participação de dezenas de delegados e convidados, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra do PCP.

Começando por definir o PCP como «um partido marxista-leninista, revolucionário, coerente e combativo», que recebe «a sua força da profunda ligação à classe operária, aos trabalhadores e ao Povo», a Resolução Política aprovada

Precariedade e ausência de direitos marcam situação do concelho

pelos delegados presentes à Assembleia descreve a situação social e política do concelho, apontaram algumas linhas de trabalho para o reforço da intervenção do Partido.

Caracterizando os cinco anos que distam da 3.ª

Assembleia como anos de intensa luta contra a política de direita do Governo PS, o documento chama a atenção para os sete actos eleitorais entretanto realizados e que, obrigando ao empenhamento da organização, levaram-na a discutir o aprofundamento das questões organizativas. Mesmo assim, e apesar das dificuldades e dispersão das empresas do concelho, criaram-se novas células de empresa e a acção do Partido conheceu novos avanços e desenvolvimentos.

A Assembleia mostrou-se, no entanto, preocupada com o aumento do trabalho clandestino, a crescente precariedade do trabalho em muitas empresas e a ausência de direitos que marcam a situação no concelho e têm levado à mobilização crescente dos trabalhadores em lutas, manifestações e greves realizadas por todo o lado, inclusive na Câmara Municipal contra a privatização do serviço de recolha dos lixos urbanos.

CDU tem trabalho notável

A propagandeada qualidade de vida do concelho é, pois, uma «miragem» para os comunistas que condenam também o Plano Director Municipal, imposto pela maioria absoluta



A Assembleia apontou as linhas de trabalho com vista ao reforço do PCP

do PS, que irá «legalizar um mau urbanismo, com betão a mais e acessibilidades e espaços verdes a menos».

Quanto ao «trabalho notável» realizado pelos vereadores da CDU nos mandatos em que tiveram pelouros, apesar de reconhecido por todos como

muito valioso, ele foi coartado pelo Executivo do PS, em prejuízo das populações.

A Assembleia definiu como orientação prioritária o reforço da ligação aos trabalhadores, afirmou o empenho dos comunistas na participação e dinamização do movimento associativo e no reforço das lutas das populações em torno de problemas concretos, e considerou de máxima importância a chamada de jovens à participação política e o trabalho junto dos reformados.

Os delegados analisaram ainda a situação do concelho e o descontentamento da população face ao marasmo da Câmara na resolução dos graves problemas e carências existentes, por exemplo, ao nível das infra-estruturas, das acessibilidades, da saúde, do

ensino, da segurança ou do urbanismo, concluindo que só a CDU está em condições de construir uma alternativa política a este degradante estado de coisas.

Daf que a Resolução Política apontasse como objectivo eleitoral para os comunistas de Sintra ganhar a Câmara Municipal, reforçar a freguesia de Rio de Mouro, ganhar as freguesias de Queluz, Massamá, Monte Abraão, Agualva-Cacém, Belas, Algueirão e Montelavar e aumentar o número de eleitos nas restantes freguesias.

Por fim, a Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, constituída por 61 elementos, 17 dos quais (28%) mulheres, a quem competirá decidir sobre as grandes tarefas e iniciativas do Partido no concelho.

7.ª Assembleia dos Transportes

Onda de greves responde a Governo

«Um Partido mais forte para lutar, intervir e participar» foi, por sua vez, o lema a que se subordinou a 7.ª Assembleia da Organização do Sector de Transportes da ORL do PCP, que no sábado se realizou, com a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política, que encerrou os trabalhos.

No decurso dos trabalhos, os 80 delegados à Assembleia analisaram a situação social e económica das empresas do sector, as consequências da política de direita que tem vindo a ser aplicada e a ofensiva em curso contra os direitos dos trabalhadores, reafirmando, ainda, ao longo de 28 intervenções a necessidade do reforço do PCP e do prosseguimento da luta dos trabalhadores.

A Resolução Política aprovada pela Assembleia, começa por fazer a caracterização do sector, marcada durante a governação do PS pelo desmembramento da CP e da ANA, pela entrega da exploração ferroviária do eixo

norte/sul, incluindo a Ponte 25 de Abril, ao mesmo grupo privado que já hoje domina o sector rodoviário, a privatização da TAP (cuja segmentação está a ser preparada) e a aprovação de legislação visando a entrega total do sector portuário aos privados.

Assim, depois de passar em revista a situação nos vários sectores - ferroviário, rodoviário, fluvial, transportes urbanos, aviação civil, marítimo e portuário -, a Resolução conclui pela necessidade de, entre outras medidas, parar-se com o desmembramento e privatização das empresas e organismos públicos do sector; criar uma Autoridade Metropolitana de Transportes, com competências na área do planeamento do sistema e de opções de investimento; definir uma estratégia nacional para a rede de aeródromos; manter a TAP no sector público e como importante empresa estratégica.

Entretanto, a ofensiva de

direita atinge não só a estrutura empresarial pública mas também a organização dos trabalhadores, os direitos, os salários e postos de trabalho.

PCP - um partido diferente

Em resultado dessa ofensiva - cujas consequências são visíveis no aumento do emprego precário e da precarização das relações laborais, dos ataques à contratação colectiva, das tentativas de imposição da flexibilidade de horários e da polivalência de funções, das limitações à acção dos sindicatos e das Comissões de trabalhadores no interior das empresas - os trabalhadores desencadearam uma onda de protestos, que culminou com as recentes e massivas greves no Metro e na Carris, e vai certamente prosseguir

Face, pois, ao volume e complexidade da luta, a Assembleia entende que o PCP, como Parti-

do dos trabalhadores, tem de reforçar a sua estrutura orgânica, aumentar e melhorar a sua intervenção. Não o pode fazer, porém, de forma abstracta mas tendo em conta as alterações verificadas e as características actuais do trabalho no sector.

Para isso, a 7.ª Assembleia do Sector de Transportes definiu algumas medidas orgânicas que passam pelo reforço da organização e da intervenção do Partido, o aumento da militância e da afirmação dos comunistas nos locais de trabalho, o aprofundamento da democracia interna e o melhoramento do trabalho de direcção.

Por fim, como contributo para a preparação do 16.º Congresso, os delegados aprovaram uma declaração onde reafirmam a escolha do marxismo-leninismo como caminho que, explicando «a nossa natureza e identidade de classe», faz do PCP «um Partido diferente», um Partido «que queremos continuar a ser».

5.ª Assembleia de Arraiolos

Afirmar o concelho

Inserido na fase preparatória do 16.º Congresso, e subordinado ao lema «Um Partido Forte. Um Concelho em Desenvolvimento», realizou-se em Arraiolos a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP que teve a participação de 90 delegados e cinco dezenas de convidados.

Na Assembleia, os vários sectores prestaram contas da sua actividade, tendo os delegados aprovado por unanimidade o relatório sobre o trabalho desenvolvido desde a última Assembleia da Organização e uma Resolução Política que traça as tarefas que se colocam à organização no futuro, com vista ao seu fortalecimento, das quais se destaca a necessidade de dar particular atenção à responsabilidade dos quadros, ao recruta-

mento e a uma maior intervenção nos problemas sociais no Concelho.

O desenvolvimento económico, o ordenamento do território, a educação e ensino, a cultura e desporto, a acção social, a saúde e a segurança dos cidadãos foram outros temas tratados na Resolução Política que aponta a necessidade de afirmar o concelho no contexto regional e nacional, partindo das suas riquezas patrimoniais e culturais.

Preparar o Congresso

A Resolução chama, ainda, a atenção para o péssimo estado das vias de comunicação que ligam o concelho à capital do distrito e debruça-se sobre as eleições autárquicas de 2001,

definindo as linhas de trabalho futuro e reiterando a determinação dos comunistas em lutar contra as alterações à lei eleitoral para as autarquias que o Governo tenta introduzir.

Por fim, a Assembleia elegeu por unanimidade a nova Comissão Concelhia, agora constituída por 23 elementos.

Diamantino Dias, membro do Comité Central a quem coube encerrar os trabalhos, depois de salientar a importância que a organização Concelhia de Arraiolos tem no contexto Distrital e as tarefas que se colocam aos militantes, chamou a atenção para a preparação do 16.º Congresso e para o significado da Assembleia, realizada com uma transparência de que mais nenhum outro partido é capaz.

Este dirigente denunciou,

depois, a política de «desprezo total pelos direitos dos trabalhadores» prosseguida pelo Governo do PS e abordou com detalhe a sua tentativa de, através das alterações à lei eleitoral para as autarquias, impedir a fiscalização da e verificação da legalidade, acentuar o presidencialismo, criar executivos «monocolors» e deslegitimar a vontade directa das populações, já que a escolha dos vereadores caberia ao Presidente da Câmara.

Diamantino Dias sublinhou ainda a importância da luta de massas contra a política do PS e valorizou o trabalho desenvolvido pelo Partido junto dos trabalhadores, tendo apontado para a necessidade de o Partido e as suas organizações prosseguirem o reforço da sua ligação aos trabalhadores.

8.ª Assembleia do Montijo
Trabalhadores são prioridade

Sob o lema «Com os trabalhadores, lutar e vencer», realizou-se no sábado passado, no Montijo, a 8.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP, com a participação de 50 delegados eleitos em 11 Assembleias Plenárias.

A Resolução Política discutida e aprovada na Assembleia, depois de caracterizar a actividade do Partido no concelho, aponta novos objectivos de trabalho nos planos orgânicos e políticos, entre eles, a priorização da actividade do Partido junto dos trabalhadores, na dinamização da luta das populações e na luta pela alteração da composição política dos órgãos autárquicos, de forma a «transformar crescimento em desenvolvimento».

Os problemas dos trabalhadores e das populações do Montijo estiveram, assim, presentes na Assembleia, ao lado de duras críticas à actual gestão da Câmara PS, nomeadamente quanto à falta de iniciativa da Câmara na promoção de um Desenvolvimento Económico e Social do concelho.

Os delegados debateram, ainda, a tentativa de deslocalização do Cais Fluvial de Passageiros para o Seixalinho e a construção de um novo Hospital para o Montijo e de outros equipamentos de saúde, ao mesmo

tempo que manifestaram a disponibilidade de luta do PCP pela resolução dos principais problemas das populações.

Por fim, a Assembleia elegeu uma Comissão Concelhia renovada e rejuvenescida, constituída por 31 membros - 17 dos quais eleitos pela primeira vez -, com uma composição social muito diversificada mas onde os operários e empregados têm uma representação dominante (60%). No encerramento dos trabalhos, Virgílio Azevedo, do Secretariado do Comité Central, realçou os principais traços da actual situação política e social e a necessidade do reforço do PCP, «como pólo aglutinador da esquerda e imprescindível à luta dos trabalhadores por uma alternativa de esquerda».

Referindo-se, depois, à actual fase preparatória do 16.º Congresso do Partido, disse que o debate que se vem travando entre os militantes «reafirma o PCP como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido que se orgulha da sua história de partido revolucionário, partido marxista-leninista, de um funcionamento interno indiscutivelmente mais democrático que qualquer outro partido, partido ao mesmo tempo patriótico e internacionalista, que luta pelo socialismo, que é e quer continuar a ser comunista».

MARVÃO Património da Humanidade

A Comissão Nacional da UNESCO acaba de aceitar a candidatura de Marvão a Património da Humanidade. Congratulando-se com esta decisão, a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP saúda todos os que sempre defenderam a riqueza patrimonial do concelho de Marvão, considerando que esse «extraordinário legado medieval, alcantilado a 860 metros de altitude, no cimo de uma das cristas mais altas da região», há muito merecia tal distinção.

Entretanto, o PCP entende que, pela riqueza patrimonial que encerra, Elvas merece também uma apreciação nesse sentido e admite a sua classificação como património da humanidade.

PALMELA Decisão contradiz discussão

A Comissão Concelhia de Palmela do PCP, associando-se ao movimento de opinião que repudia a eventual incorporação da fábrica de cimentos Sécil no sistema nacional de incineração de resíduos industriais tóxicos e perigosos, anunciada pela Comissão Científica, afirma que uma tal perspectiva está em contradição com o resultado da discussão efectuada numa primeira fase do processo, que eliminava o Outão das possíveis localizações em consideração. A posição do PCP não tem qualquer apreciação valorativa do parecer, que não é conhecido em toda a sua extensão, nem ilude a premência de se definir urgentemente um Plano Nacional de Tratamento de Resíduos Industriais. O que considera «inaceitável» e condena é que o Governo, escudando-se num parecer técnico, procure impor uma solução que ignora a vontade das populações, «em vez de promover uma solução responsabilmente construída por todos».

COIMBRA Um parecer de pouco peso

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, referindo-se ao parecer da Comissão Científica que defende a co-incineração como método de eliminação de resíduos industriais e exclui apenas uma entre várias hipóteses de localização, diz que este parecer «não tem qualquer carácter vinculativo», como decorre do Decreto-Lei que a criou e que claramente atribui estas decisões ao Governo e à Assembleia da República.

Os comunistas lamentam que a Comissão Científica se tenha debruçado sobre o problema, «a partir de uma visão restritiva das suas funções», quando pela lei 20/99 lhe era cometida a avaliação de outras alternativas de tratamento e eliminação dos resíduos industriais. Assim, o seu parecer tem «mesmo no estrito plano científico, menos peso e maior fragilidade».

PORTIMÃO Mercado demolido

Numa «operação-surpresa», de forma a evitar manifestações de protesto, a maioria PS na Câmara Municipal de Portimão demoliu na sexta-feira o antigo mercado, cuja manutenção havia defendido nas últimas eleições autárquicas. A denúncia cabe à Comissão Concelhia de Portimão do PCP que preconizara publicamente que a demolição ficasse suspensa até que fosse concretizado um concurso de ideias no sentido de apurar a melhor solução para o futuro do edifício e da zona envolvente. Porém, uma vez que, seguindo uma política arrogante e de «facto consumado», o PS procedeu à demolição do mercado, os comunistas desafiam este partido a «a explicar quais as razões desconhecidas que o levaram a mudar de ideias e a mandar às malvas o compromisso eleitoral que assumiu perante os portimonenses».

ALENTEJO Mais apoio, menos papéis

Em nota à comunicação social, onde saúda as lutas dos trabalhadores da administração pública, dos professores, mineiros e estudantes, a Direcção Regional do Alentejo do PCP manifesta igualmente a sua solidariedade aos agricultores alentejanos, exortando-os a participar na concentração nacional por mais apoios e menos burocracia e em defesa da lavoura e do mundo rural que a CNA realiza na próxima segunda-feira, em Évora.

A DRA saúda ainda os 400 participantes da 1.ª fase preparatória do Encontro Regional do Alentejo sobre o Poder Local, previsto para 18 de Junho, em Évora, cuja contribuição foi decisiva para a elaboração do anteprojecto de documento que será submetido a discussão até ao dia 6 de Junho.

PCP apresenta contas de 1999 Receitas próprias financiam Partido

O PCP, cumprindo com a necessária adequação à especificidade partidária a legislação aplicável e o Plano Oficial de Contabilidade, apresentou, no passado dia 26 de Maio, as contas de 1999 ao Tribunal Constitucional.

A Comissão Central de Controlo do PCP, por sua vez, examinou as Contas do Partido relativas ao ano de 1999 e concluiu que as mesmas estão de acordo com as disposições legais aplicáveis. Considera, entretanto, de sublinhar «que o financiamento da actividade do PCP assenta no fundamental no esforço de obtenção de receitas próprias», para o que contribui de maneira relevante «o cumprimento do princípio ético-político de os eleitos comunistas em cargos públicos não serem beneficiados nem prejudicados financeiramente pelo exercício desses seus cargos».

As contas apresentadas «integram os resultados do ano, o inventário anual do património do Partido quanto a bens imóveis e móveis, a lista discriminada do património imobiliário de sua propriedade, a declaração de que o PCP não recebeu quaisquer donativos de pessoas colectivas e o parecer da sua Comissão Central de Controlo».

Como em anos anteriores, as contas são «consolidadas e globais, representativas do conjunto das organizações do Partido e não apenas da sua estrutura central, apesar de as alterações legislativas permitirem o contrário», e confirmam que «o financiamento do PCP assenta fundamentalmente na obtenção de receitas próprias, que são 93,3 %, constituindo as subvenções do Estado somente 6,7 %».

Gestão criteriosa

Assim, as contas agora apresentadas relevam uma receita de Esc. 1.754.980.176\$60 e uma despesa de Esc. 1.742.777.954\$40, com um

saldo positivo de Esc. 12.202.222\$20, apresentando as principais rubricas, quanto às receitas próprias, o seguinte peso relativo nas receitas globais:

– Resultado da actividade de Angariação de Fundos, 36,05%.

– Contribuições de representantes e eleitos do PCP, 22,88%.

– Quotizações e Contribuições de membros do Partido, 15,15%.

– Donativos de pessoas singulares, 0,61%.

– Outras receitas (propriedade intelectual, financeiras e extraordinárias), 18,62%.

No que respeita às despesas, o peso relativo de cada uma delas apresenta o seguinte resultado:

– Custos com pessoal, 52,85%.

– Fornecimentos e serviços externos, 29,66%.

– Impostos, 0,33%.

– Amortizações, 2,89%.

– Outras despesas (Despesas centrais e subsídios às organizações para despesas

com as campanhas eleitorais), 14,27%.

Como se pode constatar, os resultados globais obtidos em 1999 mostram um equilíbrio

entre receitas e despesas que se deve essencialmente «ao persistente e quotidiano esforço realizado pelas organizações e militantes do

partido e à realização de uma criteriosa gestão efectuada na administração do património do Partido com vista à obtenção dos meios materiais necessários à intensa e diversificada actividade política».

O PCP não recebe quaisquer donativos de pessoas colectivas

Apuramento dos Resultados Líquidos do Período

31 de Dezembro de 1999

PROVEITOS E GANHOS		
Quotização e Contribuição de Filiados do Partido	265.921.173,1	15,15%
Contribuição de representantes e eleitos do PCP	401.492.989,6	22,88%
Donativos de pessoas singulares	10.648.365,5	0,61%
Subvenção ou subsídios do Estado	117.098.486,0	6,67%
Produto de act. de angariação de fundos/PCP	632.627.810,7	36,05%
Proveitos propriedade intelectual	3.833.197,0	0,22%
Proveitos e ganhos financeiros	40.132.682,5	2,29%
Proveitos e ganhos extraordinários	283.225.472,2	16,14%
Total de proveitos e ganhos	1.754.980.176,6	100,00%

CUSTOS E PERDAS		
Fornecimentos e Serviços Externos	516.778.548,1	29,65%
Impostos	5.667.047,0	0,33%
Custos com Pessoal	921.046.634,0	52,85%
Outros Custos Operacionais	229.199.568,9	13,15%
Amortizações Exercício	50.325.421,0	2,89%
Provisões Exercício	150.000,0	0,01%
Custos e Perdas Financeiras	1.739.467,7	0,10%
Custos e Perdas Extraordinárias	17.871.267,7	1,03%
Total de custos e perdas	1.742.777.954,4	100,00%

RESUMO	
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	1.754.980.176,6
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	1.742.777.954,4
Resultados líquidos	12.202.222,2

Porto

Ministro afronta autarcas

O PS e o PSD são os grandes responsáveis pelos atrasos na construção do Metropolitano do Porto, denuncia a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP. O PSD, pelo atraso na decisão do apoio financeiro ao projecto, o PS, pela sua passividade face ao recurso de uma empresa concorrente à Comissão Europeia e, ainda, pelo tempo que levou a publicar o decreto-lei que aprovava o contrato de adjudicação da empreitada.

Para além das dúvidas e críticas que mantém em relação ao

processo de elaboração do projecto - utilização das linhas férreas suburbanas da Póvoa e da Trofa, traçado pelo centro de Gaia, não colocação da ligação a Gondomar na primeira fase -, o PCP repudia a declaração feita há dias pelo ministro do Equipamento Social - «deixem-me fazer a obra e veremos se ela avança ou não» -, considerando-a uma afronta aos autarcas da Área Metropolitana do Porto, tanto mais que é sabido ser o Poder Central um mau executante das obras públicas.

A DORP do PCP entende,

entretanto, que, na actual fase, se justificam alterações de carácter organizacional e interno no Conselho de Administração do Metro, de forma a dotá-lo de maior capacidade técnica, mas avalia como muito negativa a marginalização a que a Assembleia Metropolitana, como órgão de representação partidária mais alargada, tem sido votada em todo o processo.

Sobre a propalada criação de uma holding de transportes para gerir todo o sector na Área Metropolitana, os comunistas lembram que uma das poucas

atribuições conferidas às Áreas Metropolitanas é precisamente a de «assegurar a conveniente articulação de serviços de âmbito supramunicipal, nomeadamente nos sectores dos transportes colectivos, urbanos e suburbanos». Dão, contudo, o seu acordo à «criação de um organismo de planeamento, gestão e controlo a funcionar sob a direcção da Junta Metropolitana do Porto e dispor de meios e poderes para garantir a coordenação e articulação da actividade dos principais operadores de transportes».

PCP desmente «Semanário»

Em nota à comunicação social, o Gabinete de Imprensa do PCP desmente a notícia dada na última edição do jornal «Semanário» sobre uma reunião que se teria realizado - mas que de facto não se realizou - entre Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal, «com a agravante de noticiar como verdadeiro e com desenvolvimento o assunto dessa reunião e os termos em que teria decorrido».

ALHOS VEDROS Reúne Assembleia

Realizou-se no dia 14 de Maio, no Clube Arrotense, no Bairro das Arroiteias, a 4.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Alhos Vedros do PCP.

Na fase preparatória da Assembleia, foram efectuadas reuniões em oito bairros da freguesia, que discutiram questões ligadas à organização e ao reforço da intervenção e afirmação do Partido, dando origem ao lema a que a Assembleia se subordinou: «Organizar e reforçar o Partido para melhor servir a freguesia».

Ao longo do dia, os 51 delegados presentes debateram o relatório da Comissão de Freguesia cessante e as orientações para o trabalho futuro do Partido, elegendo, no final a nova Comissão de Freguesia, constituída por 22 camaradas. O encerramento dos trabalhos coube a Nuno Costa, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Setúbal.

BRAGANÇA Minorar danos

A agricultura no distrito de Bragança sofreu este ano danos irreparáveis, mercê da seca verificada em Janeiro e Fevereiro, a que seguiu, em Março e Abril, frios e geadas e fortes chuvas. Assim, nos cereais e na fruta (cereja e maçã) poderá haver quebras de produção na ordem dos 50% e 70% respectivamente; na vinha irão aumentar os custos dos factores de produção; nas hortícolas e no olival as culturas estão comprometidas pelos atrasos a que foram obrigadas. Face a este estado de calamidade, a Comissão Distrital do PCP, ao mesmo tempo que denuncia os «falsos paliativos propostos pelo Governador Civil à população, exige do Governo que os técnicos da DRATM façam de imediato um levantamento rigoroso da situação e que accione com urgência o Fundo de Calamidade - previsto no PIDDAC - de forma a apoiar sem reservas os agricultores e as populações afectadas.

UISEU PCP queixa-se da Câmara

A Comissão Concelhia de Uiseu do PCP apresentou queixa ao Ministério Público, no dia 25 de Maio, contra a Câmara Municipal de Uiseu que, através dos seus Serviços de Higiene, retirou uma faixa de propaganda que os comunistas haviam fixado na rotunda da Fonte Luminosa, ao fundo da Av. 25 de Abril, reclamando alternativas ao estacionamento pago.

O PCP manifesta, assim, o seu «mais vivo protesto» pela atitude da Câmara, que reputa de «autoritária, antidemocrática e ilegítima», e recorda que não é a primeira vez que estes episódios se repetem, tendo levado inclusive a que a Comissão Nacional de Eleições já tivesse enviado ao Ministério Público uma outra queixa do PCP.

LISBOA DORL renova site

O site da DORL do PCP tem, desde o dia 25 de Maio, um aspecto renovado, dispondo de novas e mais variadas áreas em matéria de conteúdos.

A remodelação privilegia uma melhor cobertura das iniciativas da organização da região de Lisboa, alargando-a a questões tão importantes como as ambientais, tecnológicas e culturais, e procura aumentar o espaço de opinião com textos abrangendo as mais diversas temáticas. Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, escreve, por exemplo, sobre as últimas grandes acções de massas e Rui Namorado Rosa sobre «Liberdade, Democracia e Cidadania».

O site da DORL, que permite uma rápida e fácil localização das várias áreas, está disponível a cegos, respeitando as recomendações internacionais sobre a matéria.

SINTRA Mais um «show-off»

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP considera o «show-off» dado no domingo pelo PS, pelo Governo e pela Presidente da Câmara de Sintra, a propósito da abertura ao trânsito da ligação de Sintra ao troço já existente do IC-30, como uma prova de «desvergonha» dos governantes.

Embora considerando a importância para Sintra desta via, o PCP lembra que a sua conclusão vem com três anos de atraso e que o troço aberto não faz a ligação a Algueirão, essencial para acabar o caos do trânsito Algueirão-Sintra. Por outro lado, mantém-se o drama do IC-19, continuando por construir a alternativa constituída pela IC-16, o prolongamento do IC-30 até à A5 e as vias transversais ao denso contínuo urbano (nascente-poente a Agualva-Cacém) com as novas ligações à A5, em Oeiras, e à CREL, em Massamá-Queluz Norte.

Encontro sobre Saúde analisou política do Ministério da Saúde

Interesses privados condicionam Governo

Se, na Saúde, «as coisas se encontravam mal há uns meses, agora ainda estão pior», declarou Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, no Encontro sobre «Saúde e Defesa da Cidadania», realizado no passado dia 20 de Maio.

Os cerca de cem participantes do Encontro – utentes, médicos, enfermeiros e outros profissionais – procederam à análise da situação no sector e caracterizaram a política do Ministério da Saúde, concluindo que continua por resolver um grande número de problemas, como listas de espera, política de recursos humanos, prioridade aos cuidados primários de saúde, política de medicamento e aproveitamento dos recursos.

Na sua intervenção, Edgar Correia, membro da Comissão Política, lembrou que, há cinco anos e meio, apesar das promessas do Governo do PS no sentido de alterar a ofensiva neoliberal contra o SNS, os comunistas não ficaram na expectativa, afirmando um programa de defesa e de modernização do sector.

O Partido apoiou e defendeu

o serviço público de saúde, «apontou o dedo às contradições, incertezas e bloqueamentos» que tolheram a actividade da equipa ministerial da saúde (provocados pelos grandes interesses privados que actuam no sector – desde a área dos medicamentos, à medicina convencional, aos conselheiros e aos fornecedores de equipamentos, aos grupos financeiros), o que, a par da crescente intervenção das organizações de trabalhadores do sector, tornou possível avançar, na parte final da legislatura, para a renovação e regeneração do SNS.

Daf que a mudança de protagonistas, verificada há oito meses, não fosse para o PCP apenas *fait-divers* mas exprimisse o propósito do Governo de retoma das orientações políticas de inspiração neoliberal e

privatizadora dos governos PSD.

PCP tem propostas

Em relação, por exemplo, às listas de espera, apesar da Assembleia da República ter aprovado o projecto de lei do PCP que defendia a mobilização dos recursos do SNS para eliminação do flagelo e impunha ao Ministério da Saúde a regular prestação pública de contas sobre a evolução do processo, até agora nada aconteceu. Assim como nada se fez em relação à política do medicamento, para a qual o PCP apresentou uma vasta e fundamentada proposta legislativa de evidentes benefícios para os utentes e vantagens para o erário público. Aliás, «a primeira vez que o novo presidente do Infarmed abriu a boca foi para defender o chamado preço único europeu dos medicamentos» (que, para benefício das multinacionais, acarretaria para os utentes e para o Estado um acréscimo de despesa da ordem dos 30%) e a alteração do regime de participações dos medicamentos, que acarretaria

também o seu encarecimento para a maioria dos utentes.

Regressou-se à política de nomeações por critérios puramente partidários e à promiscuidade de interesses de alguns altos responsáveis com poderosos interesses privados, surgindo a paralisia do Ministério da Saúde, no que respeita à concretização das anteriores medidas legislativas para o avanço da reforma do SNS, como «preparatória do regresso das políticas de orientação neoliberal, de natureza privatizadora».

Entretanto, pela voz de Edgar Correia, o PCP deixou um aviso ao Governo: se entregar aos privados as unidades hospitalares cuja construção está prevista na região de Lisboa e não aproveitar o final do contrato celebrado por Cavaco Silva em relação à gestão privada do hospital Amadora-Sintra, reconduzindo-o ao Serviço Nacional de Saúde, assumirá uma pesada responsabilidade e ver-se-á confrontado com um amplo movimento de protesto contra o que tem de ser considerado como «uma política de destruição do Serviço Nacional de Saúde».

Alemanha

Comunistas debatem Congresso

No dia 27 de Maio reuniu em Düsseldorf o organismo de direcção dos comunistas portugueses na Alemanha que analisou e discutiu questões respeitantes aos problemas da emigração portuguesa na Alemanha e a preparação do 16.º Congresso do PCP.

O Organismo apreciou, ainda, o andamento do trabalho desenvolvido pela comissão criada para fazer o estudo da situação do ensino do português na Alemanha e, tendo em conta a insuficiência de dados disponíveis, decidiu continuar a aprofundar os problemas existentes nesta área,

com o objectivo de assegurar um ensino de qualidade às crianças e jovens portugueses residentes na Alemanha e a existência de um estatuto do professor que respeite os seus direitos e lhe assegure melhores condições de trabalho.

Para conclusão da discussão iniciada no quadro da prepara-

ção do 16.º Congresso do PCP, ficou marcada, na região de Stuttgart, uma Assembleia de militantes do PCP residentes na Alemanha, a realizar no dia 4 de Novembro.

Prosseguir a actual campanha de fundos em que todo o partido está envolvido foi outra das decisões tomadas.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Adolfo Manuel Gambóias

Faleceu, no dia 26 de Maio, vítima de doença coronária, o camarada Adolfo Manuel Gambóias, militante activo do Partido na freguesia da Arrentela, Seixal. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da unidade da Siderurgia Nacional de Paio Pires e presidente da Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Torre da Marinha, Seixal.

António Rodrigues Moreno

Faleceu, no passado mês de Fevereiro, com 69 anos de idade, o camarada António Rodrigues Moreno. Grande activista na Petrolal, onde trabalhava, foi eleito pelas listas da CDU para a Freguesia de Santa Cruz do Bispo.

Joaquina Gomes Martins

Faleceu no Montijo, com 89 anos de idade, a camarada Joaquina Gomes Martins, operária corticeira. Membro do Partido de longa data, esteve sempre na primeira linha de combate em defesa dos direitos dos trabalhadores, tendo estado presa durante três anos na Cadeia das Mónicas. Foi companheira de Joaquim Caetano, conhecido por «Joaquim da Aldeia», que ficou na memória do povo do Barreiro por ter colocado a bandeira no Partido na chaminé mais alta da CP no Barreiro.

José António Floriano

Após doença prolongada, faleceu com 71 anos de idade, no passado dia 23 de Maio, o camarada José António Floriano, membro da organização local de Casebres, Alcácer do Sal. Activista destacado na respectiva organização, desempenhou sempre com grande dedicação as várias tarefas que lhe foram atribuídas.

José Eduardo Fernandes do Valle

Faleceu recentemente o camarada José Eduardo Fernandes do Valle. O camarada estava organizado na freguesia de S. Julião do Tojal, Loures.

José Sendim Rodrigues

Faleceu o camarada José Sendim Rodrigues, com 67 anos, natural de Barcelos. Foi membro do MDP/CDE até 1976, altura em que se inscreveu no PCP. A cerimónia fúnebre, onde se integraram muitos camaradas e amigos, realizou-se em Barcelos e foi marcada pela concretização de um seu desejo: que a urna fosse coberta com a bandeira do Partido.

Pedro Lobeiro do Norte

Vítima de doença prolongada, faleceu no dia 14 de Maio, em Alpiarça, com 75 anos, o camarada Pedro Lobeiro do Norte. Filho de camponeses pobres, apercebeu-se cedo das injustiças sociais, aderindo ao MUD Juvenil. Mais tarde aderiu ao PCP, onde se manteve até à data da sua morte. Tomou parte activa das lutas nas praças de jornas. Nos anos 70, ajudou a fundar a cooperativa de produtores de melão, a «Cereal», nos campos de Vila Franca de Xira. Conheceu as masmorras da Pide, onde esteve encarcerado durante 23 meses.

Rui Barbosa

Faleceu no dia 25 de Maio, com 59 anos de idade, o camarada Rui Barbosa. Desde muito jovem participou no movimento estudantil, designadamente na crise académica de 62, tendo sido dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa e pertencido ao grupo cénico desta Faculdade. Lutador antifascista de longa data, participou na CDE, tendo feito parte da Comissão de Base dos Publicitários. Aderiu ao PCP imediatamente ao 25 de Abril, tendo pertencido à organização dos Escritórios de Lisboa. Posteriormente passou para a organização dos Serviços da Cidade de Lisboa, cujo organismo de direcção integrava e onde permaneceu até à data do seu falecimento. No seu funeral, que constituiu uma profunda manifestação de pesar, participaram dezenas de camaradas, amigos e colegas de trabalho. Por seu desejo, a urna que o transportou à última morada, foi coberta com a bandeira do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

VISEU

Estacionamento piora

A Organização Concelhia de Viseu do PCP, querendo ver resolvidos os problemas de estacionamento na cidade, reclama da Câmara Municipal o arranjo urgente dos parques alternativos, a reconsideração da situação dos residentes nas ruas onde há parquímetros e a aposta numa rede pública de transportes eficiente e de qualidade. Com esse objectivo, afixou uma faixa e distribuiu um folheto onde consta o telefone de atendimento do munícipe, apelando à população para que manifeste a sua indignação.

De facto, o sistema de estacionamento pago defendido pela Câmara não facilitou a circulação e estacionamento, agora agravados pela supressão de centenas de lugares, devido às obras na cidade e à degradação dos parques alternativos.

PONTINHA

Um bairro adiado

Os deputados comunistas Bernardino Soares e Natália Filipe, acompanhados de Francisco Pereira, representante da CDU na Comissão Instaladora do Município de Odivelas, e de eleitos da freguesia da Pontinha, visitaram na semana passada o Bairro Mário Madeira, onde, por responsabilidade do Governo Civil, desde 1987 os problemas se arrastam, particularmente a venda de casas aos inquilinos e a degradação do património. Os deputados informaram então os moradores do requerimento que recentemente apresentaram ao Governo e reafirmaram um conjunto de medidas que defendem, entre as quais a anulação do regimento do bairro, a definição dos critérios de atribuição de casas e a conclusão do processo de venda das casas de alvenaria.

LISBOA

Lello não responde

O deputado do PCP Rodeia Machado, na intervenção que proferiu na Assembleia da República sobre as questões que preocupam as comunidades portuguesas, criticou a passividade do Governo português no que respeita nomeadamente aos problemas do ensino e às repatriações de cidadãos portugueses dos EUA. Na sua alocução, o deputado sublinhou a situação em que se encontra o Conselho das Comunidades Portuguesas, da inteira responsabilidade do Governo, em particular do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas que continua sem dar resposta ao pedido que há mais de um mês lhe foi feito para ir à Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República.

COIMBRA

Prepotência na Bagir

A exploração e a prepotência campeiam na empresa Bagir que, para além de não ter ainda pago o subsídio de Natal às suas trabalhadoras, pretendeu «marcar-lhes» férias sem as ouvir, permitindo-se, ainda, insultá-las. Face, porém, à paralisação espontânea das trabalhadoras, a administração aceitou conceder férias entre 12 e 27 de Agosto, decidindo, contudo, que as efectivas terão de «indemnizar» a empresa em dois dias, a descontar no salário a partir de Janeiro próximo. Manifestando a sua solidariedade às trabalhadoras, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP denuncia a exigência que lhes foi feita, quando da aquisição da ex-Blazer pela Bagir - rescisão do contrato de trabalho e assinatura de um novo contrato - que, implicou para elas condições mais gravosas, facilitando a maior exploração de que agora são alvo.

Lénine e a actualidade

Para assinalar o 130.º Aniversário do nascimento de Lénine, a Editorial «Avante!» procedeu à reedição e apresentação pública da obra de Lénine o “Imperialismo-Fase Superior do Capitalismo”, obra que, apesar de remontar a 1915, mantém uma enorme frescura e se revela de grande actualidade.



Domingos Abrantes
Membro da Comissão Política

Naturalmente, o quadro do mundo sofreu profundas alterações, desenvolveram-se novos traços do capitalismo e uma ou outra tese de Lénine não se confirmou, mas nada disso, se nos ativermos à essência e não aos aspectos conjunturais dos fenómenos, retira actualidade e justeza às teses fundamentais de Lénine sobre a natureza do capitalismo e do imperialismo, cujos traços marcantes se mantêm e refinam. Novos problemas requerem novas respostas, tarefa em que, Lénine, apesar da sua genialidade, não nos pode substituir. Mas a sua obra constitui um instrumento indispensável para a compreensão do estágio actual do desenvolvimento do capitalismo e a elaboração de uma justa estratégia e tática de luta.

pelas associações monopolistas internacionais e grandes potências imperialistas, realidade na actualidade embrulhada sob a capa da “globalização”.

O que se modificou desde o aparecimento da obra de Lénine, não foi a essência dos traços marcantes do imperialismo, foi o reforço da sua dimensão, inclusive a corrupção associada ao poder político e económico e o reforço da sua face especulativa parasitária.

A base do oportunismo

Entretanto, não é objectivo deste artigo abordar as teses de Lénine sobre o imperialismo, mas tão-só lembrar algumas chamadas de atenção feitas por ele na época ao movimento operário e revolucionário sobre a base material do oportunismo, ou como dizia, sobre «a fundamentação económica do oportunismo».

Partindo do princípio que o oportunismo tinha uma base material, Lénine chamava a atenção que a desorientação e o pântano ideológico reinantes na época no movimento

mas também uma falsa análise da arrumação das forças e a falta de perspectivas (imediatas) de alternativa à situação reinante.

Dando continuidade às chamadas de atenção de Marx e Engels sobre os perigos da influência burguesa para o desenvolvimento do movimento operário, Lénine distinguiu a fonte externa e interna do oportunismo. A primeira residia na presença permanente da burguesia, assente no poder económico e político, difusão da ideologia dominante e domínio social; a segunda nas camadas pequeno-burguesas atraídas para o movimento operário e na «aristocracia operária» corrompida pelas «migalhas» dos superlucros que o imperialismo lhes destinava.

Em cada momento as tarefas práticas são determinadas pelo momento histórico concreto. Importa entretanto compreender as razões porque, de um ou outro modo, se desenvolvem há vários anos tendências oportunistas incluindo o ressuscitar do Bernsteinismo, pese embora algumas diferenças.

A acelerada proletarização, nunca linear e automática de largas camadas intermédias operadas nas últimas décadas produziu um quadro contraditório. Ampliou-se extraordinariamente a frente social de luta, frente que se tornou mais heterogénea do ponto de vista de classe.

Esta realidade, o agravamento de muitos problemas sociais, o acumular de graves problemas não resolvidos no desenvolvimento social, os perigos para a paz, deu lugar ao desabrochar de uma grande multiplicidade de movimentos sociais e a um sistema de alianças conjunturais e contraditórias e, já pelos anos 70, a uma viva polémica no movimento comunista sobre o papel dos “novos” movimentos sociais, hipervalorizados em detrimento do reforço e da autonomia da intervenção das organizações de classe.

Trabalhadores são força motora

No período da Perestroika, resultante de uma longa maturação procedeu-se à “síntese” deste processo, teorizado sobre a designação do “novo pensamento”, o qual defendia o primado dos “problemas humanos gerais” em detrimento da luta de classes, atribuindo-se papel decisivo aos critérios ético-morais considerados em abstracto, abandonando-se o conceito dos trabalhadores como força motora do desenvolvimento social, diluindo-se o movimento operário e mesmo Partidos Comunistas naquilo que hoje se chama “as associações humanas”, “os espaços cidadãos”, etc.

A incorporação crescente das camadas intermédias amplia a frente de luta, mas acresce as vacilações numa atitude de classe face à realidade, tornando-se fonte de novo folgo da social-democracia e das pressões pequeno-burguesas sobre o movimento operário.

Ao movimento operário, aos partidos comunistas e às forças revolucionárias coloca-se o grande desafio de, num mundo em mudança potenciar a disposição de luta que num quadro extremamente difícil se vai acumulando. Mas, para se ganhar este desafio é essencial preservar a “alma revolucionária” do marxismo-leninismo, defendam a acção própria e independente, trabalhem para assegurar a existência de organizações operárias fortes, condição para desenvolver o enorme potencial de luta que se acumula.

///O oportunismo reflecte falta de perspectivas imediatas de uma alternativa///



O imperialismo era e é, «pela sua essência económica o capitalismo monopolista», questão básica que determina as suas características fundamentais e a essência do seu desenvolvimento, a saber: a crescente concentração e centralização do capital e o papel determinante dos monopólios; o reforço da oligarquia financeira; o crescente papel da exportação de capitais; e a partilha do mundo

operário e revolucionário não deviam ser procurados na cabeça dos homens, na existência de seres maldosos, mas na realidade objectiva e que não era possível desenvolver a luta anti-imperialista sem o combate ao oportunismo, tese de espantosa validade na actualidade.

Para Lénine as correntes oportunistas reflectiam a diferenciação social no seio da sociedade e do próprio proletariado,

Timor-Leste

Pela independência e justiça social

Os timorenses libertaram-se do jugo indonésio, mas a construção e reconhecimento da sua soberania é um caminho complexo e difícil que exige a participação e empenho de todos. Levaram até ao fim o processo de «completa independência e justiça social» é o objectivo da Fretilin, que recentemente

realizou a sua primeira grande reunião de quadros. Convidado para o evento, o PCP fez-se representar por Albano Nunes, membro do Secretariado e do Comité Central e responsável pelas relações internacionais, que em entrevista ao «Avante!» dá conta dos problemas que se colocam hoje a Timor-Leste, e da confiança dos que se propõem continuar a lutar por uma pátria livre e independente.

Estiveste recentemente em Timor-Leste, a convite da Fretilin. Qual o objectivo dessa visita?

Particpei, em representação do PCP, na primeira grande assembleia da Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) após a vitória do referendo. Como é sabido, a Fretilin foi a grande força da resistência em Timor-Leste, a força a partir da qual se organizaram as Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste) e a resistência clandestina...

Uma resistência que veio a ter um carácter nacional...

É verdade. Nestes 24 anos de luta registaram-se muitas alterações, que levaram à procura da convergência e da unidade nacional frente ao ocupante indonésio. A Fretilin foi sem dúvida a principal força

de resistência, mas para além dela emergiram outras formas de organização, nomeadamente esta que é o CNRT (Conselho Nacional de Resistência Timorense). Hoje, a questão que se coloca é a de analisar o papel da Fretilin face à nova situação que se vive no território...

Daí a realização desta Conferência...

Exactamente. Esta reunião foi preparada com uma ampla discussão nos distritos, com a participação de muitos milhares de quadros, e insere-se na preparação do 13.º Congresso da Fretilin, que está apontado para o primeiro trimestre do próximo ano. Neste quadro de mudança da situação colocam-se muitas questões, nomeadamente as que se prendem com a reestruturação da Fretilin. Nesta



Albano Nunes com Mári Alkatiri, vice-coordenador da Fretilin, no estádio municipal de Dili

reunião, em que se discutiu a história da organização, foi justamente aprovada uma Resolução de Tolerância e Reconciliação, cujo objectivo é contribuir para esclarecer situações e sanar as feridas resultantes de todo este processo, tendo em vista o reforço da coesão e unidade da Fretilin. Na reunião de quadros foram ainda discutidas e aprovadas resoluções sobre a política de unidade nacional, que a Fretilin defende, com o objectivo de levar até ao fim o processo de «completa independência e justiça social», para usar a expressão que foi utilizada.

Entre outros aspectos, em debate estiveram ainda as relações da Fretilin com as organizações de massas, as relações com as Falintil, que tendo nascido como braço armado da Fretilin foram despartidarizadas nos anos 80, e as relações com o CNRT, cujo reforço se considera inseparável do próprio reforço da Fretilin.

Pode então dizer-se que a Fretilin se pretende afirmar como uma grande organização de massas?

A Fretilin já é uma grande organização de massas. Ao longo dos anos de ocupação foi estendendo a sua organização por todo o território, de tal forma que, para a população, a resistência sempre se identificou com a Fretilin. Mesmo quando se fala do CNRT ou das Falintil está-se em geral a fazer a identificação com a Fretilin... Eles próprios têm de explicar que não

são exactamente as mesmas coisas, que há diferenças. Agora o que não há dúvidas é que, tendo sido a coluna vertebral da resistência, aparece na nova situação como uma grande força popular, cuja natureza era visível nesta reunião de quadros em que participaram 1250 delegados e centenas de convidados.

Esta reunião da Fretilin insere-se no processo, que já se começa a notar, de uma nova arrumação das forças políticas?

Certo, mas a Fretilin é uma grande força política que já vem detrás e que se confirma como partido, embora mantendo a sua natureza frentista e popular. Existe ainda a UDT e o Partido Socialista Timorense, e fala-se da formação de outros partidos, nomeadamente em torno de Mário Carrascalão, que estaria a formar um partido democrata-cristão.

Quanto a esta matéria, importa ter em conta que não há ainda uma lei de partidos, o que a Fretilin critica porque está a dar lugar a situações em que o seu prestígio, a sua autoridade e a sua história estão a ser utilizadas por pequenos grupos, que lançam a confusão aparecendo a falar em nome da Fretilin e usando os seus símbolos. A Fretilin considera que seria útil e vantajoso para a consolidação do processo de transição e para a implantação da independência a adopção, o mais rapidamente possível, de uma lei de partidos políticos,

“Vieira de Mello defendeu-se das críticas generalizadas que são feitas à UNTAET, mas não foi convincente”

naturalmente acertada e concertada com os legítimos representantes do povo timorense e não uma lei imposta de fora, que discipline a actuação partidária e garanta o respeito pela respectiva simbologia. Por outro lado, convém recordar que não estão ainda marcadas eleições nem existe qualquer tipo de lei eleitoral.

Xanana Gusmão participou na reunião de quadros?

Participou e interveio na sua qualidade de presidente do CNRT e comandante em chefe das Falintil. Como se sabe, a partir de determinada altura, por diferentes razões - política de unidade nacional, representação externa, pressões de carácter político-ideológico, e outras - alguns dirigentes importantes, como Xanana Gusmão e Ramos Horta, deixam de ter um vínculo com a Fretilin. Ramos Horta também foi convidado mas não participou, tendo enviado uma mensagem. Ambos os contributos foram considerados polémicos, na medida em que punham a tónica na importância do CNRT, quando o que ali estava em causa era o reforço e consolidação da Fretilin, como grande obreiro e pilar da unidade nacional. A reunião culminou com um grande comício de massas no estádio municipal de Dili, em que, além do coordenador do conselho presidencial da Fretilin, Lu-Olo, e do vice-coordenador, Mári Alkatiri, usaram também da palavra Xanana Gusmão e Sérgio Vieira de Mello, representante da ONU.

O papel da missão da ONU em Timor - a UNTAET - tem sido muito criticado...

Pois tem, e a intervenção de Vieira de Mello foi em boa medida a defender-se das críticas generalizadas feitas na sociedade timorense e na reunião de quadros, nomeadamente quanto aos atrasos na reconstrução e no atender das necessidades mais imediatas e urgentes do povo timorense. O representante da ONU referiu que se tratava de uma primeira fase, sempre difícil, mas que a partir daqui tudo se iria acelerar em matéria de resultados práticos, em particular no respeitante à reconstrução e a empregos para timorenses; defendeu-se igualmente das críticas que são feitas quanto ao afastamento dos representantes dos timorenses de toda a política de reconstrução, mas devo dizer que não foi convincente.

Entrevista com
Albano Nunes

• Anabela Fino - texto



No comício em Dili, o representante do PCP com Lu-Olo, coordenador do conselho presidencial da Fretilin

Críticas à UNTAET

E como é a situação que se vive no terreno?

Só estive em Dili, onde se realizou a Conferência, e em Aileu, onde estão acantonados 800 dos 1500 membros das Falintil. De qualquer forma, isso foi suficiente para colher a ideia do elevado grau de destruição cometido pelos indonésios e pelas milícias nas «barbas» da ONU; para confirmar o grande atraso no apoio à reconstrução; para constatar a existência de grandes carências e de pobreza, mas também de uma grande dignidade do povo timorense. O desemprego é maciço, particularmente em Dili, na medida em que não houve nenhum esforço sério para reconstruir, dinamizar a produção e a construção civil, pôr em ordem os mercados, instalar a administração pública... Esta situação é, como é natural, um ambiente em que as expectativas estão a ser defraudadas, com os inerentes problemas de carácter social. Percebe-se, apesar de tudo, que há um lento reanimar: à beira das estradas começam a reaparecer os pequenos postos de venda dos mais variados produtos, tal como existiam antes; o mercado de Dili começa a animar-se; os transportes, embora numa base privada e a elevado preço, reapareceram; as escolas começam a reabrir, ainda que com grande atraso. De sublinhar que há uma ideia muito clara de que, com um mínimo de ajuda, Timor-Leste pode ser rapidamente auto-sustentável do ponto de vista alimentar, e que a situação de grande carência que se vê em Dili não tem a mesma dimensão.

Esse atraso é justamente uma das críticas feitas à UNTAET, bem como o facto de não envolver os timorenses na reconstrução. Mas as críticas abrangem ainda as decisões que estão a ser tomadas noutros domínios, não é verdade?

Na verdade existe a ideia de que, por parte da UNTAET, se procura impor soluções à revelia da opinião dos timorenses. Posso citar dois exemplos em que é visível o conflito: a questão da língua e a questão das Forças Armadas. Como é do conhecimento geral, a Fretilin, os dirigentes da resistência timorense e o próprio CNRT desejam que o português seja a língua oficial, sendo a língua nacional o tetum. Quanto às restantes línguas, pretendem que sejam ensinadas nas escolas, como naturais ferramentas de trabalho. Ora, embora isso não apareça como posição oficial das Nações Unidas, esta pretensão é contrariada, procurando-se impor o inglês como língua oficial. Quanto às Forças Armadas, cabe lembrar que um dos aspectos mais problemáticos,

ainda antes da realização do referendo, foi justamente a tentativa de dissolver e desarmar as Falintil. Não o fizeram, mas criaram as milícias numa tentativa de colocar a existência das duas formações ao mesmo nível e procurar depois desarmar ambas. Com grande mérito, os timorenses, contra tudo e contra todos, mantiveram as Falintil. Agora estão acantonados 800 homens e outros 700 estão na reserva. A pretensão das Falintil é criar não apenas uma força de segurança mas um exército nacional, composto por um total de pelo menos 5000 elementos, de que elas próprias deveriam ser o embrião. A UNTAET opõe-se igualmente a esta solução.

E qual é a actual situação das forças acantonadas?

Nos contactos que tive no Aileu, os membros das Falintil e os seus comandantes queixaram-se das muitas promessas da UNTAET, e até das ONGs, que não têm sido cumpridas, sublinhando que há praticamente dois meses que não recebem qualquer ajuda. Em contrapartida, destacaram o apoio do Governo português, valorizando-o, apesar de insuficiente. Aliás, de uma forma geral, é valorizada a ajuda de Portugal e dos portugueses, quer a recebida no plano político, como as manifestações de solidariedade no período mais difícil, como a que é agora prestada pelas mais diversas organizações, pelas autarquias e pelo Governo. Embora longe de corresponder às necessidades, esta apreciação do contributo português contrasta com a que é feita ao papel da autoridade de transição, criticada nomeadamente pelos entraves que

colocam ao relacionamento dos portugueses que estão no terreno com os timorenses em geral e as Falintil em particular.

Esta é uma situação que configura, de algum modo, a tentativa de impor em Timor-Leste uma espécie de Estado tutelado...

O que me foi dado verificar é que o povo timorense está em condições de resolver os seus problemas. Tem experiência, tem estruturas, provou que pode assumir por inteiro a independência e resolver os problemas do seu país. Mas há na verdade forças que procuram impor ali um regime tutelado...

É o caso da Austrália?

De certo modo. Do ponto de vista dos timorenses, a Austrália pode vir a ser um mercado importante para os seus produtos; do ponto de vista da Austrália - o único país que reconheceu a integração na Indonésia, durante a vigência de um governo trabalhista, é bom não esquecer - Timor é um pouco uma retaguarda de segurança que lhes interessa manter, por razões estratégicas, mas também é um alvo de interesse económico, sobretudo devido à questão do petróleo...

Qual é a posição da Fretilin sobre o Timor-Gap, resultante do acordo entre a Indonésia e a Austrália sobre a exploração do petróleo de Timor-Leste?

Esse acordo é actualmente dado como juridicamente inexistente. O que há é uma aceitação provisória da situação até

haver um acordo definitivo. A Fretilin considera que, antes de qualquer acordo, há que definir a fronteira marítima. A partir daí, logo verão como proceder à exploração do petróleo, sendo certo que estão interessados em diversificar as suas relações e não ficar apenas confinados à Austrália.

Todas as questões vão dar sempre ao problema de fundo: quem é a autoridade em Timor-Leste? Durante quanto tempo se propõe a ONU manter esta situação de transição?

Não há um prazo estabelecido. Existe a ideia de que a UNTAET tem um mandato até Dezembro de 2001, renovável, mas isso não está claramente definido. Entretanto, nota-se a pretensão de configurar realidades jurídicas e económicas que condicionem ulteriormente o exercício da independência. Esta realidade esteve presente na própria reunião de quadros da Fretilin onde, como convidados, falaram altos funcionários da UNTAET; um deles - o responsável pelos assuntos políticos e anterior embaixador dos EUA na Bósnia - falou, de uma forma considerada arrogante, o que é no mínimo preocupante. Entretanto, é muito forte a determinação da Fretilin e do povo timorense em conquistar a «completa independência e justiça social», pela qual consentiram gigantescos sacrifícios. Para isso contam também com a solidariedade internacional e em particular com a solidariedade dos comunistas e do povo português, que tem de continuar.

“Nota-se a pretensão de configurar realidades jurídicas e económicas que condicionem ulteriormente o exercício da independência em Timor-Leste”



Visita a Aileu, com membros das Falintil e o seu comandante Lere (no centro, à esquerda)



O GOM

• Bernardino Soares

Há cerca de quinze dias, e na sequência do dia de luta no ensino secundário que levou à rua várias dezenas de milhar de estudantes, Guilherme d'Oliveira Martins, ministro da Educação, assinou no "Público" um artigo a que candidamente chamou "Carta a um(a) estudante". Era a terceira fase do diálogo que o Governo garante ter existido acerca da reforma curricular do ensino secundário. Primeiro a reforma esteve em debate na Internet. E sabemos que nos últimos tempos para o Governo quase tudo se resolve com as novas tecnologias. As importantes alterações no ensino secundário tiveram a mesma sorte: em vez de generalizar a informação à sociedade, o Governo preferiu ficar-se pela sociedade de informação. Depois o Governo ouviu os estudantes. Ou melhor alguns estudantes. Precisamente os de uma tal Federação cujo presidente entende que as manifestações não são a melhor forma de manifestar opinião, embora na presença das câmaras da televisão tenha mais de uma vez ensaiado a colagem a iniciativas a que era alheio. Nem se percebe aliás que, tendo tal personagem afirmado oportunamente a sua discordância com a introdução da educação sexual nos programas escolares, quisesse depois ser porta-voz de acções em que essa era uma das principais reivindicações. Finalmente veio a carta. E nela, num mal disfarçado tom paternalista, o ministro descansava os estudantes. Que era um problema de informação em relação à reforma; que 90 minutos só em aulas práticas ou de grupo; que a educação sexual é para já; que o *numerus clausus* é para acabar; que a via tecnológica não é discriminatória e que tudo pode recuperar-se, nomeadamente aproveitando o "12.º ano mais um, que não é um 13.º ano" (o que será?). E assim, com um passe de mágica digno de Copperfield, tudo estava afinal resolvido. E a missiva terminava de forma carinhosa: "Cumprimentos afectuosos do GOM". A carta do GOM certamente terá a resposta adequada dos estudantes. É que o GOM não respondeu às suas principais reivindicações.

A primeira era obviamente a suspensão imediata da reforma curricular para que o seu conteúdo possa ser discutido em profundidade por todos, incluindo estudantes. Em resposta a isto o GOM, subitamente esquecido do significado da palavra suspensão, propôs a criação de um grupo de acompanhamento... da aplicação da reforma. Exigiram também os estudantes a efectiva aplicação da lei da Assembleia da República, com origem num projecto do PCP, que estabelece a obrigatoriedade de se incluir a educação sexual nos programas escolares. Diz o GOM que a regulamentação está pronta. É curioso que tenha sido preciso quase um ano para ouvir tal afirmação no preciso dia em que os estudantes se manifestaram por todo o país. E é tanto mais estranho quanto na síntese da revisão curricular editada pelo Ministério da Educação não se encontra uma única referência à questão da educação sexual. De resto também quanto às aulas de 90 minutos não se encontra na referida síntese a explicação de que só se aplicarão à componente experimental ou ao trabalho em grupo. Antes se diz que "é desejável que o trabalho escolar decorra em períodos com a duração efectiva de 90 minutos". Esta é que é a regra e o resto é excepção. E quanto ao *numerus clausus* e à revogação do injusto sistema de acesso em vigor, não explicou o GOM se a eliminação de que fala se fará pelo alargamento da capacidade da rede pública de ensino superior ou se passará apenas por contabilizar como oferta disponível as vagas do sector privado. E o acentuar da vertente profissionalizante no ensino secundário, sob a capa da criação de opções para quem quer ingressar no mercado de trabalho no seu final, será porventura mais uma forma de limitar o acesso ao ensino superior a muitos dos que o querem frequentar, patrocinando uma mais rápida saída do sistema de ensino. É a política do mínimo de ensino para o máximo de estudantes. Mas do que precisamos é do máximo de ensino para o máximo de estudantes. Por isso o GOM teve os protestos que merecia.

Cresce a insegurança e o desespero entre os agricultores

Política agrícola de ruína

O Governo, durante a presidência portuguesa da União Europeia, nada fez pela agricultura. A acusação é do PCP que, pela voz de Agostinho Lopes, levou de novo ao Parlamento os graves problemas com que se confrontam os homens do campo.

Criticado pelo parlamentar comunista foi sobretudo o imobilismo e passividade do Executivo perante os factores que estão na origem da ruína e da crescente insegurança e desespero dos agricultores nacionais. Numa intervenção proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta, por si recenseados foram algumas questões concretas em relação às quais seria de esperar uma decidida intervenção governamental em defesa do interesse nacional.

Tanto mais que, lembrou, a agricultura portuguesa mantém-se como a «mais débil e a mais pobre da União Europeia», continuando os nossos

agricultores a «receber metade, um terço, um décimo» do que recebem os restantes agricultores europeus.

Os agricultores são impedidos de produzir enquanto importamos o que os outros produzem

Não obstante esta realidade, nada foi feito no sentido da criação de uma Organização Comum de Mercado (OCM) da batata (mantendo-se os nossos com dificuldades de escoamento enquanto os outros recebem grossas ajudas), do mesmo modo que nenhuma diligência foi encetada com vista a uma reforma da OCM do tomate que ponha cobro ao inevitável escândalo que constituirá a perda da quota que o País detém por causa do mau tempo que o assolou.

«Os agricultores esperavam que a presidência portu-

guesa fosse aproveitada – observou ainda Agostinho Lopes – para emendar o erro negocial do Governo, em Berlim, onde se “esqueceu” de exigir um aumento substancial da quota leiteira para Portugal, pelo menos semelhante ao obtido por espanhóis e italianos».

A fixação de quotas, quantidades e áreas de referência mereceu, aliás, severas críticas do deputado do PCP. É para si incompreensível e inaceitável que tais parâmetros sejam definidos não em função «das potencialidades e necessidades do País», mas «através de médias históricas de produções ou das áreas tradicionais de culturas». Tal opção, advertiu, amarra a agricultura e o País «ao seu próprio atraso, congelando a necessária evolução tecnológica e produtiva».

E o melhor testemunho desta realidade é a balança comercial que, de acordo com as suas palavras, «continua afundar-se e nós não podemos produzir, para importar o que os outros produzem».



Os produtores portugueses não conseguem vender a batata que produzem

Polícias Municipais

Mais um encargo para as autarquias

Instado pelo deputado comunista António Filipe a clarificar a questão do suporte financeiro às polícias municipais, para além da instalação e equipamentos, o Governo fez saber que não tem intenção de proceder a qualquer transferência para aquele efeito. Estava-se no debate dos diplomas que regulam a criação daquele corpo de segurança e do exercício de funções dos seus agentes, ambos chamados ao Parlamento, para ratificação, por iniciativa do PCP.

O problema das transferências financeiras para o funcionamento das polícias municipais, do ponto de vista de António Filipe, coloca-se devido ao facto de este estar mal equacionado pelo Governo, «com prejuízo para as autarquias».

Por si invocada, citando o que diz a Lei das Finanças

Locais, foi a afectação de recursos financeiros através do Orçamento do Estado sempre que haja novas atribuições.

É o caso da criação das polícias municipais, atribuição a que as Câmaras Municipais podem concorrer voluntariamente, e que corresponde a uma transferência de competências, designadamente no domínio da regulação do trânsito. Ora tais competências, frisou, exigem «meios financeiros e humanos avultados».

O secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, não podia ser mais claro na resposta ao afirmar que o governo não apoiará financeiramente o funcionamento das polícias municipais que, uma vez criadas, serão «mais um serviço autárquico».

Em relação ao uso e porte de arma, outra questão levantada por António Filipe, foi por si

defendido que sejam as autarquias a determinar em que casos deve ser autorizado, dependendo do tipo de missões e das condições em que serão efectuadas. Neste capítulo, o Governo entende que apesar da polícia municipal não ser uma força de segurança, as armas são necessárias como «sinal exterior de autoridade».

António Filipe pronunciou-se ainda quanto à possibilidade de agentes das forças de segurança serem destacados para «enquadramento» nas polícias municipais. Tal hipótese, afirmou, gera confusão em termos socioprofissionais, sugerindo a eliminação da disposição. «Se as polícias municipais são administrativas, se têm carreiras próprias, por que é que são destacados oficiais das forças de segurança?», questionou.

Governo responsável por degradação ambiental

Falta uma política integrada de resíduos

O Governo não desiste do processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos. Foi o próprio ministro do Ambiente quem o reafirmou no Parlamento. Uma medida avulsa e desgarrada, contrapôs o PCP, que lembrou a falta de uma política correcta para o sector.

José Sócrates foi explicar numa das sessões plenárias da semana transacta as razões pelas quais mantém viva a intenção de dar cumprimento às conclusões do relatório da comissão científica que apontam Souselas e Outão como os locais indicados para co-incineração de resíduos industriais.

Em matéria de ambiente são constantes os atropelos à legislação em vigor

esta é que é a questão central – para a política adoptada pelo Governo nesta matéria.

E neste capítulo o mínimo que se pode dizer é que o Governo não tem andado nada bem. Como tratou de demonstrar Joaquim Matias ao invocar, entre outras ausências, a de uma política correcta que ponha termo ao actual «quadro de agressão ambiental», caracterizado por «atropelos constantes à legislação em vigor e atentados permanentes à saúde pública».

Adiantou mesmo que nesta fase há formas expeditas de o fazer, bastando «uma resolução do Conselho de Ministros» que altere o anterior despacho que designava Souselas e Maceira.»

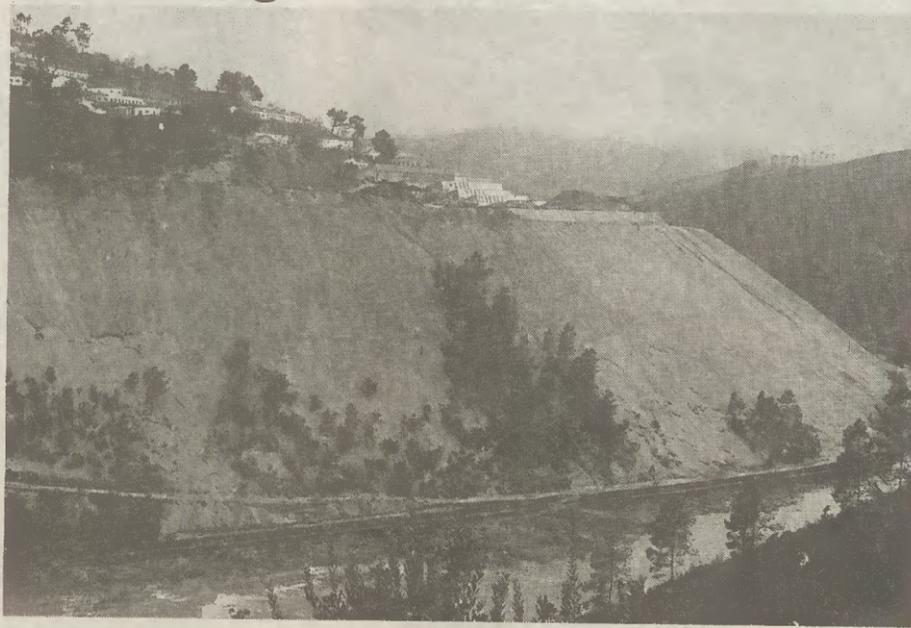
Não foi porém em torno desta questão que a bancada comunista se posicionou no debate. O problema é mais fundo e passa por aquilo que o deputado comunista Joaquim Matias considerou ser a inexistência de uma estratégia integrada e isenta para a gestão dos resíduos industriais, incluindo os perigosos.

Aqui, sim, reside a verdadeira raiz do problema. Que remete obrigatoriamente – e

recta que ponha termo ao actual «quadro de agressão ambiental», caracterizado por «atropelos constantes à legislação em vigor e atentados permanentes à saúde pública».

O que faz falta, frisou, é uma política dirigida para a melhoria da qualidade do ambiente, para a qualidade de vida e para a defesa da saúde das populações.

Ora sem uma estratégia integrada para os resíduos industriais, que permita uma caracterização actualizada da sua produção controlada, subordinada aos princípios da «redução, reutilização e reciclagem», como fez notar Joaquim Matias, «não é pos-



Estão por inventariar e caracterizar os resíduos produzidos no País

sível determinar um destino final adequado», à luz dos conhecimentos científicos actuais, em que esteja garantido a salvaguarda do meio ambiente e da saúde pública.

E muito menos, acrescentou, «obter o consenso e a indispensável mobilização dos portugueses, ainda que esse destino seja uma das opções possíveis, para uma pequena parte dos resíduos, como é o caso da co-incineração».

Joaquim Matias punha assim o dedo na ferida, depois de ter recordado que «não se conhece com exacti-

ção o que temos, o que produzimos nem as tendências de variação da produção de resíduos industriais».

E é neste capítulo que o Governo falha em toda a linha. De tal modo que foi acusado pelo deputado do PCP de ser o único responsável pelo actual estado de coisas. Porque não tomou nenhuma medida para inventariar e caracterizar os resíduos existentes no país, do mesmo modo que nada fez para que os mesmos sejam depositados ou armazenados de forma controlada, «com objectivos defi-

nidos e metas concretas a atingir».

Mais, segundo Joaquim Matias, não se conhecem medidas para mudar a prática da administração pública e fazer cumprir a legislação. «Nem sequer a entrega das declarações periódicas, a que os industriais são obrigados, consegue fazer cumprir», acusou.

Não admira, pois, que os atentados à saúde pública continuem a cometer-se impunemente, que a situação ambiental do país se tenha agravado, como aumentou a «falta de confiança das populações».

Contas públicas

A necessidade de proceder a uma profunda alteração à Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado foi sublinhada pelo líder parlamentar comunista.

Estava-se no debate de um diploma do PSD elaborado com aquele intuito, embora de alcance e objectivos muito limitados. Esta foi, aliás, uma das críticas de Octávio Teixeira à iniciativa da bancada laranja, por si encarada como visando tratar apenas a limitação financeira das actividades do Executivo à margem do Orçamento do Estado. Considerou-a mesmo, nessa medida, «um acto de contrição do PSD», por ter autorizado a compra de submarinos em leasing. E por isso receia agora, observou, ter aberto o caminho «ao completo desregramento das finanças públicas».

E enquanto para o PSD a questão não é tanto a desorçamentação mas tão-só o seu montante, para o Grupo comunista aquela nunca deverá ter lugar em qualquer parcela da actividade financeira do Estado. Foi isso que deixou muito claro Octávio Teixeira ao afirmar estarem em causa «o princípio, o rigor, a verdade, o controlo e a fiscalização das contas públicas».

Abonos ao pessoal dirigente

A concessão de abonos para despesas de representação do pessoal dirigente da administração local deve depender apenas de deliberação da Câmara Municipal, mediante proposta nesse sentido do presidente ou de vereador em permanência, e não da assembleia municipal, como defende o Governo.

Foi para dar corpo a esta proposta que a bancada comunista chamou à ratificação o decreto-lei do Governo que adapta à administração local o estatuto estabelecido para o pessoal dirigente da administração central. Uma adaptação que, no entender do deputado Honório Novo, «não é plena» e acaba por carecer de sentido, já que diferencia as competências de quem confere aquele subsídio aos trabalhadores. Com efeito, enquanto num caso a capacidade de decisão é atribuída ao membro do Governo, no outro, aquela é endossada para as assembleias municipais.

Ora, segundo Honório Novo, atribuir a estes órgãos autárquicos a competência de conceder ou não tais abonos é atribuir-lhes uma competência discricionária sobre funcionários que dele não dependem directamente, conferindo-lhe uma «capacidade de apreciação casuística que pode vir a contrariar o princípio da universalidade».

Touros de morte Manter a proibição salvaguardando a tradição

A proposta do Governo para a descriminalização dos touros de morte deverá ser hoje aprovada no Parlamento. Esse o sentido previsível depois do debate realizado na semana transacta. O diploma conta com os votos favoráveis de grande parte dos deputados do PS, bem como dos 15 deputados comunistas. O PSD já se manifestou contra, enquanto o CDS/PP fez saber que optará pela abstenção.

A solução adoptada na proposta governamental assenta num regime de multas para quem organize touradas de morte em Portugal, cujo montante pode ascender a dezenas de milhares de contos. Aquelas, em contrapartida, deixam de ser consideradas crime.

Clarificando a posição da sua

bancada, o deputado comunista António Filipe centrou a resolução do problema no seguinte binómio: proibir os touros de morte, sim, salvaguardando, simultaneamente, o respeito pela tradição, onde esta exista, como manifestação cultural e religiosa secular, como é o caso do costume ancestral do povo barranquenho.

Do que se trata, pois, do ponto de vista da bancada comunista – e aqui reside a chave do problema –, é de reconhecer na lei esta especificidade. «Acima de tudo uma questão de bom senso», como assinalou o deputado do PCP.

O mesmo bom senso que leva toda a gente a reconhecer que o regime sancionatório que vigora é totalmente absurdo e

está ultrapassado. As coimas previstas, como lembrou António Filipe, falam de «50 mil réis para os empresários da praça», sendo o matador punido «com prisão até três anos e multa não inferior a 10 mil réis».

Do que se trata, por conseguinte, é de encontrar a solução jurídica adequada – e este é a tarefa que se colocará à comissão parlamentar competente quando o diploma foi debatido na especialidade – que, por um lado, «modernize o regime sancionatório aplicável às touradas de morte, cuja proibição se deve manter», e, por outro lado, ao delimitar a aplicação desse regime, não inclua realizações culturais praticadas ao longo de gerações «que se perdem na memória dos tempos».



As corridas de touros em Barrancos são um costume ancestral

Cartórios só para alguns

A criação de cartórios notariais de competência especializada, vocacionados apenas para certo tipo de actos relacionados com a vida empresarial, foi criticada pelo Grupo Parlamentar do PCP. Com esta opção o Governo leva mais longe a privatização dos actos notariais.

Para a bancada comunista, que suscitou a ratificação do diploma que cria aqueles cartórios, em debate realizado na passada semana, a medida do Governo foi tomada em detrimento da modernização dos cartórios existentes, do redimensionamento da sua rede e da desburocratização do serviço notarial.

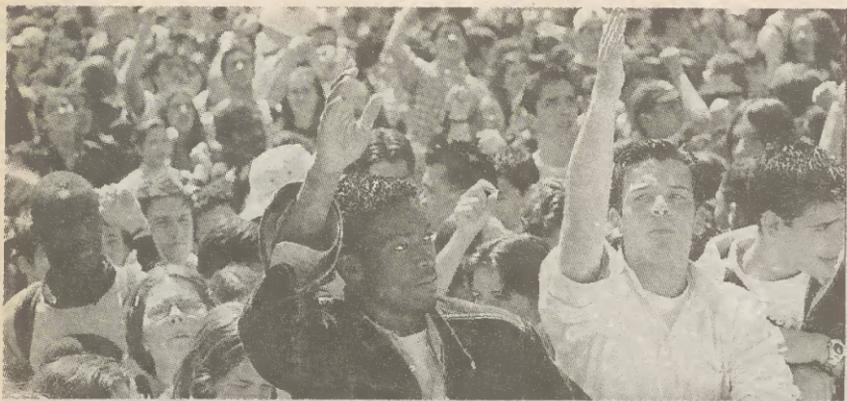
Odete Santos, intervindo em nome do PCP, considerou mesmo que esta opção do Executivo, que definiu como «centralizadora» e de difícil acesso ao cidadão comum, faz parte de um «processo muito pouco transparente».

Quando se sabe as condições deploráveis em que funcionam os cartórios notariais – Odete Santos chamou-lhes «autênticas espeluncas onde se acotovelam os cidadãos» –, com efeito, continuam por explicar as razões que levam o Governo a não utilizar os milhões de contos de lucro por aqueles gerados (que têm servido para tudo até para pagar os vencimentos de membros de gabinetes de ministros), investindo-os na sua própria modernização e reestruturação.

E o Executivo não só não faz isso como, pior, avança para a privatização das receitas. É o que sucede com os cartórios de competência especializada, que funcionarão em instalações de certas entidades, como as associações empresariais (CIP, CCP, CAP, entre outras), primordialmente virados para servir os sócios destas. E como são aquelas que cedem as instalações e o pessoal administrativo, é aos seus cofres que vai também parar parte das receitas.

Com tais privatizações, lembrou ainda Odete Santos, passa-se a fiscalização da legalidade dos actos notariais (como a constituição de agrupamentos complementares de empresas) para as Conservatórias do Registo Comercial, também elas a braços, alertou, com «um volume exagerado de trabalho».

Lembrada pela parlamentar comunista, a este propósito, foi a posição assumida pela Associação Nacional dos Notários Brasileiros. Ao saber da operação levada a cabo em Portugal no que respeita à dispensa de escritura pública para actos complexos, aquela entidade advertiu para as suas consequências, pondo em relevo o aumento de conflitualidade que uma medida idêntica provocou no Brasil.



Tudo vai bem na educação?

● Sandra Pimenta

No início era a paixão. Depois veio a desilusão. E agora mais recentemente a aflição.

A educação em Portugal. Eterno motivo de debates e acasas discussões entre estudantes e governo. Mas afinal, quem anda mais aflito?

Serão os estudantes? Também.

Será o senhor primeiro-ministro e todo o seu executivo? Principalmente...

Mais de 60 mil estudantes portugueses saíram à rua, para protestar contra tudo aquilo que achavam incorrecto no actual sistema educativo. E o que se seguiu?

Críticas e mais críticas. Principalmente da parte do ministro da Educação, Oliveira Martins, que encarou tudo com muita naturalidade e até com uma atitude paternal, como que a dizer:

«Pobres jovens, não sabem o que dizem e muito menos do que se queixam!»

Soluções. Até agora, os estudantes continuam à espera e a avaliar por um documento recentemente divulgado pela Comissão Europeia sobre «A qualidade do ensino Básico e Secundário da União Europeia (UE)», ainda muito haverá a aguardar... e a desesperar também. E isto porquê? Porque a acreditar neste estudo para o qual Portugal contribuiu com estatísticas, notas, investigações e opiniões, tudo vai bem no ensino em Portugal e pouco mais há a alterar.

Este estudo propôs-se avaliar a dita «qualidade» da educação e as orientações já seguidas pelos vários Estados-membros da UE nesta matéria, com o claro objectivo de avaliar a situação do ensino, a organização do sistema educativo e seu conteúdo, bem como a sua diversidade cultural e linguística. Pode concluir-se que todo o documento é exemplo de tudo o que o governo português não segue. Passo a explicar.

Orientações: ainda por definir.

Objectivos: muitos, mas em nada semelhantes aos estipulados no Tratado da UE.

Condições financeiras: a avaliar pelo que Portugal recebe da UE e o que aplica, poderia já se ter feito muito mais.

Meios desenvolvidos: a nível interno, nada. Não fossem os programas Sócrates, Leonardo e Tempus criados pela UE, e Portugal estaria num deserto de ideias.

Estruturas: as mesmas há já muitos anos. Os estudantes exigem pavilhões gimnodesportivos, cantinas, laboratórios, salas de estudo, bibliotecas, entre outras.

Paixão + Guterres = Deseducação

A certa altura deparamo-nos com uma frase que bem poderia ser a bandeira que alimenta uma das grandes paixões do governo de Guterres: «... a avaliação implica diálogo entre todas as partes interessadas».

«Diálogo»? Onde já ouvimos esta

reivindicação? Terá sido da parte dos estudantes? Porque é certo que até agora o que tem existido é um grande monólogo.

«Entre todas as partes interessadas»? Estará a referir-se aos estudantes? Não!!!

Mas as incongruências não acabam aqui. Também este estudo refere um maior incentivo a uma maior descentralização de poderes. É essa a palavra de ordem: descentralizar.

Primeiro descentraliza-se, dá-se mais poder às estruturas locais do sistema educativo.

Mas e depois, senhor ministro da Educação? Responde-nos que a descentralização é um instrumento de debate político e do processo democrático. Mas quando se fala em manifestações de estudantes... essas não são democráticas, são antes «birras» de jovens que andam mal informados e que fazem de um tudo para mais um dia sem aulas.

Podemos concluir que todo o documento é um hino à incompetência portuguesa no domínio da educação.

«Que exagero!», dirão alguns.

«Esta é a realidade», dirão outros.

Não é difícil imaginar quem diz o quê. Mas há mais!

Era uma vez uma Cimeira...

Recentemente, o 1.º ministro, na tão famosa Cimeira de Lisboa, encheu-se de orgulho para nos falar de uma sociedade da inovação e do conhecimento, de como deve ser dada especial atenção às recentes evoluções das tecnologias de informação e à necessidade de uma boa formação profissional na luta contra o desemprego.

Pois bem, e as medidas que enumerou para que tal aconteça? Dotar de equipamento informático todas as escolas do país até 2002. Será isso suficiente?

É com esta medida que encara a educação como «uma solução para os problemas do emprego e da coesão social»?

É com esta medida que espera «aumentar a qualidade da educação, como chave para controlar o futuro das pessoas a nível profissional e pessoal»? Eu penso que não. E penso que os 60 mil estudantes que se manifestaram também não.

É chegada a hora de «acordar». Porque isto de dizer que o nosso ensino está ao nível da UE tem muito que se lhe diga, e não podem ser só os nossos governantes a dizê-lo. É preciso prová-lo, com números, exemplos, experiências e soluções.

E quem melhor que os estudantes, que têm um papel activo na definição das políticas educativas, para ajudar nessa tarefa?

Porque é preciso ver que os estudantes só são «rascas» quando se tornam incomodativos e lutam por uma causa que muitos não querem compreender.

Liberalização dos têxteis pode ser antecipada três anos

Emprego ameaçado

As negociações que visam acelerar a liberalização do comércio mundial de alguns produtos de têxtil e do vestuário podem gerar desemprego no sector.

Na reunião realizada com a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário e Peles de Portugal com Dirigentes Sindicais, a deputada comunista no Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, acompanhada de Rosa Dias, da Direcção Regional do Porto do PCP, revelou que a Comissão Europeia está a preparar uma proposta de decisão a apresentar ao Conselho sobre as categorias de produtos a integrar na terceira fase do Acordo sobre produtos têxteis e de vestuário.

A Comissão tenciona apresentar essa proposta até Junho deste ano, de modo a que a decisão possa ser adoptada e notificada a Organização Mundial do Comércio até ao final do ano. Assim, o período de transição até 2005, acordado em Marraquexe, poderá ser antecipado de três anos, o que, se incluir produtos sensíveis para Portugal, poderá ter efeitos negativos no emprego e na nossa economia.

Ilda Figueiredo considera que, tendo Portugal a presidência da União Europeia, impõe-se, desde já, que o Governo

português esclareça os portugueses da sua posição e das medidas que está a tomar para que a eventual antecipação da liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário não prejudique o nosso país.

Recorde-se que as exportações portuguesas de têxteis e vestuário representam cerca de 21 por cento do total das exportações nacionais e que Portugal é o segundo Estado membro em mão-de-obra empregue nestes sectores industriais, com 12 por cento do emprego total da têxtil e 14 por cento na confecção de toda a União Europeia. É, pois, essencial defender o emprego, a indústria portuguesa e o desenvolvimento da região Norte, onde a têxtil e confecção têm especial peso.

Crise suína exige novos meios

A deputada Ilda Figueiredo defendeu a necessidade de uma revisão da actual Organização Comum de Mercado (OCM) no sector da suinicultura. Intervindo durante uma audição da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento, realizada na semana passada, a deputada considerou que a actual OCM «não serve os interesses dos agricultores, mas sim da agro-indústria».

Por outro lado, «a proposta apresentada pela Comissão Europeia de criação de um fundo de solidariedade feito totalmente à custa dos produ-

tores, ou seja sem nenhuma comparticipação comunitária, não resolve nenhum problema de fundo», afirmou.

Embora seja positivo que a Comissão Europeia assumira agora a gravidade da situação e as crises no sector nos últimos três anos, não deixa de ser «lamentável» o facto de não avançar com «medidas de fundo que tenham em devida conta a agricultura familiar, a multifuncionalidade da agricultura e a segurança alimentar», salientou Ilda Figueiredo.

A deputada aproveitou

ainda o debate para interrogar a Comissão Europeia sobre as medidas que pensa tomar para que inverter a situação e propôs como objectivos para a revisão da COM «a garantia de um preço remunerador à produção campestina com comparticipação comunitária, a defesa das pequenas e médias explorações que são a base essencial do abastecimento local, assim como a defesa da qualidade da carne suína, um maior controlo da produção das grandes explorações e a defesa e protecção do meio ambiente».

Serviços postais para privados

A Comissão Europeia tem em mãos uma proposta que visa restringir os serviços postais reservados aos operadores públicos a cartas até 50 gramas e duas vezes e meia a tarifa-base e ao correio transfronteiriço de entrada.

Esta proposta, já criticada pela CGTP-IN por representar a liberalização completa do sector, em prejuízo do serviço

universal e da manutenção dos postos de trabalho, coloca em sério risco a viabilidade do serviço público que segundo as estimativas emprega cerca de meio milhão de pessoas em toda a Europa. Actualmente, os serviços postais públicos têm como área reservada cartas até 350 gramas e cinco vezes a tarifa-base, todo o correio transfronteiriço e a publicidade

endereçada, o que lhes permite financiar o serviço postal universal, que naturalmente envolve actividades não rentáveis.

A central sindical portuguesa exige que a Comissão Europeia recuse a proposta e que promova o estudo sério do impacto e efeitos nos operadores postais e no emprego da directiva de 1997, actualmente em vigor neste sector.

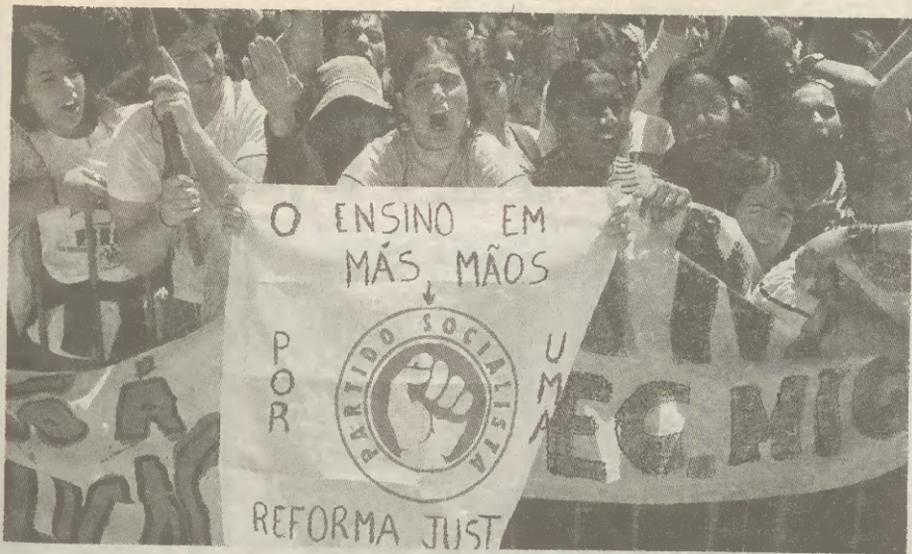
Preservar tradições

Uma resolução apresentada no Parlamento Europeu pelo deputado comunista Joaquim Miranda visa contribuir para a diversidade cultural das regiões e localidades fronteiriças, de que é exemplo Barrancos, cujas tradições devem ser preservadas e incentivadas. A resolução, que para além das assinaturas dos deputados comunistas, conta com o apoio dos portugueses Arlindo Cunha, do PPE, e José Ribeiro e Castro, do grupo UEN, e do espanhol Pérez Royo, do PSE, tem suscitado o interesse de outros deputados que já manifestaram dispostos a subscrevê-la. O texto considera indispensável que a identidade cultural das populações fronteiriças seja reconhecida bem como incentivadas as manifestações culturais e festivas.

Timor na agenda

A próxima reunião da Comissão de Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu irá discutir a situação em Timor-Leste. A iniciativa partiu de Joaquim Miranda, presidente da referida Comissão, e surge no seguimento da visita que uma delegação do PE efectuou ao território no passado mês de Abril.

Para a reunião serão convidados todos os deputados que integraram a delegação do PE, assim como representantes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia. Note-se ainda que a aquela Comissão do PE tem particulares competências no domínio da ajuda alimentar e humanitária do território, assim como nos aspectos relacionados com a reconstrução do país.



A JCP defende a necessidade de repensar o ensino, nomeadamente com o acompanhamento dos alunos por orientadores profissionais

JCP-Braga defende estudantes

Do lado da razão

Com a razão do seu lado, os estudantes do secundário não baixam os braços. A JCP de Braga considera que quem os critica não conhece as condições do ensino.

A JCP de Braga analisou a luta dos estudantes do ensino secundário e considera que as críticas de que estes foram alvo por parte do Ministério da Educação e do Governo mostram que os seus autores pouco ou nada sabe sobre a realidade do ensino em Portugal.

«Como é que alguém se atreve a chamar a esta greve a “greve dos meninos”, quando estes estão a exercer o seu direito à greve e com a razão do seu lado?», interrogam os jovens comunistas, num comunicado de imprensa.

«Como é que durante a manifestação um membro de uma determinada juventude partidária insinuou que os alunos não sabiam o que faziam, quando ainda há pouco tempo, no congresso dessas mesma “jota”, se verificou que o que lhes interessava não eram os problemas da juventude, dos estudantes e dos trabalhadores, mas sim os “jobs for the little boys”?», acrescentam.

«Como é que determinados sectores da sociedade tão depressa afirmam a extinção para breve do PCP e conse-

quentemente da JCP, como logo de imediato vêm afirmar que por detrás das recentes greves há um dedinho dos comunistas? Decidam-se!», dizem.

«Quando é que aprendem que, se há manifestações e greves, é porque os portugueses estão descontentes com esta política? Se não houver ambiente, se não há razões de queixa, se não existir descontentamento, se ninguém receia o futuro, não há dedinho que resulte», afirma a JCP.

Condições de ensino

A Direcção da Organização Regional de Braga comentou algumas reivindicações dos estudantes e a recusa da Delegação Nacional de se reunir com o grupo de acompanhamento da revisão curricular, recentemente criado pelo Ministério.

«Não há dúvida que esta ideia é interessante, só que para haver diálogo ambas as partes têm de ouvir e discutir», afirma a JCP. «Se o Ministério da Educação está verdadeiramente interessado

em discutir a revisão curricular, primeiro deve suspender o processo para depois o poder discutir com todas as partes envolvidas. Só se pode concluir que falta vontade política para resolver os problemas de e com os alunos.»

Quanto à alteração do sistema de acesso ao ensino superior, os jovens comunistas consideram que a actual lei é injusta e está completamente desajustada da realidade e propõem a valorização da avaliação contínua.

«Não podemos continuar a ter exames finais com tanto peso na nota final, pois até pode acontecer o caso de um aluno estar com algum tipo de indisposição no dia do exame e desse modo fruste todas as aspirações que criou ao longo de 12 anos de escolaridade», sustentam.

A JCP refere ainda a necessidade de repensar todo o processo, desde o 9.º ano, nomeadamente com o acompanhamento de psicólogos e orientadores profissionais, a melhoria das condições materiais e humanas das escolas, a reformulação do ensino profissional de forma a tornar-se uma alternativa viável e a reestruturação do ensino superior para que o leque de cursos se ajuste à realidade do País.

JCP Algarve

Educação sexual já!

A JCP do Algarve está a promover uma campanha pela implementação da lei de educação sexual nas escolas secundárias, através de um abaixo-assinado e de diverso material informativo.

Proposta pelo grupo parlamentar do PCP e aprovada na Assembleia da República há 9 meses, esta lei continua à espera de regulamentação do Governo apesar do limite legal ter já sido ultrapassado em Novembro do ano passado.

A lei prevê a introdução da educação sexual nas escolas de forma interdisciplinar, a criação de gabinetes de aconselhamento e a colocação de máquinas de preservativos.

A JCP lembra que actualmente cerca de dois terços dos jovens têm comportamentos sexuais de risco e que anualmente há 10 mil novas mães adolescentes, sublinhando a falta de informação e acesso ao planeamento familiar, a questão das doenças sexualmente transmissíveis e o desrespeito pela orientação sexual.

Referindo a dificuldade que alguns professores têm em abordar este tema nas aulas e integrá-lo nas matérias, os jovens comunistas dão o exemplo de uma professora de Matemática de Coimbra que, através de dados reais sobre a maternidade na adolescência e o aborto clandestino,

analisa percentagens, médias e probabilidades. Ou seja, «aulas chatas que se tornam interessantes e realistas e que deixam algo para pensar».

Dão ainda outras sugestões, como abordar as expressões da sexualidade em Português, em Línguas e em Desenvolvimento Pessoal e Social; a afectividade, as relações interpessoais e as vertentes psicológicas, sociais e culturais da sexualidade em disciplinas como Psicologia e Sociologia; o corpo, a reprodução e a contracepção em Biologia, Ciências Naturais e Ciências da Terra e da Vida; e as vertentes históricas da sexualidade em História e Geografia.

(I)mobilidade juvenil

• Natacha Amaro

Erasmus poderá, para muitos, trazer à memória o pensamento humanista do século XVI, na Europa. Contudo, a maioria dos jovens, para quem os ensinamentos da História no período do Renascimento são passado longínquo, associa-o à possibilidade de frequência de uma parte do seu curso numa universidade estrangeira.

Por definição, Erasmus é a acção que «visa reforçar a dimensão europeia no ensino superior», integrado no programa Sócrates para cooperação no campo da educação na União Europeia. O programa existe desde 1987, participando, actualmente, 100 mil dos quase 12 milhões de alunos do ensino superior da UE e de alguns países da Europa Central e Oriental. A Comissão Europeia produziu um documento motivado, entre outras, pela preocupação com a «relação entre a situação socioeconómica dos estudantes e o seu acesso ao programa de mobilidade». Tão nobre preocupação aliada à curiosidade em confirmar suspeitas sobre a matéria, levou a uma incursão neste relatório intitulado:

considera os rendimentos dos pais de nível médio, enquanto que 47 por cento os posiciona acima da média. Os estudantes não bolsistas Erasmus (12,7 por cento) têm como principal fonte de rendimentos as contribuições familiares (84 por cento) e 33 por cento afirma mesmo não ter problemas financeiros.

E o dinheiro?

Não sendo a bolsa Erasmus obrigatória, quando atribuída destina-se a apoiar apenas os custos da deslocação (viagem, curso de língua estrangeira e, eventualmente, suportar a diferença no custo de vida), não prevendo apoios para alojamento, alimentação ou material escolar. Como poderão os estudantes portugueses com mais dificuldades económicas suportar o aumento significativo das despesas mensais (1), visto não haver apoios para a frequência do curso mas apenas para a mobilidade? Será apenas um choque de culturas educacionais diferentes que leva à apreciação negativa da experiência educativa nas nossas universidades ou



«Inquérito sobre a situação socioeconómica dos estudantes Erasmus», aproveitando para destacar ainda alguns dos dados estatísticos disponíveis.

Números e perfis

Os estudantes Erasmus portugueses são, maioritariamente, do sexo feminino, entre os 20 e os 22 anos de idade, no 4.º ano do seu curso, a frequentar o programa por um período de 4 a 6 meses, tendo como destinos principais Espanha, França e Reino Unido.

Na avaliação, do ponto de vista educativo, os portugueses, a par dos gregos, são os mais satisfeitos, com 97 por cento considerando a experiência positiva ou muito positiva. Nos nórdicos, os resultados são menos animadores: 14 a 15 por cento dos estudantes da Noruega, Reino Unido e Dinamarca consideraram a sua experiência negativa ou muito negativa.

14 por cento dos estudantes que frequentaram o Erasmus em Portugal considerou esse período negativo ou mesmo muito negativo, do ponto de vista educativo. No entanto, do ponto de vista sociocultural, os países do Sul da Europa são os que obtêm uma avaliação mais positiva.

Os pais dos estudantes Erasmus portugueses são, na sua maioria, quadros científicos ou de direcção (58 por cento), ambos com um nível de educação e formação superior (33 por cento) apesar de, no nosso país, apenas 7 a 10 por cento da faixa etária 45-59 anos possuir um diploma.

31 por cento dos portugueses inquiridos

estaremos perante o reconhecimento internacional do mau estado do nosso sistema de ensino superior? Pretendendo a Comissão Europeia a coerência entre as acções do Programa e outras acções e políticas da Comunidade, nomeadamente na «eliminação das desigualdades», como pode a mesma Comissão ignorar a discrepância socioeconómica entre o perfil apontado pelo inquérito e a generalidade dos estudantes do ensino superior português? A atribuição das bolsas é da responsabilidade das Agências Nacionais, sendo, em Portugal, estipulado um número menor de bolsas, para que possam ter um valor unitário mais elevado e, assim, colmatar as falhas de subvenções nacionais. Não seria interessante equacionar outras soluções, de forma a que mais jovens pudessem frequentar o programa e a mobilidade juvenil não fosse privilégio apenas de quem tem capacidade financeira para a suportar?

O Erasmus, à semelhança de outros programas europeus para a juventude, acaba por ser dirigido a uma camada social específica, ignorando as diferentes realidades existentes em cada país, e propiciar uma filtragem de carácter social e económico no seu acesso. Representa, também, o confronto existente na União Europeia entre a promoção da diversidade e uma política federalista, em que se reforça a diluição e o apagamento dessa mesma diversidade.

(1) O aumento mais significativo das despesas mensais, na deslocação para o estrangeiro, verificou-se nos estudantes portugueses, atingindo um valor de, aproximadamente, 52.000\$00 por mês.

Pinochet perde imunidade

O Tribunal de Apelações de Santiago retirou a imunidade parlamentar a Pinochet, o que significa que os magistrados têm fundadas suspeitas da responsabilidade do ditador nas queixas contra ele apresentadas. A decisão foi conhecida a semana passada e motivou de imediato reacções de indignação da direita chilena, que considera estar-se perante um «julgamento político». Apesar dos militares não se terem pronunciado, é significativo que o comandante em chefe das Forças Armadas, general Ricardo Izurieta, tenha decidido fazer uma visita a Pinochet após a divulgação da decisão dos juízes. Os advogados do ditador anunciaram ir apelar para o Supremo Tribunal.

Governo do Ulster volta a funções

Os dirigentes do Partido Unionista do Ulster, David Trimble, e do Partido Social-Democrata e Trabalhista, Seamus Mallon, retomaram no início da semana os cargos de primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro da Irlanda do Norte, respectivamente. Por seu turno, os ministros dos dois partidos e do Sinn Fein reiniciaram anteontem as suas funções. Apenas o partido protestante liderado pelo reverendo Ian Paisley, que se opõe terminantemente ao Acordo de Paz de Sexta-feira Santa, ainda não decidiu se vai, ou não, ocupar os dois lugares no Executivo a que tem direito. Caso não o faça, os lugares serão divididos entre o Partido Aliança, moderado, e os Unionistas do Ulster. A primeira reunião do executivo estava agendada para hoje.

Eleições em Israel

O primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, apoia a candidatura de Shimon Peres para suceder na presidência do Estado a Ezer Weizman, que se demitirá das suas funções a 10 de Julho. «Estou convencido de que o nosso amigo Shimon Peres é a melhor pessoa para próximo presidente (...) e tenciono trabalhar para o fazer eleger», declarou recentemente Barak ao grupo parlamentar do Partido Trabalhista. Shimon Peres, de 76 anos, prémio Nobel da Paz 1994 e antigo primeiro-ministro, não apresentou ainda oficialmente a sua candidatura, mas aceitou esta manifestação de apoio e afirmou ser «um aglutinador». Weizman decidiu demitir-se na sequência de um escândalo financeiro que afectou a sua imagem.

Comunidade internacional aponta fraude e falta de transparência nas eleições presidenciais e estuda sanções contra o país

O Peru levanta-se contra Fujimori

Contestado por grande parte da população e pela comunidade internacional, Alberto Fujimori autoproclamou-se vencedor das eleições presidenciais do Peru, realizadas no domingo.

As manifestações de protesto sobem de tom, com o lançamento de gás lacrimogénico pela polícia e um número indeterminado de detidos. As cidades do interior do país foram palco dos incidentes mais graves. Em Huancayo, por exemplo, a sede da companhia dos telefones foi incendiada e houve confrontos durante toda a noite.

Alejandro Toledo, o líder da oposição que se retirou do escrutínio para não avalizar uma eleição fraudulenta, surge à cabeça da contestação, não reconhecendo os resultados e exigindo o fim da ditadura de Fujimori e o regresso da democracia e da institucionalidade ao país.

«Hoje começa a terceira volta para nós. É o início de uma resistência pacífica para reclamar o direito de viver em democracia», afirmou Toledo no domingo, que alertou para uma campanha de medo «como parte de uma estratégia

do Serviço de Inteligência Nacional» e advertiu para a existência de «um operativo policial e militar» com a detenção de jovens acusados de subversivos e cúmplices de terrorismo.

No dia seguinte, Toledo exortou as forças armadas a abandonar Fujimori e a juntar-se ao resto da população. «Sigam o vosso país», pediu o líder da oposição, perante uma multidão de 70 mil pessoas reunida no centro de Lima. «Irmão uniformizado, une-te ao teu povo», lia-se em cartazes.

«O grande observador é Deus» foi a resposta à ausência de observadores independentes

Contestação internacional

«O grande observador é Deus.» Esta foi a resposta dada pelo presidente da comissão de contagem, José Portillo, comentando a ausência de observadores



Alejandro Toledo, o candidato da oposição, durante a campanha eleitoral

independentes peruanos ou estrangeiros.

Depois de durante vários dias o Governo de Fujimori fazer crer aos representantes da Organização de Estados Americanos (OEA) e a outros observadores internacionais que as eleições seriam adiadas de forma a garantir a transparência na contagem dos votos, na quinta-feira é feito o anúncio que a data das eleições se mantém mesmo havendo apenas um candidato.

A reacção não se fez esperar: os populares saíram à rua, enquanto os observadores abandonam o país. Fontes

diplomáticas referem a possibilidade dos Estados Unidos e vários países da União Europeia levantarem sanções contra o Peru.

A Casa Branca, por seu lado, adverte que as relações entre os dois países podem ser afectadas e o Departamento de Estado considera que a actual situação constitui uma séria ameaça ao sistema interamericano e considerou as eleições ilegítimas.

«À vista da recusa do Governo do Peru de aceitar as queixas dos observadores internacionais sobre a falta de tempo para garantir o novo sistema de contagem de

votos, não consideramos válida esta eleição», afirmou na segunda-feira um porta-voz norte-americano. «Nenhum presidente que seja eleito por um processo tão defeituoso pode reclamar legitimidade», acrescentou.

O Conselho Permanente da OEA vai discutir a situação esta semana, assunto que provavelmente voltará a ser abordado na Assembleia Geral, que se reúne no Canadá no domingo.

Entretanto, os comentadores não afastam a possibilidade de Fujimori declarar o estado de emergência para pôr fim à contestação interna.

Fiji

Militares tomam o poder

O chefe das Forças Armadas das Fiji, contra-almirante Franck Bainimarama, assumiu segunda-feira o poder, após o golpe de Estado que destituiu o presidente Ratu Sir Kamisese Mara. Entretanto, foi instaurada a lei marcial no país.

A crise que se vive nas Fiji arrasta-se desde o passado dia 19 de Maio, altura em que um grupo liderado pelo empresário George Speight invadiu o Parlamento e tomou como refém o primeiro-ministro Mahendra Chaudry, juntamente com 30 deputados. Numa tentativa de ultrapassar a situação, o presidente Mara demitiu Chaudry, encetou negociações com os revoltosos e convocou o Grande Conselho dos Chefes, orga-

nismo em que estão representados dirigentes das diferentes comunidades étnicas do país.

Ao fim de três dias de debates, o Conselho atribuiu a responsabilidade dos acontecimentos a Chaudry por não ter tido «a humildade e a coragem política de escutar o crescente descontentamento popular». Mas as propostas do Conselho - alteração da Constituição, participação de alguns dos revoltosos num governo provisório e amnistia para todos os golpistas - não foram aceites. Speight contrapropôs a abolição da Constituição, a demissão do presidente e a garantia de imunidade em vez da amnistia.

É neste contexto que os

militares assumem o governo. Londres, antiga potência colonial, reagiu de imediato, congratulando-se «com as medidas tomadas para restaurar a lei e a ordem», mas considerando «preocupante» a evolução da situação e dizendo ignorar quais «as intenções dos militares».

Falando em nome da Commonwealth, um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico manifestou a esperança de que «as Fiji não voltem as costas à democracia e à sua Constituição», e apelou para «uma solução constitucional pacífica».

De referir que o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Robin Cook, envi-

ou no domingo uma mensagem ao então ainda presidente Mara aconselhando-o a não ceder à força das armas e renovando a oferta da ajuda britânica para encontrar uma solução para a crise.

Após a precipitação dos acontecimentos, o Foreign Office divulgou um comunicado aconselhando os britânicos a deixar o país, dado não serem «de excluir novos actos de violência».

Conflitos étnicos

O arquipélago das Fiji, formado por nove ilhas grandes e mais de 300 ilhéus, dos quais apenas 100 são habitados,

conta com uma população de cerca de 800 000 habitantes. Independente da coroa britânica desde 1970, as Fiji consideravam-se até à data uma democracia presidencial.

O principal problema do país é a rivalidade entre a população urbana de origem indiana e os nativos melanésios, que dominam cerca de 80 por cento das terras. Os problemas étnicos agravaram-se em 1996, quando após uma greve dos mineiros o governo anunciou uma série de reformas que incluíam a abolição do salário mínimo, restrições às greves e limitação da acção sindical. Eleito em 1999, Chaudry não conseguiu pacificar o país.

Adiamento na Venezuela

Eleições ainda este mês

As eleições gerais venezuelanas, previstas para o passado domingo mas adiadas devido a problemas técnicos, devem realizar-se em meados de Junho, afirmou o ministro do Interior e Justiça.

«Estou convencido de que, num prazo que não irá além de 20 a 25 dias, teremos solucionado definitivamente esta situação», declarou Luís Alfonso Dávila na sexta-feira, acrescentando que nesse prazo

«podem superar-se as falhas técnicas e celebrar-se as eleições como planeado».

As eleições - que devem eleger o presidente, 165 membros da Assembleia Nacional, 23 governadores de estado, 219 deputados regionais, 335 presidentes de câmara, 2349 membros das assembleias municipais, 3142 membros das juntas paroquiais, 12 deputados do parlamento latino-americano e cinco do parlamento andino -

foram suspensas na quinta-feira pelo Supremo Tribunal da Venezuela por «não existirem condições técnicas» para a contagem dos votos nem «informação suficiente sobre os candidatos».

O Conselho Nacional de Eleições (CNE) atribuiu os problemas à empresa norte-americana responsável pelo sistema informático, devido à falta de cumprimento na entrega dos cartões electrónicos. A firma

argumenta que o CNE se atrasou no envio da base de dados completa dos candidatos.

Apesar das críticas do candidato presidencial da oposição, Arias Cárdenas - porta-voz do descontentamento da classe média-alta contra o presidente Hugo Chávez -, os principais grupos empresariais reconheceram que o adiamento foi a decisão mais sensata, devido à falta de garantia de êxito.

Entretanto, o CNE anunciou

na segunda-feira a intenção de se demitir em bloco para «aliviar as tensões» criadas com o adiamento das eleições, decisão que, segundo o vice-presidente do órgão, tem o consenso de todas as forças políticas.

Reconhecendo que se cometeram «erros», Eduardo Semter salientou que quase todo o trabalho eleitoral está feito e que os novos membros do conselho terão de ocupar-se apenas de cinco por cento do processo.

Nova era entre EUA e China

Comércio fala mais forte

Os EUA normalizam relações comerciais com a China pondo fim a mais de duas décadas de situação de «excepção» nas trocas entre os dois países.

A Câmara dos Representantes dos EUA aprovou a semana passada a normalização das relações comerciais com a China. A decisão, considerada histórica pela imprensa norte-americana e classificada de «sábua» pelos dirigentes chineses, abre caminho para a entrada de Pequim na Organização Mundial do Comércio (OCM) até ao final do ano, afirmou em Genebra o director da OCM, Mike Moore. Segundo Moore, «a entrada de um quarto da população mundial num sistema baseado em regras e numa forma de resolução dos problemas é um acontecimento notável».

A adesão da China à COM, que já havia sido acordada com os EUA em Novembro de 1999, foi igualmente aceite pela União Europeia a semana passada, em Bruxelas.

A satisfação do presidente Bill Clinton com a nova lei é partilhada pelas grandes empresas norte-americanas, que investiram milhões de dólares numa campanha em defesa da sua aprovação. O mesmo não se pode dizer dos sindicatos, receosos de que as empresas invistam em força no mercado chinês, pondo em perigo os seus postos de trabalho. Segundo cálculos dos sindicatos, esta legislação vai traduzir-se na perda de mais de 800 000 empregos nos EUA.

O lobby empresarial, apoiado pelos republicanos e pelos esforços pessoais de Clinton, acabou por vencer as resistências dos democratas, sendo o texto legal aprovado por 273 votos contra 197. Resta agora a passagem da legislação pelo

Senado, que a deverá ratificar ainda no mês de Junho, pondo fim a mais de duas décadas de situação de «excepção» nas trocas entre os dois países.

Segundo Clinton, o mundo será «muito mais feliz e próspero» com a normalização das relações entre Washington e Pequim.



O primeiro-ministro chinês, Zhu Rongji, em conferência de imprensa em Pequim

Nova lei pode provocar a perda de 800 000 empregos nos EUA

declaração de zona de catástrofe, num caso; investimento federal em escolas, noutro; vantagens eleitorais para a agricultura num terceiro; garantia de manutenção de uma fábrica militar no caso de Grand Prairie; etc., etc., etc. Vários congressistas confessaram ter alterado o seu sentido de voto quando souberam que Pequim aceitava levantar a proibição de importação de tabaco norte-americano, em vigor há 11 anos.

A prática de regateio é comum nos EUA e dá pelo

Votos regateados

Dois em cada três congressistas democratas opuseram-se à lei proposta por Clinton, argumentando que serve apenas os interesses das grandes empresas.

A oposição foi renhida, mas Clinton não poupou esforços nem olhou a meios para angariar o apoio necessário ao que considera o «decisão do século». Segundo notícias vindas a público, Clinton falou pelo telefone com cada um dos congressistas democratas, e os votos foram regateados. Consta que o apoio à lei foi trocado por vantagens de toda a espécie para os diferentes distritos eleitorais:

nome de *horse trading*, na gíria de Washington.

Para que a questão não se ficasse apenas ao nível mercantil, não faltaram também os argumentos políticos. Segundo afirmou o republicano Bill Archer na abertura do debate parlamentar, «com os nossos produtos também exportaremos para a China os grandes bens norte-americanos das eleições livres e da liberdade de oportunidades». Também Clinton fez questão de sublinhar que a entrada maciça de investimentos e produtos norte-americanos na China contribuirá para reforçar «as forças democráticas».

Cimeira Putin-Clinton

Os presidentes da Federação Russa e dos EUA vão encontrar-se nos próximos dias 4 e 5 de Junho, em Moscovo, numa cimeira em que poderão assinar um acordo para a redução de 34 toneladas das reservas de plutónio dos dois países. Segundo a Lusa, o acordo está praticamente ultimado, estando apenas em dúvida se Putin e Clinton procederão à sua assinatura na capital russa ou, em alternativa, durante a cimeira do G8 - os sete países mais industrializados do mundo e a Rússia - agendada para o Japão entre 21 e 23 de Julho.

Em declarações à imprensa, o ministro da Energia russo, Evgueni Adamov, afirmou que os Estados Unidos estão dispostos a financiar o

programa de reciclagem das 34 toneladas de plutónio a abater por cada uma das partes, para reutilização em reactores térmicos.

Depois da sua estada na Rússia, Clinton parte para a Ucrânia onde se encontrará com o seu homólogo Leonid Kuchma. De acordo com o embaixador norte-americano em Kiev, Steven Pifer, da agenda de conversações consta o eventual encerramento da central nuclear de Chernobil. Os EUA têm pressionado a Ucrânia a fixar a data do encerramento definitivo da central, mas as autoridades ucranianas insistem na necessidade de ajuda financeira externa para a construção de dois novos reactores nucleares.

Desde 1986, data da explosão registada em Chernobil, apenas um reactor funciona na central nuclear. As promessas ocidentais de ajudarem a Ucrânia num projecto orçamentado em 1200 milhões de dólares (240 milhões de contos) para a construção de dois outros reactores nas centrais de Khmelnytsky e Rivne, a fim de substituir Chernobil, continuam no entanto por cumprir.

Segundo o embaixador Pifer, o adiamento do fecho definitivo de Chernobil daria às autoridades locais mais tempo para arranjar fundos, nomeadamente junto do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), ao qual o executivo de Kiev pediu ajuda.

Atrás das grades

● Anabela Fino

Nathaniel, hoje com 13 anos, tornou-se no adulto mais jovem da história judicial dos EUA quando um juiz do estado de Michigan decidiu que podia ser tratado como tal. Aos 11 anos, Nathaniel matou um jovem com uma arma disparada a mais de 60 metros de distância e foi julgado segundo uma máxima cara ao Partido Republicano: «Delito adulto, condenação adulta.» Os jurados que decidiram o caso - 12 pessoas, das quais apenas uma era negra, tal como o réu e a vítima - não aceitaram a tese de acidente defendida pela defesa, nem levaram em consideração o facto de os psicólogos terem deixado claro que Nathaniel era uma criança com problemas de desenvolvimento, com uma capacidade intelectual muito baixa e com danos cerebrais que o limitavam a uma mentalidade de seis anos. A exemplo do governador de Michigan, John Engler, para quem uma criança de 11 anos é «suficientemente madura» para perceber o perigo de usar uma arma de fogo, os jurados consideraram que Nathaniel era culpado de homicídio em segundo grau (ou seja, sem premeditação), e não de homicídio involuntário. A diferença é enorme: permite a condenação a prisão perpétua. A legislação que confere aos juizes o direito de decidir se um menor poder ser

Não menos significativo é o facto de apenas os EUA e a Somália não terem ainda ratificado a Convenção dos Direitos da Criança, que já foi adoptada por 192 governos em todo o mundo. Esta política repressiva, que ignora as causas da delinquência e se centra apenas nos seus resultados, está a ter consequências alarmantes: anualmente chegam aos tribunais norte-americanos 750 000 casos de delitos de toda a espécie cometidos por crianças, com a particularidade das queixas terem um carácter claramente racista. Segundo estudos efectuados por especialistas americanos, os menores negros em centros de detenção são duas vezes mais do que os de origem hispânica e o quádruplo dos brancos. Por outro lado, de acordo com dados da Amnistia Internacional, há mais de 6000 crianças ou jovens menores em prisões de adultos.

A este panorama aterrador acresce ainda a tendência crescente da sociedade norte-americana para promover a delação. Recentemente, uma criança de 10 anos passou mais de dois meses detida porque uma vizinha disse às autoridades ter visto como «tocava» a irmã; a polícia tratou-o como um perigoso criminoso, obrigando-o a deitar-se no chão e pondo-lhe grilhetas nos pés sempre que teve de deslocar-se entre o comissariado da polícia e o tribunal. A paranóia chega a tal ponto que na



ulgado como um adulto foi adoptada em 1992 por todos os estados norte-americanos, com excepção de seis. Anteriormente, essa prerrogativa não se aplicava aos menores de 14 anos, mas agora há estados em que a idade mínima para tal suceder foi fixada nos 10 anos, e outros, como o Michigan, que não fixaram qualquer limite.

Orgulhosamente... com a Somália

Os EUA ratificaram, no mesmo ano, um tratado internacional de protecção dos direitos humanos que proíbe a condenação à morte de delinquentes cujos crimes foram cometidos antes de terem cumprido 18 anos de idade, mas reservou-se o direito de não transcrever para a legislação norte-americana alguns artigos. Os resultados estão à vista: nos últimos 10 anos, morreram na cadeia eléctrica ou com injeções letais 12 presos encarcerados e condenados quando ainda eram menores, e no corredor da morte estão actualmente cerca de 70 presos à espera da sua execução por um crime cometido antes de terem atingido a maioridade.

Geórgia, por exemplo, há crianças entre os 11 e os 14 anos internadas em centros de detenção por fazerem pinturas nas paredes, ameaçarem amigos ao telefone durante uma discussão ou terem ameaçado um professor num momento de irritação. Nos EUA, parece «normal» expulsar da escola meninos de tenra idade, acusados de assédio sexual, por terem beijado uma menina.

A violência é sem dúvida um problema grave que exige medidas das autoridades para ser combatida e controlada. Mas quando a maior potência mundial mete na prisão as suas crianças e as trata como adultos, estimula a denúncia entre vizinhos e amigos e vê intenções perversas nos mais pequenos gestos infantis, algo está profundamente errado. O país que se arvora em defensor dos direitos humanos e pretende impor o seu modelo de sociedade a todo o mundo, ao mesmo tempo que se revela incapaz de perceber sequer os seus próprios filhos, não pode ser um bom exemplo. A sociedade americana está doente. A continuar assim, dizem as estatísticas, dentro de 60 anos metade da população americana estará atrás das grades. Não é um futuro risonho para a humanidade. Quem são, afinal, os criminosos?

Ainda há poucos dias um semanário dava conta da insatisfação existente no seio dos militares. O ministro Castro Caldas logo se apressou a desvalorizar tais sinais que, aliás, não pararam desde há um ano, quando, de forma inequivocamente expressiva, oficiais, sargentos e praças tornaram claro o enorme mal-estar existente e a exigência de medidas de dignificação. Tais protestos originaram até uma muito comentada carta do Presidente da República.



européias e em que os militares portugueses sejam carne para a defesa desses interesses. Porque a realidade é que os interesses alemães e franceses não têm de ser necessariamente os interesses de Portugal e dos portugueses.

Informar e esclarecer

Claro que o processo em curso no seio da UE - o chamado 4.º pilar - não é um processo isento de inúmeras contradições, mas ele está a rolar e impõe-se promover uma ampla campanha de informação e esclarecimento para os riscos que comporta tal avanço.

Uma das linhas de propaganda em curso, visando ganhar adeptos para a causa do «exército europeu», é a de que assim a Europa se pode libertar da presença americana. Palavras! É o próprio

● Rui Fernandes

Crise latente nas Forças Armadas

Um ano passou e nada. Nenhuma medida foi tomada visando dar resposta a esse enorme sentimento de frustração e de menor consideração que percorre os militares.

Toda a conversa ministerial centra-se em torno das dinâmicas externas. Mais meios e mais dinheiro para cumprimento dos compromissos externos.

E as carreiras dos militares? E as fusões de especialidades perspectivadas no EMFAR (Estatuto dos Militares) aprovado pelo Governo, de costas para as associações militares, bem como para os órgãos consultivos internos dos ramos? E o sistema remuneratório cuja aplicação não tem parado de gerar distorções e confusões entre ramos e entre oficiais, sargentos e praças? E a regulamentação da Lei do Serviço Militar aprovada há um ano e que continua por sair? E a ausência de voluntários em número que chegue para a satisfação das necessidades das FA's? E que reflexão faz o Governo face ao exemplo espanhol que, na ânsia da profissionalização, já fez descer vários índices para o recrutamento de jovens, índices esses que nalguns casos estão no limiar mais baixo do coeficiente de inteligência? E os ingleses, dos quais chegam notícias que até nas prisões fazem recrutamento? E em que condições prestam os militares portugueses as suas missões no exterior? E há quantos anos não são aumentados alguns subsídios de carácter social, como, por exemplo, o subsídio para crianças deficientes que se mantém inalterado desde 1996? E em que condições estão inúmeras unidades militares, desde logo do ponto de vista das condições de habitabilidade? E por que razão continua o Governo PS a não assumir a alteração do quadro de restrições de direitos dos militares? E como vai ser com a nossa indústria de Defesa quando crescem os discursos, e não só, ao nível da UE, visando a reestruturação destas indústrias e a criação do mercado comum das indústrias de defesa, o qual acompanha, como é óbvio, esta dinâmica militarizadora da UE, com a criação da força militar europeia? Enfim, tantos e tantos problemas que, como já dissemos, não surgem nos discursos governamentais nem aparecem como parte constitutiva da tão falada modernização das Forças Armadas.

Política do facto consumado

Mas como é possível tal modernização sem cuidar, antes de mais, daqueles que nas FA's prestam serviço? Como é possível tal modernização sem galvanizar primeiro os que têm de implementar essa mesma modernização? Se não é, pelos vistos, cuidando dos seus problemas e envolvendo-os na procura das soluções, resta ou o deixa andar ou a política do facto consumado contra tudo e contra todos. O exemplo mais recente (embora já com cerca de um ano) do contra tudo e contra todos foi o Estatuto dos Militares e que levou o PCP ao pedido de ratifica-

constituição da força militar europeia, sem dar qualquer explicação seja a quem for, incluindo as medidas em curso visando a extinção, pela integração, da UEO na UE.

E todos assistimos paralelamente ao lufa-lufa ao nível da CPLP para a constituição, no âmbito desta estrutura, de uma força militar vocacionada para intervenções humanitárias - claro - no cenário africano. Forças e mais forças. Estruturas e mais estruturas. Armas e mais armas. Presença nos cinco cantos do mundo, dizem. E «vendem o seu produto» com a mais das angélicas caras. Mais, anunciam, até, que a principal das

Sr. PESC Solana que diz que «continuará a caber à NATO (leia-se EUA) a defesa da Europa». A verdade é que o que está em curso é pôr de pé o pilar europeu da NATO. Pilar este que agirá onde, quando e como for do interesse dos EUA que assim aconteça. Tal como é da NATO o conceito estratégico que enquadra as FA's dos principais países da UE. Tal como é em obediência a esse conceito que estão em curso processos de reestruturação dessas mesmas FA's. Estes são os factos.

Do processo em curso releva três questões essenciais: por um lado é do pilar da NATO que se fala e, consequentemente, de mais um instrumento dos interesses dos EUA; por outro lado, tal dinâmica coexiste instintivamente com outras ambições por parte de alguns países europeus (com destaque para o eixo Paris-Bona) de constituição de um exército europeu, no quadro de um avanço político ao nível da UE de carácter federalista; e, por fim, tal dinâmica militar irá conduzir inevitavelmente à corrida aos armamentos, ao lançamento de projectos europeus no plano do armamento (corrida essa em que se imporão os países mais fortes da UE) e também ao aumento das despesas com a sustentação dessas mesmas forças militares.

No quadro das «guerras» intestinas existentes surgem agora propostas visando a criação de um Conselho Euro-Atlântico, resultante do fim da UEO, estrutura esta que visaria a consulta e a cooperação UE-NATO. Entre as várias questões que isto levanta há, desde logo, uma evidente: onde entra em tudo isto a OSCE?

O Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, que fechará a presidência portuguesa da UE, poderá adiantar algo sobre os caminhos futuros. É, aliás, com esta perspectiva que Jaime Gama foi aos EUA encontrar-se com Madeline Albright e Bill Clinton acaba de levantar voo de Portugal. Mas o que é evidente é que tudo isto se passa sem quaisquer explicações por parte do Governo do PS. E é evidente que esses caminhos não são os caminhos da construção de uma Europa Social, de uma Europa de paz e cooperação. E é evidente que este rumo contraria princípios constitucionais. E é evidente que há que dinamizar as acções e iniciativas possíveis ao esclarecimento do povo português quanto aos reais objectivos em curso e quanto às reais consequências para o futuro de Portugal.



ção parlamentar, pedido esse que proporcionou a auscultação das estruturas associativas militares. E tome-se o exemplo alemão que nomeou uma comissão de peritos que durante um ano falou com quem quis, dentro e fora das unidades militares, e aprontou um extenso relatório de situação e medidas para a reestruturação das FA's alemãs. E atente-se que não estamos a discutir se as conclusões são boas ou más, até pelo singelo facto de não conhecermos o conteúdo de tal relatório. Falamos é do método.

Bom, mas toda a acção política do Governo, no plano externo, é o maior dos exemplos do contra tudo, incluindo os desígnios constitucionais.

Todos nos lembramos como o Governo aprovou o novo Conceito Estratégico da NATO sem passar cavaco a ninguém. Todos nos lembramos como o Governo envolveu Portugal na guerra à Jugoslávia sem nada dizer. Todos assistimos ao lufa-lufa governamental em torno da

suas tarefas é convencer as opiniões públicas para a necessidade de elas baterem palmas ao aumento dos orçamentos da Defesa.

Nós nunca discutimos o valor dos orçamentos para as Forças Armadas. O que sempre discutimos e discutiremos são os objectivos e prioridades que lhe estão inerentes.

Não queremos um orçamento maior para opções militarizadoras da UE. Para opções de uma pretensa competição armamentista com os EUA. Para opções que aumentem os riscos de conflito militar. Para opções que só poderão ser concretizadas com grandes sacrifícios políticos, económicos e sociais para o povo português e para os restantes povos europeus.

Não queremos um orçamento maior para ajudar à constituição de directórios político-militares, em que os interesses nacionais fiquem irremediavelmente submetidos aos interesses das potências

Livros

Os Mais Belos
Contos de
OS PUTOS

Altino do Tojal

Ilustrações de
António Carmo



Os Mais Belos Contos de OS PUTOS

Há livros - e neste caso estamos muito perto de falar deles como objectos, embora nos interesse muito mais o que «dentro» deles está e seja nosso costume querer saber deles só depois na sua forma material - que em si mesmos são celebratórios e que vale a pena adquirir pela celebração que constituem. Este livro de que hoje falamos é, para nós, um caso assim. A **Campo das Letras** lançou recentemente, na sua colecção **Rectângulo de Ouro** - nome apropriado - este belíssimo livro de **Altino do Tojal**. Um livro que, assim apresentado, com as muito belas ilustrações do pintor **António Carmo**, celebra outro, que muita gente conhece - **Os Putos**, de um autor que muito justamente se consagrou com estes contos, que são em si mesmos uma maravilhosa viagem, contos que viram pela primeira vez a luz do dia em 1964, quando os primeiros desta série que nos atrevemos a desejar que não acabe tão cedo, se chamaram, na sua primeira edição, **Sardinhas e Lua** e que só nove anos depois haviam de consagrar-se com o título que tanta gente conhece - **Os Putos**. Estes são **Os Mais Belos**, na escolha do autor. Aceitemos-lhe a proposta. E aceite o leitor o convite a lê-los, se ainda o não fez, a relê-los, a celebrar, nesta edição, um já longo caminho na literatura portuguesa. Sobre **Os Putos**, a História da Literatura Portuguesa, de Óscar Lopes e António José Saraiva, faz notar de que se trata de «alguns dos melhores contos contemporâneos da infância ou da adolescência pobres». E Urbano Tavares Rodrigues não poupou elogios ao «alto nível da escrita», assinando «a frescura, a ironia, a mescla de entretenimento e crueldade dos grandes criadores próximos da vida, como um Gorki, um Carlo Levi, um Pasolini, um Jorge Amado».

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

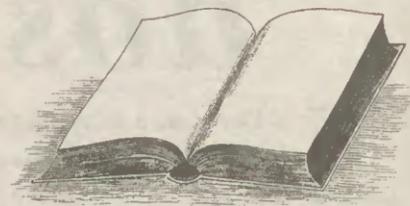
«Parlez-vous anglais?...» (I)

Não é justo nem correcto assumir qualquer tipo de crítica relativamente aos esforços desenvolvidos nos últimos anos para a presença da literatura portuguesa em certames de inquestionável importância como o caso de Frankfurt (que afortunadamente coincidiu com a atribuição do Nobel a José Saramago) ou o último Salon du Livre em Paris.

Iniciativas aliás acompanhadas de outros eventos que, não se centrando directamente no livro, tiveram menor, embora não desprezível, expressão neste campo: a Europália, LISBOA 94, a EXPO98.

contraditório com a atenção às culturas e à literatura da África de língua portuguesa. Bem pelo contrário, pode mesmo, se nesse sentido se trabalhar, constituir um triângulo de evidentes potencialidades.

Mas interessa em primeiro lugar verificar se, quando falamos, neste campo, em Europa estamos a ser inteiramente exactos. É facto que Frankfurt fica na Alemanha e a sua Feira é uma exuberante e múltipla encruzilhada cultural, mas, tentando discernir uma tendência global neste movimento a que nos referimos, parece claro que, antes de tudo o mais, ele tem vindo a acentuar uma francofonia de há muito presente na



Ora não parece que este estreitar de relações culturais globalmente ditas como europeias se traduza numa modificação deste panorama, parece mesmo que em sectores relevantes (filosofia, sociologia, crítica literária, ciência política) se traduz por uma recuperação da influência francesa, manifestada de diversas formas, do volume de traduções à venda de livros.

Acrescente-se que a própria dinâmica da integração europeia colocou aqui mais um factor, nomeadamente em relação à produção norte-americana. A verdade é que transportes e direitos oneram o livro (ou o disco) produzido nos EUA, enquanto embaratecem o produzido na Europa comunitária, fazendo de Portugal um interessante mercado para a indústria discográfica britânica ou para a indústria editorial francesa.

O antiamericanismo

É um erro que, nomeadamente desde o final da II Guerra e o início da Guerra Fria, a esquerda europeia cometeu ao identificar toda a realidade norte-americana com a política de Washington.

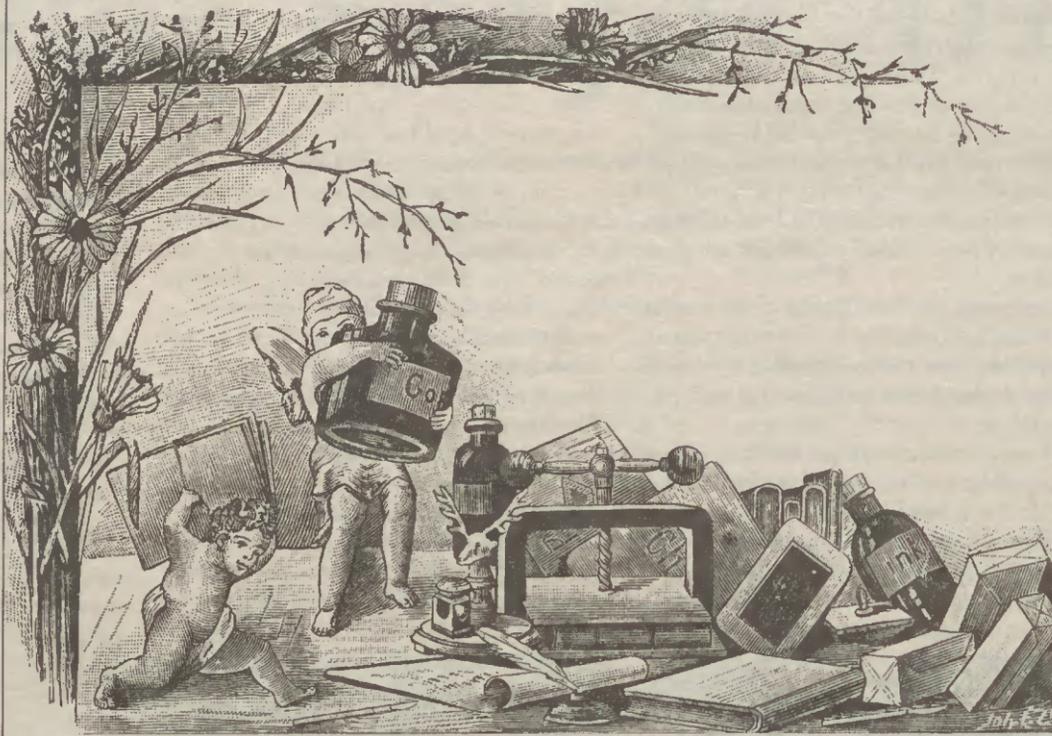
A subestimação cultural da América é uma insidiosa realidade que percorre a Europa desde o século XVIII, nascida naturalmente numa primeira fase dos despeitos ex-colonizadores, depois desenvolvida e generalizada com o agressivo imperialismo yankee. Além disso, o próprio processo de constituição dos Estados Unidos, nas suas profundas diferenças face às mais antigas e estabilizadas realidades nacionais, étnicas, sociais e culturais da Europa dificultou a compreensão das expressões culturais além-atlânticas, elas próprias por seu lado fascinadas pela Europa.

A verdade contudo é que a Europa tem vindo sucessivamente a confrontar-se com evoluções e problemas que marcaram a última metade do século XX e que viram os seus inícios e primeiros reflexos do outro lado do Atlântico, consequências, como maioritariamente foram, de desenvolvimentos científicos e tecnológicos que ali tiveram origem.

Ora, uma maior atenção não apenas aos aspectos científicos e técnicos, mas sobretudo à reflexão e à criatividade norte-americanas nesses novos quadros, ou seja, à produção cultural e ao pensamento gerados por essas novas circunstâncias, teriam frequentemente dotado o pensamento europeu de uma experiência e de um aprofundamento que evitariam perplexidades e atrasos, por vezes mesmo perigosos desfasamentos entre a produção cultural e as transformações económicas e sociais impostas por uma «globalização» que não começou propriamente anteontem.

Este reparo é talvez em especial pertinente para a esquerda europeia que manifestamente subestimou factores da sociedade norte-americana não imediatamente compreensíveis ou assimiláveis à luz da sua própria experiência. Se o corte não terá sido muito profundo ao nível literário e artístico, foi-o certamente ao nível do pensamento político e social.

E, a propósito nomeadamente de alguns livros e nomeadamente de um interessantíssimo - **Working-Class New York: Life and Labour since World War Two**, de Joshua Freeman publicado já este ano - mas não só. Voltaremos ao assunto para a semana.



Divulgar a literatura portuguesa é claramente uma forma de divulgação, sustentação e desenvolvimento da língua portuguesa, objectivo que não parece susceptível de originar especiais polémicas.

O que entretanto talvez já mereça alguma reflexão é uma realidade aparentemente acessória, mas nem por isso desprovida de significado e consequências.

Europa ou francofonia?

A maioria das iniciativas a que se fez referência teve como palco essencial a Europa. Frankfurt é a grande feira europeia do livro, o Salon de Paris é, mais até do que europeu, declarada e naturalmente francófono. A própria designação da Europália fala por si, quanto a de Capital Europeia da Cultura.

Desde os motivos histórico-culturais ao actual quadro de integração comunitária, não se trata de um percurso surpreendente, não faltará mesmo quem renove as linhas de argumentação segundos as quais, concluído o «ciclo do império» com a independência das ex-colónias, a «vocaçã» de Portugal se encontra na direcção da Europa.

Mesmo que se pretenda contestar este ponto de vista e reforçar que a independência política dos PALOP, longe de levar ao esbater das relações linguístico-culturais, deveria levar Portugal a reforçá-las (o que, de resto, faz todo o sentido), daqui não deriva que um esforço visando a Europa seja

cultura portuguesa, particularmente nas áreas literárias e de belas-arts.

A realidade é que os nossos interlocutores mais próximos nestas andanças tendem a ser franceses e um estreitar de relações europeias pode tender à reconstituição de uma hegemonia que as duas últimas décadas abalou com o crescente peso da presença da língua inglesa.

A informática e os negócios

Não faltará quem diga - e algum simplismo não anula inteiramente a asserção - que as décadas de 80 e 90 assistiram no nosso país a um crescente desequilíbrio entre a «segunda língua», transitando do francês para o inglês, mas que a transferência se realizou em condições culturalmente particulares.

De certa forma, o veículo da crescente penetração do inglês foi tecnológico e económico, com um peso determinante, por um lado, da informática e, por outro, dos negócios e mercados linguisticamente por ele uniformizados. O inglês não entrou por via da literatura, da poesia ou da filosofia, a literatura americana ou inglesa possivelmente não serão hoje mais conhecidas em Portugal do que, proporcionalmente, o eram há meio século, quando o inglês era quase tido como uma língua de classes dominantes.

Dado este percurso e o anterior estatuto cultural da França, de Paris, da cultura francesa entre os intelectuais portugueses, o francês manteve o seu estatuto de «língua culta» e o inglês o de «língua técnica».



Música
• Mário Lopes

Olivia Tremor Control
Manifesto
por desvendar

«**O**livia Tremor Control... deixem o nome vaguear um pouco pela vossa cabeça, tentem imaginar como soarão e garanto-vos que estarão muito longe e, ainda assim, espantosamente perto da verdade. Aqui temos uma banda tão surpreendentemente diversa, brilhantemente imaginativa e, ao mesmo tempo, deliciosamente tradicional, que pode perfeitamente ser tudo para toda a gente.»

A frase, retirada de uma biografia da banda inscrita num site da Internet deixa quem a lê sem conhecimento do objecto em questão, envolto nos mesmos enigmas que a existência, que não a música, dos Olivia Tremor Control encerra.

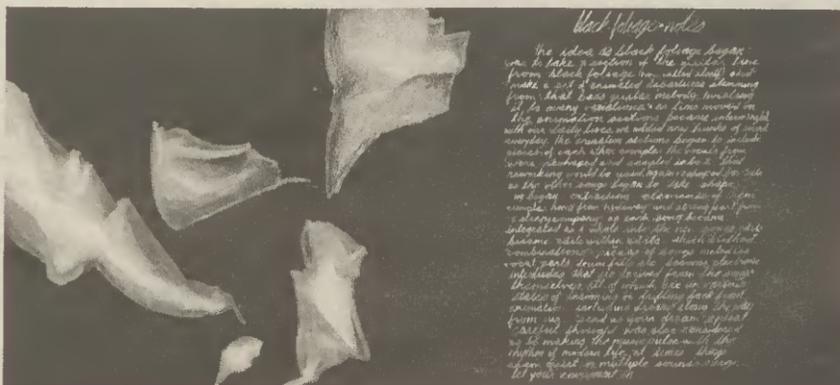
Parte de um colectivo designado «The Elephant Six» (que inclui também os Neutral Milk Hotel ou os Apples in Stereo, partilhando entre si músicos e processos criativos), o grupo, autor de «Dusk At Cubist Castle», editado em 1996 e, mais recentemente, em 1999, de «Black

sonora: «A nossa filosofia em relação às gravações consiste simplesmente em tentar tudo e experimentar o máximo possível: pôr o som em “reverse”, dobrá-lo, pô-lo debaixo de água, cortá-lo, torná-lo bonito, gravá-lo no outro lado da rua, aumentar-lhe a velocidade quando se deveria reduzi-la. Existem muitas facetas numa gravação (como na vida), e nós ainda estamos no início da sua exploração.»

Fora do tradicional universo da criação musical manifestado nas regras, implícitas em qualquer género, que o modo de composição impõe, os Olivia Tremor Control apontam a sua intervenção a outras áreas, criando, por exemplo, a «Olivia Mind Control Method», conjunto de composições instrumentais reunidas no CD que acompanhava «Dusk At Cubist Castle». Segundo Cullen-Hart, existem, num primeiro nível, «as canções no sentido clássico do termo e depois existe o “Olivia Mind Control Method” que é, basicamente, material instrumental que

normalmente referimos como experimental. Existem também algumas composições atmosféricas que reflectem o nosso interesse em música que nos transporte algures num período de tempo mais alargado que os habituais dois minutos e meio».

E o que poderia ser pensado como um trabalho único após o qual a criação se normalizasse nos seguintes é desmentido



por «Black Foliage», composto a partir de uma linha de baixo, a partir da qual se foram construindo outras animações sonoras, mescladas, de acordo com o texto imprimido no livreto do CD, com o dia-a-dia dos elementos do grupo e daqueles que responderam ao apelo «mandem-nos um sonho» feito pela banda alguns anos antes.

Estrutural e musicalmente, «Black Foliage» mantém a linha do seu precedente, intercalando canções, no sentido estrito do termo com as referidas animações sonoras. Aqueles para quem as manipulações de som são excrecências da verdadeira criação *pop*, podem ainda assim apreciar o talento criativo, no que a canções diz respeito, dos Olivia Tremor Control, pois, mesmo eliminando as suas composições experimentais, restarão músicas suficientes para lhes guardar um lugar no panorama musical actual. Tal será contudo redutor e, principalmente, castrador do manifesto que a banda vem divulgando. Manifesto cujo significado real se encontra ainda escondido em qualquer Via Láctea das galáxias por onde os Olivia Tremor Control insistem, e ainda bem, em viajar. Para já, sabemos apenas que deverá tanto às guitarras e às vozes dos Beatles como às cores e aos sonhos do surrealismo de Dali.

William Cullen-Hart (vocalista e multi-instrumentista da banda) fala do processo de gravação como uma interminável *jam-session*, não só a nível da interpretação instrumental, mas também em relação à manipulação

Pontos Naturais
• Mário Castrim

Breves

- 1
Solidão?
Há sempre outra mão.
- 2
Tonto, trocasse o sol
pelo colesterol!
- 3
Para a novidade
todo o tempo é bom
para, por e com
a Liberdade.
- 4
Terra Prometida
é o que enche a vida.
- 5
O direito é teu.
Circunstância boa.
Quem te a carne comeu
que os ossos te roa.
- 6
Dia inseguro
o tempo foge.
Corre! O futuro
é hoje.
- 7
Põe o teu conforto
na alegria de ser
Para quê estar morto
antes de morrer?
- 8
De par em par
abre a janela
o céu inteiro
te cabe nela.
- 9
Televisor
dourado esquite
todo o horror
entre a sopa e o bife.
- 10
Desejo
dela e teu.
Prevejo-
-vos o céu.
- 11
Revo-
lução?
Sim, se tu.
Loção se tu não.
- 12
Semeia agora.
O dia aquece.
Semeia a hora
de ceifar a messe.
- 13
A esperança é uma estrela
que à noite nos embala.
A questão não está em tê-la
está em organizá-la.
- 14
Sem o Partido
o que é que faz sentido?

Cartoon

• Monginho



Desporto

• Modesto Navarro

Fábula de restaurantes e futebol

Havia um restaurante em Lisboa que se chamava "Os Modestos". Há muitos anos tinha uma janela para a rua e os donos serviam copos e petiscos a quem parava no passeio e ficava a conversar. Até um senhor bem posto, que saía ao fim da tarde a passear o cão, se juntava a outros, mais populares, e afrontava o olhar crítico da senhora, posta à janela, ansiosa à espera do regresso do cão a casa.

Depois, esse tom de tasca acabou e ficou apenas um restaurante acessível. Sobretudo ao almoço, tanto lá comiam pequenos empresários do bairro como operários das oficinas.

De repente, a última família que assumira o restaurante, num negócio já mais elevado, entrou em crise. Pro-

seu telemóvel tocar a cada passo. Ele eram chamadas de cá, do Brasil e sabe-se lá de onde. Ele eram conversas interrompidas e retomadas, sobre o tema fatal – e qual havia de ser?

Estava-se perto do final do campeonato. Às tantas, um senhor rondou a mesa e não conseguia falar ao treinador, que lhe fez um gesto para esperar que acabasse de atender uma chamada. Quando pôde, lá veio cumprimentar o homem do futebol em roda alta e dizer-lhe que o seu pai o admirava muito e ele também. Depois, o chefe veio da cozinha e perguntou-lhe se tudo estava em conformidade.

Era um clima de duques para cima. O sucesso é assim. Qualquer dia é o contrário. Mas o que fica do que



blemas financeiros e pessoais ditaram o colapso e a casa fechou, para grande pena dos comensais que eram mais fregueses em cada dia.

Alguns meses se passaram e, finalmente, aquela angústia de ver as portas fechadas da casa foi ultrapassada por uma nova fase de obras de remodelação. A expectativa era grande, no bairro. Eis senão quando o restaurante reabre, resplandecente, mas com um novo e surpreendente nome: "O Solar dos Duques".

Pronto, perdeu um comensal activo e empenhado, que era eu, pela ordem natural dos nomes e das coisas, e ganhou outra gente mais fina para as suas mesas, agora mais requintadas, impressionantes e caras. Os operários e os empresários mais modestos e em dificuldades não voltaram, mas surgiram aqueles tios e tias e aquelas famílias bem postas que já predominam no sítio tão popular de outros tempos.

Fui lá jantar pela segunda vez, numa destas noites. Na mesa mais próxima, quatro tias entre os quarenta e os sessenta anos ainda disfarçados davam aquele "show" de sons, palavras, gestos e requebros tão típicos que não vale a pena perder mais tempo. Mas, logo a seguir, numa mesa maior, estava o Augusto Inácio, esse mesmo, o treinador, com a sua família e amigos, que o escutavam e ouviam o

passa é aquele tom elevado do restaurante. Nunca por ali se tinha visto alguém tão famoso e tanta linda gente. Há níveis e níveis e o mundo também é feito de glórias destas, mais efémeras e impressionantes.

Só que os duques de antigamente duravam mais tempo, por direito divino e ignorância ainda mais profunda de gentios e vilões. Agora, resta-nos isto, o sobe-desce dos sucessos imediatos e das derrotas que surgem repentinamente de onde menos se espera, a afogarem carreiras e sonhos construídos na base de muito trabalho, por um lado, e, por outro, de alienações mais ou menos massivas, parvas e interessantes para quem governa como governa.

Resta acrescentar que encontrei há tempos o último dono do restaurante "Os Modestos". Estava ao balcão de uma pastelaria, noutra bairro, e parecia apenas um empregado que tinha batido no fundo mais fundo da sua vida. Gostava dele e gosto. Por isso fiquei a pensar em como, nisto de Modestos e Duques, a vida é como os alca-truzes, tão parecida como a do futebol de sucesso de treinadores e jogadores, ora amados ora atacados e deitados pela borda fora.

E para fábula acerca de restaurantes e da época futebolística já chega, que eu até sou sportinguista...

Pontos Cardeais

Coerências

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, recebeu em Évora uma delegação dos manifestantes espanhóis que se deslocaram a esta cidade para exigirem da União Europeia (cujos ministros da Agricultura se reuniram em Évora) que não corte os subsídios até agora vigentes para os pequenos produtores de frutos secos. O ministro Capoulas, na dupla qualidade de governante do país anfitrião deste encontro dos 15 e de membro do Governo que assume, presentemente, a presidência da União Europeia, despachou em 10 minutos a delegação dos manifestantes espanhóis com um arazoado de promessas e palavras de compreensão.

Na sequência falou para os jornalistas portugueses, que o confrontaram com uma manifestação de 15 000 agricultores portugueses esperada em Évora no dia seguinte, organizada pela CNA e trazendo pequenos agricultores de todo o território continental com reivindicações semelhantes às dos seus colegas espanhóis. Aí, o ministro Capoulas Santos abandonou o ar benevolente e compreensivo com que se referira aos agricultores espanhóis e arrumou os protestos portugueses com uma frase notável. Ostentando um ar de enfadada sobrançeria, disse Capoulas Santos: «Já estou habituado a isso, a CNA protesta por tudo e por nada.»

Extraordinário, este desprezo manifesto e manifestado por um ministro de um Governo do PS para com a maior organização de agricultores do país, onde está inscrita a esmagadora maioria dos agricultores, tão esmagadora que torna a CAP naquilo que realmente é: uma agremiação

quase confidencial de latifundiários e afins.

Todavia, é à CAP que Capoulas Santos tudo dá (incluindo a sua deferente atenção), enquanto a CNA nada merece deste original ministro – nem ao menos um pouco de respeito...

Se a CNA «protesta por tudo e por nada», em contrapartida Capoulas Santos é também um ministro do tudo e do nada – sendo que o seu «nada» vai para quem trabalha e o seu «tudo» para quem parasita. Afinal de contas, é uma frase coerente.

Inaugurações

O Primeiro-Ministro António Guterres já inaugurou comboios que não tinham linha para circular e linhas que não tinham comboios para as utilizar. Faltava-lhe inaugurar linhas e comboios que já funcionavam há meses. Por «casualidade», a inauguração ocorreu em infra-estruturas ferroviárias que beneficiam os municípios de Amadora, Sintra e Vila Franca de Xira, também por «casualidade» actualmente sob gestão PS. E, suprema «casualidade», Guterres afirmou mesmo que o actual concelho PS da Amadora é um bom exemplo de como «o Governo, as autarquias e as empresas de transportes não podem trabalhar de costas voltadas».

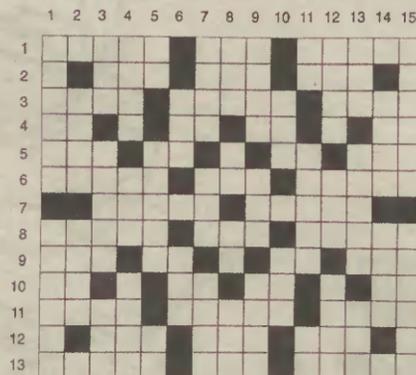
Ai não? Então por que é que o seu Governo – tão repentinamente colaborante com as autarquias «em geral» – continua a virar costas ao município CDU do Barreiro, que suporta do seu próprio orçamento os custos sociais dos seus transportes urbanos? Para não falar de uma passagem desni-velada que, há décadas, o Barreiro reclama e a Câmara tem projectada, continuando apenas a faltar a «compreensão» do Governo?

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Colina de areia amontoada pelo vento à beira-mar (pl.); coloração; porção de água ou estreito que liga dois mares. 2 – Singular; pássaro; aniversário (fig.). 3 – Hora canónica (pl.); agarrado com as gavinhas; engodo. 4 – Actínio (s.q.); pedra de moinho; Érbio (s.q.); antemeridiano (abrev.). 5 – Oferecer; planta completa; o sono das crianças; eleva. 6 – Ermida fora do povoado; bago da videira; de preço elevado (pl.). 7 – Ciência dos bons costumes; a voz do gato. 8 – Efemina; origem (fig.); imposto oneroso (pl.). 9 – Relação; cânhamo de Manila; àquele; fiz concordar. 10 – Manganésio (s. q.); prefixo que traduz a ideia de dois, duas vezes; Arsénio (s.q.); campeão. 11 – Macaco nocturno da América tropical; lugar de contendas; compartimento principal de uma casa. 12 – Anel de cadeia; estima muito; tritura com os dentes. 13 – Fama; (fig.); tempero; alais.

VERTICAIS: 1 – Furioso; esquadra naval. 2 – Desmiolar; proprietário. 3 – Desguarnecida; linha ferroviária secundária; possuir. 4 – Asa; qualidade natural; grude. 5 – Ape-lido; cessar o movimento; aqueles. 6 – Nome de letra; rebordo do chapéu. 7 – Experiência (fig.); grito (bras.); cóleras. 8 – Ovario de peixe; avenida (abrev.); observei; ave corredora semelhante à avestruz. 9 – Tecido de malhas de variável largura para apanhar peixes, etc.; adoro; relativo ao ânus. 10 – Rezo; membro de ave. 11 – Cálcio (s. q.); o pôr do Sol; Rádio (s.q.). 12 – Ervadoce; acrescentei; costumes. 13 – Articulação das falanges dos dedos (pl.); tempestuosa; dama de companhia. 14 – Fragmentos de loiça quebrada; garantia. 15 – Atilhos; nome de duas plantas amareladas, de fibra têxtil (pl.).

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 – Dunas; cort. canal. 2 – Uru; ave; ano. 3 – Noas; elado; isca. 4 – Aq; m; m; f; r; j; a. m. 5 – D; r; p; e; i; o; i; e. 6 – O; r; a; d; a; 7 – M; o; r; a; l; 8 – A; d; a; m; a; t; 9 – R; o; i; m; a; g; a; v; a; l. 10 – M; a; t; a; 11 – C; a; l; c; i; o; 12 – E; r; v; a; d; o; c; e; 13 – A; r; t; i; c; u; l; a; ç; ã; o; 14 – F; r; a; g; m; e; n; t; o; s; 15 – A; t; i; l; h; o; s;
VERTICAIS: 1 – F; u; r; i; o; s; o; 2 – D; e; s; m; i; o; l; a; r; 3 – D; e; s; g; u; a; r; n; e; c; i; d; a; 4 – A; s; a; 5 – A; p; e; l; i; d; o; 6 – N; o; m; e; 7 – E; x; p; e; r; i; ê; n; c; i; a; 8 – O; v; a; r; i; o; 9 – T; e; c; i; d; o; 10 – R; e; z; o; 11 – C; a; l; c; i; o; 12 – E; r; v; a; d; o; c; e; 13 – A; r; t; i; c; u; l; a; ç; ã; o; 14 – F; r; a; g; m; e; n; t; o; s; 15 – A; t; i; l; h; o; s;
SOLUÇÃO DO N.º 2000X21 [Z. B.]
 1. Cb5+, Re5, 2. Bf4+, Rf5; 3. Bc4+, R6; 4. Bd5+, D:d5; 5. Cc7 [Cç3] e g.
 1. ..., Rd3; 2. Bc4+, Rç4; 3. Bp5+, R:d5; 4. Cç3+ e g.
 A. de M. M.

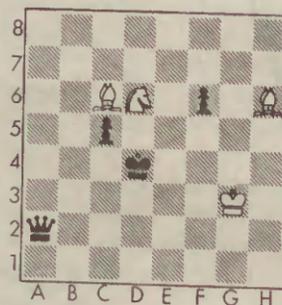


Xadrez

DCCLV - 1 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X21

Por: Z. Birnov

Pr.: [4]: Ps. ç5, f6 - D2 - Rd4
 Br.: [4]: Cd6 - Bs. ç6, h6 - Rg3



Brancas jogam e ganham

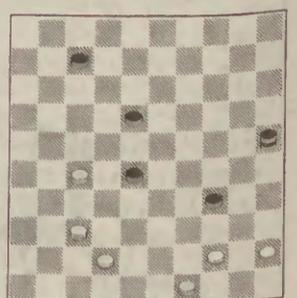
SOLUÇÃO DO N.º 2000D21 [P. K.]
 1. 45-40, (34X45); 2. 49-43, (25X48); 3. 37-22, (48X22); 4. 32X1=D, (22X50); 5. 1-6+
 A. de M. M.

Damas

DCCLV - 1 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D21

Por: P. KOSTER
 NL, 1966

Pr.: [5]: 7-18-(25)-28-34
 Br.: [6]: 27-37-42-44-45-49



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D21 [P. K.]
 1. 45-40, (34X45); 2. 49-43, (25X48); 3. 37-22, (48X22); 4. 32X1=D, (22X50); 5. 1-6+
 A. de M. M.

Assembleias de Organização do PCP

LEIRIA

V Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 3, às 15h30, no Centro de Trabalho com a participação de **Aurélio Santos**

MIRANDELA

IV Assembleia da Organização Concelhia

Domingo, 4, às 15h, no Auditório Municipal com a participação de **António Lopes**.
Lanche-convívio no final

CERCAL DO ALENTEJO

Assembleia da Organização da Freguesia

Sexta-feira, 2, às 21h, no Centro de Trabalho com a participação de **José Catalino**

ERMIDAS SADO

Assembleia da Organização da Freguesia

Domingo, 4, às 15h, no Centro de Trabalho com a participação de **José Catalino**

LISBOA

I.ª Assembleia da Organização da

Ciência, Tecnologia e Ambiente do Sector Intelectual da ORL

Sábado, 3, 14h30, no CT Vitória

Outras reuniões

AMADORA

Buraca/Alfragide – Plenário de militantes do Partido de ambas as freguesias: sábado, 3, às 15h30, no Espaço CDU da Buraca.

CDU Amadora – Reunião de eleitos CDU em todos os órgãos autárquicos da Amadora:

quinta-feira, 8, 21h30, na Sala dos Espelhos dos Recreios da Amadora.

CASCAIS

Encontro concelhio sob o tema «Reforço da acção do Partido junto dos trabalhadores»: quarta-feira, 7, 18h30, no CT de Tires, com a participação de **António Andrez**.

ÍLHAVO

CDU – Encontro de candidatos e activistas do concelho para avaliação do trabalho da Coligação e da política autárquica concelhia: sexta-feira, 2, às 21h30, no CT do PCP.

LISBOA

Lumiar/Ameixoeira/Charneca – Plenário de militantes, aberto a Amigos, sobre o XVI Congresso e questões da CE, com a participação de **Sérgio Ribeiro**: no CT do Lumiar, hoje, dia 1, às 21h.

S. Jorge de Arroios – Plenário de militantes da freguesia sobre o Congresso do PCP e o Clube Estefânia, com a participação de **Martinho Batista**: sábado, 3, às 15h30 no CT Vitória

Zona Norte – Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira, preparatório do XVI Congresso: sábado, 3, 15h, Centro de Trabalho Vitória

Alcântara – Plenário de militantes da freguesia sobre o XVI Congresso (Nota de Trabalho do CC): sábado, 3, 16h, CT de Alcântara

Construção Civil – Reunião de camaradas do Sector, com a presença de **Júlio Filipe**:

segunda-feira, 5, 18h30, CT Vitória

Limpeza e Vigilância – Reunião da célula, com a presença de **Júlio Filipe**: segunda-feira,

5, 18h30, CT Vitória

Segurança Social – Reunião com o objectivo de discutir medidas de reactivação do trabalho

da célula e situação no Sector: quarta-feira, 7, 18h, CT Vitória.

ODIVELAS

Reunião plenária de Reformados comunistas do concelho de Odivelas: terça-feira, 6,

15h, no Centro de Trabalho.

SEIXAL

Célula dos Trabalhadores da CM (Núcleo da Presidência) – Reunião, designadamente sobre a preparação do XVI Congresso: sexta-feira, 2, 21h, CT do Seixal, com a participação de **José Paleta**.

Lisboa - Campo de Ourique

Almoço-convívio com Álvaro Cunhal

na Escola Manuel da Maia – Dia 3, às 12h30

(Bilhetes na Banca do CT Vitória

e no CT de Campo de Ourique)

Lisboa – Terraço do CT Vitória

Convívio de trabalhadores

por conta própria

Micro e Pequenos Empresários

Dia 3, com jantar a partir das 20h,

e **Grande Noite de Fado** às 21h30

Participação de **Agostinho Lopes**

Quinta da Atalaia

Almoço-convívio do Sector Sindical

da DOR Setúbal

com a participação de **Jerónimo de Sousa**

Dia 3, às 13h. Animação desportiva de manhã.

Quinta da Atalaia

Almoço e convívio dos Trabalhadores

da CM do Seixal

Dia 3, a partir das 10h, com almoço às 12h na Adega.

Intervenção de **José Capucho** sobre a situação política

Póvoa de Santo Adrião

Festa Popular CDU

Dia 3, a partir das 15h, no Ringue Desportivo

Corroios

Almoço-convívio no Parque das Merendas

(Alto Moinho), com a participação de **Jorge Pires**

Dia 11, a partir das 11h (Inscrições no CT de Corroios)

Excursões a Braga - Festa da Alegria

8 e 9 de Julho

A Organização de Santa Iria de Azóia promove uma

excursão de autocarro

com saída de Sta. Iria às 6h de dia 8 e regresso de Braga

na tarde de 9, com chegada a Lisboa prevista para as

20h30. O preço de 11.000\$00 inclui transporte, dormida,

pequeno-almoço e entrada na Festa. Informações

e inscrições: tel. 219590010.

A Comissão Concelhia de Grândola promove uma

excursão de autocarro

com saída de Grândola às 6h de dia 8 e regresso de Braga,

dia 9 ao fim da tarde. O preço é de 5 5000\$00,

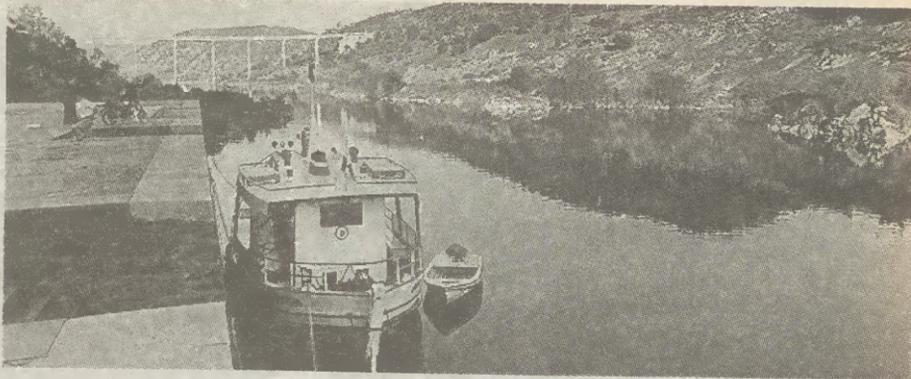
incluindo a entrada na Festa. Informações

e inscrições: tel. 269442399.

Encontro com Alexandre Babo – Jantar-convívio

promovido pelo Sector da Cultura Literária do SI da ORL

Hoje, dia 1, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória



Carlos Carvalho sobe o Guadiana

No próximo sábado, o Secretário-geral do PCP faz a subida do Guadiana, de Alcoutim a Mértola, numa iniciativa que tem por objectivo aprofundar o conhecimento dos problemas e potencialidades do Guadiana e do Parque Natural do Vale do Guadiana.

Carlos Carvalho, que será acompanhado pelo presidente da CM de Mértola, entidades ligadas ao rio e pescadores, parte do cais de Alcoutim às 14h30 a bordo do «Vendaval». A chegada a Mértola está prevista para as 17h.

Lisboa

As propostas de alteração à legislação eleitoral para as Autarquias Locais

– debate promovido pela DORL, com a participação de eleitos e de **Jorge Cordeiro**, que introduzirá o tema
Hoje, dia 1, às 18h30, no Hotel Plaza

Cidade, metrópole, vida urbana na região de Lisboa

– debate promovido pelo sector Intelectual da ORL, com a participação de técnicos, eleitos em autarquias, outros quadros do Partido e convidados
5.ª-feira, dia 8, 19h00, no Centro de Trabalho Vitória

Setúbal

Encontro Regional do PCP sobre Micro e Pequenos Empresários

Sábado, 3, às 15h, no Centro de Trabalho de Setúbal

Palmela

Co-incineração na Arrábida, NÃO!

– sessão do PCP na Junta de Freguesia da Quinta do Anjo
Segunda-feira, 5, às 21h30

FESTADO Avante! 2000

3.º Concurso de Pesca Desportiva na baía natural do Seixal – 9 de Julho de 2000

Organização da Comissão Concelhia do Seixal

(Informações, regulamento, inscrições:

CT do Seixal – tel. 212216952, fax 212228770)



Políticas de Juventude na União Europeia

– Encontro promovido pela JCP com a participação de **Ilda Figueiredo**.

Sede da JCP (Av. António Serpa, 26, 2.º E, Lisboa), hoje, dia 1, às 17h30

BD no Vitória

Sexta-feira, 2

– «Conversas e copos» sobre literatura e banda desenhada, com **Rui Zink, Fernando Guerreiro, Manuel Rocha**, às 21h

– «A BD em construção»: último dia da exposição patente no CT Vitória desde 24 de Maio

JCP Palmela

Inauguração do Espaço de Convívio da JCP na Rua Jaime Afreixo, 106

Sexta-feira, 2, às 20h

JCP Trofa

Concerto contra a revisão curricular

com os **Red Light House** e os **Pinkle Dog**
Sábado, 3, a partir das 21h30, na sede da JCP Trofa (ao lado do Vídeo Clube Latino)

ATVer

Mia Farrow, em
«A Semente do
Diabo», de
Roman Polanski



Irene Dunne e
Charles Boyer é o
par de «Ele e Ela»,
de Leo McCarey

A Semente do Diabo

(Quinta, 22.45, RTP 1)

Um dos mais célebres filmes sobre feitiçaria. Em *Rosemary's Baby*, de Polanski, tudo nos é apenas sugerido (nunca vemos o bebé!) mas tudo contribui para instalar o pavor. Uma acumulação de pormenores estranhos, de avisos vários, preparam a cena final, uma das mais fortes de todo o cinema fantástico. Ao pé disto, o *Exorcista* é uma inocência... Com dois fabulosos Mia Farrow e John Cassavetes.

Lua de Mel, Lua de Fel

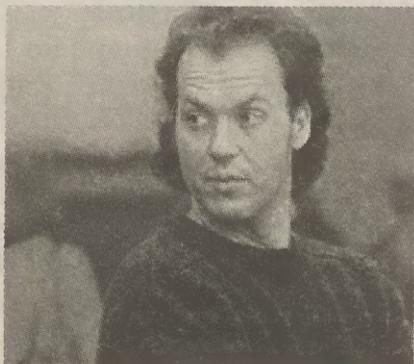
(Sexta, 23.00, RTP 2)

Eis um destaque que aqui se justifica como advertência: este filme de Roman Polanski é dos mais desequilibrados da sua carreira, reafirmando as qualidades do realizador em questões de pormenor e de estilo mas perdendo-se num emaranhado de diálogos e literatice, demasiados para a «magreza» da história: um escritor americano, falhado, é casado com uma francesa voluptuosa e sensual mas a sua relação actual tem contornos algo sádicos. E é então que, numa viagem de barco...

Ele e Ela

(Sábado, 02.00, RTP 2)

Um playboy em vésperas de casar-se com uma rica herdeira conhece uma ex-bailarina de cabaret durante um cruzeiro e ambos se apaixonam, prometendo encontro para um mês mais tarde no alto do *Empire State Building*. Mas ela sofre um acidente, não comparece ao encontro e ele pensa que foi esquecido. Até que, um dia... Eis o conhecido argumento (premiado com um Oscar) que Leo McCarey viria novamente a pôr em cinema, com Cary Grant e Deborah Kerr. Mas nada suplantara o fascínio desta primeira versão a preto e branco, datada de 38 e com Charles Boyer e Irene Dunne.



Cartaz de «Limp e Sóbrio», filme de Glenn Gordon Caron

Estão Todos Bem

(Segunda, 01.00, RTP 1)

Fotógrafo largamente premiado, Giuseppe Tornatore dedicou-se ao documentário televisivo e a sua fama de realizador de ficção chegou justamente com o notável *Cinema Paratso*. Em *Estão Todos Bem*, Tornatore continua a explorar, com inegável talento, a atmosfera nostálgica dos seus filmes, contando-nos desta vez a história de um velho reformado que percorre a Itália de visita aos filhos, aproveitando o realizador para fazer as suas incursões pelas memórias do cinema italiano. Com um excelente Marcello Mastroianni.

Limp e Sóbrio

(Terça, 22.45, RTP 2)

Filme de bastante dureza e dramatismo, dá-nos a conhecer a personagem de um vendedor imobiliário tóxico dependente que se vê envolvido na história sórdida da morte, por overdose, de uma jovem com quem passou a noite e que, inicialmente em intenção de puro oportunismo (apenas para se afastar

conjuntamente dos meios da droga), se acolhe a uma instituição de desintoxicação, ali compreendendo como a sua vida corre o risco da mais completa destruição. Um filme oportuno e sensível de Glenn Gordon Caron, com Michael Keaton, Morgan Freeman e Kathy Baker.

... e ainda

Ao Sul, de Fernando Matos Silva (Quinta, 01.15, RTP 2)

Disposta a Tudo, de Gus Van Sant

(Quinta, 00.25, SIC)

Lutando com Ernest Hemingway, de Randa Haynes (Sábado, 17.00, RTP 1)

Basquiat, de Julian Schnabel (Segunda, 22.45, RTP 2)

Na Linha de Fogo, de Wolfgang Petersen (Quarta, 22.30, TVI)

▮ Cabo e Satélite

«A Baía dos Porcos»

O canal *História* transmite hoje, pelas 22 horas, no espaço «História Bélica», o documentário «A Baía dos Porcos», um relato da fracassada invasão de Abril de 61 da ilha de Cuba por um contingente de cerca de 2000 contra-revolucionários armados que, apoiados pela Administração norte-americana e pelos serviços secretos dos EUA, pretendiam derrubar o governo de Fidel Castro.

(Quinta, *História*, às 22 horas)

Vampirismo

O conde Drácula e o vampirismo é o tema da noite do próximo domingo do canal *Arte*. Tudo começa com o filme «Nosferatu» (1978), do cineasta alemão Werner Herzog (ver foto), seguindo-se três documentários: «O Mestre da Imortalidade» (na pista do Drácula de Bram Stoker, Alem./1997), realizado por Andrew Davis e André Schaefer; «Um Conde ao Pescocoço», (Alem./1997), uma panorâmica do vampirismo até aos nossos dias; e «Envie de Frissons» (Alem./1997). (Domingo, *Arte*, das 19.40 às 23.30)



Quinta, 1

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.40 «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 Concurso: Só Números
22.00 Bacalhau com Todos
23.00 Programa a designar
00.30 24 Horas
00.55 1ª. Página
01.30 «Invasão de Domicílio» (de David S. Jackson, EUA/1997. «Thriller»)
03.05 «Inocência Armadilhada» (de Kikuo Kawasaki, EUA/1999. «Thriller»)

▼ RTP 2

07.00 Euronews (às 15.00
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Brigada Submarina
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Semente do Diabo» (*Rosemary's Baby*, de Roman Polanski, com Mia Farrow, John Cassavetes. Ver Destaque)
01.05 «Ao Sul» (de Fernando Matos Silva, Port./1993, com António Solner, Manuel Cavaco. Drama)

Sexta, 2

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.40 «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Portugal-País de Gales
23.00 Concurso: Só Números
23.30 João Nicolau Breyner (estreia)
01.05 A Caminho do Euro 2000
01.35 24 Horas
02.00 1ª. Página
02.20 Basquetebol: NBA (diferido)

▼ RTP 2

07.00 Euronews (às 15.00
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 A Matemática e o Homem
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.00 «Lua de Mel, Lua de Fel» (*Bitter Moon*, de Roman Polanski, Gr.Br./Fr./1992, com Peter Coyote, Emmanuelle Seigner, Hugh Grant. Ver Destaque)

Sábado, 3

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Automobilismo: G.P. Mônaco F. 1
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 «O Jovem Campeão» (de Andrew Scheinman, EUA/1995. *Comédia Juvenil*)
17.00 «Lutando com Ernest Hemingway» (*Wrestling Ernest Hemingway*, de Randa Haynes, EUA/1993, com Robert Duvall, Richard Harris, Shirley MacLaine. Drama)
19.00 Aqui Europa
19.15 Jet 7
20.00 Telejornal
21.10 Santa Casa
23.00 Loja do Cidadão
24.00 Máquinas
01.00 24 Horas
01.15 «O Senhor dos Desejos» (de Robert Kurtzman, EUA/1997. *Fantasia*)
03.00 «Homem Morto» (*Dead Man*, de Jim Jarmush, EUA/1995, com Johnny Depp, Gary Farmer. «Western»)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Arquivos do Entendimento
12.40 O Século das Descobertas
13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001



Também amanhã, estreia do talkshow «João» Nicolau Breyner (RTP 1)



Tarde e a más horas, «Departamento de Homicídios», uma boa série na RTP 2 (sextas)

03.00 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.30 Esta Semana

01.25 Andamentos
01.55 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite



Estreia hoje de «Entre Marido e Mulher», a espreitar na TVI

23.45 Sai de Baixo
00.25 «Disposta a Tudo» (*To Die For*, de Gus Van Sant, EUA/1995, com Nicole Kidman, Matt Dillon. *Comédia Negra*)
02.25 Último Jornal
03.00 Noites Longas: «Shakespeare Silencioso»; «Shylock»

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
18.50 Olho Vídeio
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Entre Marido e Mulher (estreia)
21.45 Especial TVI
22.50 «Crime Perfeito» (de Robert Lewis, EUA/1997. *Policial*)
00.55 «A Revolta na Cidade» (de Rob Nilsson, EUA/1998. *Ficção Científica*)

21.00 Malucos do Riso
21.30 Terra Nostra / A Muralha
23.30 Diário do Europeu
02.00 Último Jornal
02.35 «A Torre do Inferno» (de John Gillermin, EUA/1974. *Catástrofe*)

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olho Vídeio
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Pupilas do Sr. Doutor
21.40 Reis da Música Nacional
00.10 «Atrás das Grades» (de Karen Arthur, EUA/1994. *Drama*)

20.00 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.50 Dinheiro Vivo
23.25 Allô, Allô
23.55 O Meu Herói
00.25 Valha-me Deus
00.55 O Lugar da História
02.00 «Ele e Ela» (*Love Affair*, de Leo McCarey, EUA/1939, com Charles Boyer, Irene Dunne. Ver Destaque)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.00 Negócio Fechado
23.10 O Sexo e a Cidade
23.45 «007 e o Homem da Pistola Dourada» (de Guy Hamilton, Gr.Br./1974. *Ação / Espionagem*)
02.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
10.30 O Sótio do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
13.30 Contra-Ataque
14.15 4ª. A Fundo
14.30 «O Homem dos Milagres» - nenhuma informação actualizada em tempo útil
16.30 «O Ídolo Perfeito» (EUA/1999. *Comédia Dramática*)
18.30 Olho Vídeio
19.30 Directo XXI
20.00 «Caça ao Diamante» (de Allan Simmons, EUA/1999. *Mistério*)
22.00 Jardins Proibidos
23.10 Lux
24.00 «Dança na Escuridão» (de Bill Corcoran, EUA/1995. *Drama*)
02.00 «A Vingança do Falcão» (de Mika Kaurismaki, EUA/1993. *Drama*)

Domingo, 4

▼ RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
11.30 3ª. Calhau a Contar do Sol
12.00 Jornal da Tarde
12.55 Automobilismo: G.P. Mônaco F. 1
14.50 Made in Portugal
16.15 Aventuras Espaciais
17.15 «Turbo Power Rangers, O Filme» (de David Winning, EUA/1997. *Aventuras*)
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são Elas
22.40 «A Especialista» (de Luis Llosa, EUA/1994. *Ação*)
00.30 Automobilismo: G.P.

Segunda, 5

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.00 Tênis: Roland Garros
17.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 Só Números
21.55 A Senhora Ministra
22.30 Euro 2000
23.00 Garrett
00.05 24 Horas
00.40 1ª. Página
01.00 «Estão Todos Bem» (Stanno Tutti Bene, de

Terça, 6

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 17.00 «Uma Casa em Faticos» - estreia)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.30 Concurso: Só Números
22.00 Não és Homem não és Nada
22.35 Euro 2000

Quarta, 7

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 17.00 «Uma Casa em Faticos» - estreia)
17.55 Hóquei em Patins: Portugal-Suíça
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.30 Concurso: Só Números
22.00 As Lições do Tonecas



Mónaco F. 1 (resumo)
00.45 Nada é Sagrado
01.30 Prazeres
02.20 24 Horas
02.40 Magazine Liga de Campeões
03.15 «Halloween - A Maldição de Michel Myers» (de Joe Chappelle, EUA/1995. *Terror*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Iniciativa
13.30 Onda Curta
14.00 Desporto
18.55 Rotações
19.20 Jornal de África
20.00 Bombordo
20.30 Artes e Letras: «Bob Hope»
21.30 Horizontes da Memória
22.00 Jornal 2
22.45 Travessa do Cotovelo
23.40 Assim é a Vida
00.50 Teatro: «Leonor, Santa Rainha» (de João Osório de Castro, com encenação de Luís Sande Freire. Interpretação: Hermínia Tojal, Luís Zagalo, Júlio Martin, Carlos Martins)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «A Ilha das Cabeças Cortadas» (de Renny Harlin, EUA/1995. *Aventuras*)
16.45 Rex, O Cão Polícia
17.45 «Jerry Maguire» (de Cameron Crowe, EUA/1996. *Desporto*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Herman SIC
00.20 «Desejos Finais» (Final Analysis, de Phil Joanou, EUA/1992, com Richard Gere, Kim Basinger. *Thriller*)
02.40 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
13.45 Caras Lindas
15.00 «Amor não Escolhe Idades» (de Mika Kaurismaki, EUA/1998. *Drama*)
17.00 Cocktail Nacional
19.00 Directo XXI
20.00 Max Q» (de Michael Shapiro, EUA/1998. *Aventuras Espaciais*)
22.00 Jardins Proibidos
23.10 «Condenado de Alcatraz» (de Marc Rocco, EUA/1995. *Prisão*)
01.10 «Plump Fiction, Assassinos Chatos» (de Bob Koherr, EUA/1996. *Comédia*)

Giuseppe Tornatore, It./Fr./1990, com Marcello Mastroianni, Marino Cenna. *Ver Destaque*)
03.00 Filme a designar

▼ RTP 2

07.00 Euronews
15.00 A Escola e a Assembleia (Transmissão directa da Assembleia da República)
18.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.55 Hóquei em Patins: Portugal-Inglaterra
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Basquiat» (de Julian Schnabel, EUA/1996, com Jeffrey Wright, David Bowie. *Drama*)
00.30 O Cupido

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralla
22.10 Roda dos Milhões
00.30 Sai de Baixo
01.10 Último Jornal
01.45 «O Expresso Avulanche» (de Mark Robson, EUA/1979. *Espionagem*)

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Crianças S.O.S.
22.10 «Bora Lá, Marina!»
22.50 Quero Justiça
00.30 «A Sombra da Minha Irmã» (de Sandor Stern, EUA. *Drama*)
02.35 «A Bênção do Amor» (de Deborah Raffin e Nina Foch, EUA/1998. *Melodrama*)



O actor Bob Hope é o tema do «Artes e Letras» desta semana (RTP 2)

Portugal-País de Gales, já amanhã, jogo de preparação para o Europeu (RTP 1)

23.05 Grande Entrevista
00.50 24 Horas
01.15 1ª. Página
01.35 Os Hughleys
02.35 «Vidas em Risco» (de Joaquim Ersgard, EUA/1997. *Thriller*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews (às 15.00 Tênis: Roland Garros)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.55 Hóquei em Patins: Portugal-França
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Limpo e Sóbrio» (Clean and Sober, de Glenn Gordon Caron, EUA/1988, com Michael Keaton, Kathy Baker, Morgan Freeman. *Ver Destaque*)
01.05 Resistência

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Terra Nostra / A Muralla
23.30 Sai de Baixo
00.40 «Demónio de Sinais» (She-Devil, de Susan Seidelman, EUA/1989, com Meryl Streep, Roseanne Barr. *Comédia*)
02.40 Último Jornal
03.25 Toda a Verdade: Ficheiros Vermelhos (Parte 1)

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 «Academia de Polícia, V» (de Alan Myerson, EUA/1988. *Comédia*)
23.00 100 Anos de Pornografia
01.05 «Sedução de Morte» (de Steven Robman, EUA/1997. *Thriller*)



22.30 Euro 2000
23.00 Filme a designar
01.20 24 Horas
01.45 1ª. Página
02.15 Final NBA (Jogo 1)

▼ RTP 2

07.00 Euronews (às 15.00 Tênis: Roland Garros)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 O Universo Desconhecido dos Micróbios
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Tempestade de Gelo» (The Ice Storm, de Ang Lee, EUA/1997, com Kevin Kline, Joan Allen, Sigourney Weaver. *Drama*)
00.40 Sinais do Tempo / Zoom

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralla
22.10 Capitão Roby
23.20 Sai de Baixo
00.10 «Ponto Final» (Punchline, de David Seltzer, EUA/1988, com Tom Hanks, Sally Field. *Comédia*)
03.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Ri-te, Ri-te
22.30 «Na Linha de Fogo» (In the Line of Fire, de Wolfgang Petersen, EUA/1993, com Clint Eastwood, John Malkovich, Rene Russo. *Thriller*)
00.35 «Desvendando o Segredo» (de Bruce Pittman, EUA/1998. *Drama*)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

Garrett

em quatro tempos

O bicentenário do nascimento de Garrett ocorreu no ano passado; a RTP 1 está a transmitir agora uma série biográfica do escritor, inevitavelmente associada à efeméride. A série é coisa pouca, de quatro episódios apenas, mas é o que se arranja. O atraso também não é muito, só de um ano e uns dias (Garrett nasceu a 4 de Fevereiro de 1799), para uma estação pública de TV que ainda

é que emergiram os fundamentos da vida política democrática de que hoje se reclamam todos os estados do chamado Ocidente, mesmo quando não os cumprem.

Outro investimento

Terá maior ou menor grau de razão quem diga que quatro episódios não chegam para contar tudo o que há a dizer de Almeida Garrett. Será mais difícil sustentar

que a RTP se poupou a investir nela quanto lhe era possível, embora se saiba que a RTP é pobrezinha sobretudo desde que o professor Cavaco, ébrio de demagogia, decidiu fazer o que nem os países ricos da Europa haviam feito e suprimiu a taxa de TV. É claro que «Garrett» não é uma superprodução à americana mas, tanto quanto os episódios já transmitidos permitem avaliar, também não é do género indigente. E como nem sempre o nível dos investimentos se mede em patacos (isto é, em escudos,

em euros, em dólares), convém lembrar que a qualidade do investimento numa série de TV também tem tudo a ver com o elenco de actores. Um conjunto que conta, entre outros, com os nomes de Eunice, de Júlio Cardoso, de João Mota, de Paula Guedes, de Carlos César, de António Reis, e os omitidos por falta de rigor que me perdoem, bem se pode considerar um elenco de luxo.

Quanto ao protagonista, Carlos Oliveira, melhor andaria o comentário se se guardasse para depois do quarto e último episódio da série, mas tanta cautela deixaria esta nota com uma lacuna não irrelevante e teria até qualquer coisa de falta de coragem. A questão é que Carlos Oliveira se me afigurou, ao menos por enquanto, sem todo o amadurecimento profissional e humano que uma figura tão complexa como Garrett exigiria. É certo que interpretar uma figura de herói romântico nos primeiros anos do século XIX, para mais com uma decisiva vertente literária, e fazê-lo com adequado equilíbrio e contenção, é capaz de constituir um problema enorme e sem solução à vista. Acontece, porém, que o telespectador não quer saber dessas coisas, julga o que vê e confronta-o com o que deseja ou sonhou, e o comentador de TV não é mais que um telespectador como os outros, apenas se distinguindo dos restantes, quando se distingue, por umas leituras mais e um certo sentido porventura ilusório de responsabilidade social.

Afinal, bem feitas as contas, o importante é que «Garrett» está aí, em canal principal e a horas acessíveis. E com dignidade, o que é decisivo. Não é mau; estamos a falar da TV portuguesa.



se mantém à espera de que assinala outros centenários (Aquilino nasceu em 1885, Camilo morreu em 1890), não há que refilar. E, já agora, não se diga que estou a misturar nascimentos com mortes, não só porque tal mistura é normal no plano comemorativo mas também porque a RTP o faz. Quanto a esta série, «Garrett», diga-se antes do mais que surgiu com uma assinatura que corresponde a uma garantia: a do escritor António Torrado que, por sinal, foi um dos arbitrariamente «saneados» da RTP após o 25 de Novembro, acusado de exagerada implicação no 25 de Abril. Pois de António Torrado espero eu, e quanto de «Garrett» vi até agora só me confirma, que ao biografar mesmo sumariamente Almeida Garrett não tenha esquecido ou minimizado a dimensão política, progressista, revolucionante, da vida do escritor, ao contrário do que outros poderiam fazer. É que Garrett não foi apenas o homem do Romantismo hastente, o fundador do Teatro português como forma moderna de arte e comunicação, o autor das «Viagens» que são muito mais que um mau pretexto para machar os alunos do Secundário geralmente imaturos para aquela leitura. Nem o galanteador romântico, um pouco pinga-amor, que deixou disso vestígios poéticos dedicados a Helena, a Délia, a Lucinda, decerto a muitas outras cujos nomes não me ocorrem e não creio valerem a pena de uma consulta às «Folhas Caídas». Foi também o cidadão que assumiu as ideias novas da Revolução de 89, até há poucas décadas, se não ainda hoje, tão odiada e alvo de detracções quanto a de Outubro de 17. E, contudo, dos grandes princípios da Revolução Francesa

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O simulacro

Realizou-se, na passada segunda-feira, a sessão de abertura das IX Jornadas de Prevenção e Segurança na Floresta de Betão, a decorrer na ilha de Porto Santo, na Madeira.

Trata-se de uma importante acção promovida há nove anos pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP), envolvendo especialistas nacionais e estrangeiros e visando a optimização possível dos sistemas de segurança e de protecção civil a nível nacional, tendo por objecto de análise as mais diversas estruturas, equipamentos, serviços, sistemas, procedimentos e competências que confluem ou interagem na segurança de pessoas e bens em caso de acidente ou catástrofe. Daí estas Jornadas serem acompanhadas de simulacros de acidente nos locais onde se realizam, acrescentando ao debate teórico das Jornadas a mais-valia da experimentação no terreno, o que, obviamente, só beneficia os anfitriões, que assim vêem testados os seus serviços de segurança. Este ano, o local escolhido para as Jornadas foi a ilha de Porto Santo, pelo que foi solicitado o apoio e o envolvimento das autoridades madeirenses, desde o governo regional aos serviços de protecção civil regionais e locais, passando pela autarquia envolvida.

Como seria de esperar, o convite foi aceite. O que ninguém esperava - e nem o mais delirante ficcionista o imaginaria - é que o governo de Alberto João Jardim, por interposto secretário de Estado regional, desse repentinamente o dito por não dito e proibisse tudo o que estava ao seu alcance: a realização do simulacro de acidente nas instalações aeroportuárias de Porto Santo, a participação dos serviços de protecção regionais e locais sob a sua tutela e, claro, todos os apoios prometidos. O próprio presidente do município anfitrião das Jornadas faltou à sessão de abertura invocando «solidariedade» com o governo regional.

A «explicação» do executivo madeirense para este insólito comportamento veio ao nível de Alberto João Jardim no seu «melhor»: para as «autoridades regionais», a ANBP não merecia qualquer apoio dado tratar-se de uma associação «comunista, socialista, colonialista e homossexual».

Passando ao lado desta enigmática obsessão de Jardim e apaniguados em incluir a homossexualidade no arsenal de insultos com que julgam «fazer política», assinale-se o que o governo regional da Madeira não disse foi que a sua repentina fúria para com a ANBP se deve ao levantamento que esta fez das graves falhas que existem nos serviços de protecção civil da Madeira, a saber: inexistência de um plano de emergência no Hospital Central do Funchal, falta de segurança nalguns túneis na Madeira, falta de equipamentos e de formação básica dos Bombeiros Voluntários de Porto Santo (como, dramaticamente, veio a confirmar-se na falha de prestação de socorro a um jornalista que cobre as jornadas e sofreu um acidente), exploração de trabalho infantil por parte de algumas corporações de bombeiros madeirenses, etc., etc., etc.

Assim, já se percebe por que Alberto João Jardim impediu o simulacro de acidente em Porto Santo.

Era para não se descobrir o simulacro que é o seu próprio governo.

Metalurgia, enfermeiros, indústrias eléctricas

Greves na ordem do dia

Os trabalhadores insistem em lutar por melhores salários, por emprego com direitos e por democracia e justiça nas empresas.

Para amanhã está convocada uma greve de 24 horas nas empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico. A FSTIEP/CGTP

considera «escandalosamente insuficiente» a actualização salarial de três por cento que resultou do «negócio» entre a associação patronal

«e os seus parceiros da UGT» e que se traduz em valores abaixo dos cem escudos por dia.

Após o aumento dos preços «da gasolina e do gás, dos bilhetes e passes sociais,

A luta é o caminho mais seguro para bons resultados

das prestações da habitação, dos bens alimentares e outros de primeira necessidade», protesta a federação, «os três por cento da ANI-MEE já não signifi-

cam qualquer ganho e muitos trabalhadores estão já a perder novamente poder de compra», depois da quebra de 4,3 por cento nos últimos dois anos (contando a maior produtividade). A estrutura sectorial da CGTP exige que os salários sejam actualizados até ao mínimo de cinco contos.

Para segunda-feira, dia 5, está convocada a primeira greve nacional de enfermeiros, desde que a ministra Manuel Arcanjo tomou posse na Saúde. O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que dá amanhã uma conferência de imprensa sobre os motivos da paralisação e a continuidade da luta, não aceita a distinção entre baixa, média e alta penosidade, em função de diferentes locais de trabalho, quando a essência da profissão é a mesma.

Os trabalhadores da metalurgia e do sector automóvel estiveram em greve na sexta-feira, com adesões muito elevadas em várias empresas, segundo uma detalhada lista divulgada pela Fequimetal/CGTP. A luta prossegue hoje e nos próximos dias, nas minas da Panasqueira e Aljustrel, na Petrolgal, nos Estaleiros Navais do Mondego, entre outras.



Despedidos injustamente, acamparam 24 horas em São Bento para exigir responsabilidade e intervenção aos mentores desta política

Fórum «Indústria»

Carlos Carvalhas participou anteontem à tarde na sessão que encerrou a iniciativa «Fórum Indústria e Desenvolvimento» no distrito de Lisboa. Entre outros dirigentes, deputados e militantes comunistas presentes, estiveram também Agos-

tinho Lopes e António Andrez, membros da Comissão Política.

O «Fórum Indústria e Desenvolvimento» foi realizado pela DORL, desde o início do ano, com o objectivo de recolher informação e opiniões para um diagnósti-

co sobre a indústria transformadora na região. A 29 de Fevereiro teve lugar um debate e, desde então, delegações do Partido visitaram unidades industriais, sindicatos, associações patronais e estabelecimentos de ensino e investigação.



«Abu Jamal» em Lisboa

A Juventude Comunista Portuguesa levou a cabo, anteontem à tarde, na baixa

lisboeta, uma acção contra a pena de morte nos EUA e de solidariedade com Mumia

Abu Jamal. Um grupo de jovens - dois dos quais representando o Presidente americano, recém-chegado a Portugal, e o jornalista negro, «voz dos sem voz» condenado à morte em 1982 - distribuiu centenas de folhetos apelando à participação na manifestação de quarta-feira, frente à embaixada dos Estados Unidos, convocada pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação, pela Associação Portugal-Cuba e outras organizações nacionais, e à qual o PCP e a JCP deram o seu apoio.



MDM reúne congresso

O 6.º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres, sob o lema «A Força de ser Mulher - MDM o Movimento para o Novo Milénio», realiza-se no próximo fim-de-semana, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, e contará com a participação de diversas personalidades nacionais e uma significativa presença de delegações estrangeiras, informou o Secretariado Nacional do movimento.

Freguesias

Também no sábado e no domingo se realiza o 7.º Congresso da Associação Nacional de Freguesias. O congresso da Anafre decorre nas Caldas da Rainha e tem por lema «Um novo milénio com nova autonomia».

